

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

SABRINA MARTINS DE ARAÚJO

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA POBREZA NO NORDESTE BRASILEIRO E NO
ESTADO DA PARAÍBA NO PERÍODO 1995-2009**

**JOÃO PESSOA-PB
2012**

SABRINA MARTINS DE ARAÚJO

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA POBREZA NO NORDESTE BRASILEIRO E NO
ESTADO DA PARAÍBA NO PERÍODO 1995-2009**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências do Curso de Mestrado em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Magno Vamberto Batista da Silva

**JOÃO PESSOA-PB
2012**

A663a *Araújo, Sabrina Martins.*

Análise da evolução da pobreza no nordeste brasileiro e no estado da Paraíba no período 1995-2009 / Sabrina Martins de Araújo.-- João Pessoa, 2012.

132f.

Orientador: Magno Vamberto Batista da Silva

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCSA

SABRINA MARTINS DE ARAÚJO

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA POBREZA NO NORDESTE BRASILEIRO E NO
ESTADO DA PARAÍBA NO PERÍODO 1995-2009**

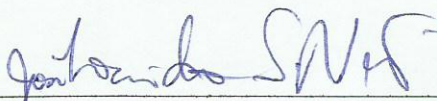
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para conclusão do curso de mestrado em economia.

Submetida à apreciação de banca examinadora, sendo aprovada em: 23 / 10 / 2012

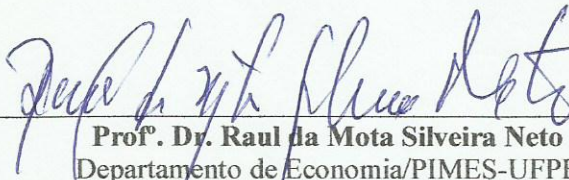
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Magno Vamberto Batista da Silva
Departamento de Economia/PPGE-UFPB
Orientador



Prof. Dr. José Luis da Silva Netto Júnior
Departamento de Economia/PPGE-UFPB
Examinador Interno



Prof. Dr. Raul da Mota Silveira Neto
Departamento de Economia/PIMES-UFPE
Examinador Externo

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida: minha mãe, Luiza, minha irmã, Luana, e minha saudosa avó, Maria.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo amparo e força que me foram dados, que me fizeram superar todos os obstáculos e chegar até aqui.

A minha mãe, irmã, familiares e amigos, por todo apoio e compreensão ao longo dessa jornada e por acreditarem em meu potencial.

Ao meu orientador, professor Magno Vamberto Batista da Silva, pelo cuidado, atenção, empenho e acompanhamento no desenvolvimento desse trabalho.

Aos meus colegas da turma de mestrado, pelos valiosos momentos de convívio e horas de estudo.

A minha grande amiga Maria de Fátima, pela amizade sincera construída ao longo desses dois anos.

As amigas e companheiras de apartamento, Ramailda Batista e Claudiana Santos, pela força, tolerância e ombro amigo nos momentos em que mais precisei.

Ao professor Adriano Paixão, pela contribuição dada ao desenvolvimento desse trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba, por seus ensinamentos, que contribuíram não somente para o meu crescimento profissional, mas também pessoal.

As secretárias do mestrado, Terezinha, Risomar e Caroline, pela dedicação, cuidado e atenção que a todos foram dados ao longo do curso de mestrado.

Aos membros da banca, os professores Raul da Mota e José Luis, pela disponibilidade de participar da avaliação desse trabalho.

A CAPES, pelo apoio financeiro.

Por fim, a todos que direta e indiretamente contribuíram para a construção desse trabalho.

RESUMO

O objetivo principal desse estudo é analisar a evolução da pobreza no Nordeste brasileiro e no estado da Paraíba no período 1995-2009 e nos sub-períodos 1995-2002 e 2003-2009. Para isso, foram utilizados dados secundários sobre a renda mensal domiciliar *per capita* e a renda individual de todas as fontes, obtidos a partir das PNADs do IBGE. O estudo da evolução da pobreza foi realizado utilizando-se o grupo de medidas de pobreza FGT e técnicas de decomposição da pobreza por setor de atividade econômica, método desenvolvido por Ravallion e Huppi (1990; 1991) e entre os componentes crescimento e redistribuição da renda, desenvolvido por Datt e Ravallion (1991). Além disso, ainda realizou-se um estudo sobre seus determinantes utilizando-se, para isso, um modelo *logit*. Os resultados obtidos apontaram que houve redução da pobreza ao longo dos períodos estudados, salvo a proporção de pobres na Paraíba que no subperíodo 1995-2002 aumentou; que os setores de atividades com maior contribuição para a redução da pobreza são: agrícola, administração pública, indústria de transformação, comércio e reparação e construção; que, de maneira geral, a mudança na pobreza dentro dos setores de atividades (efeito intra-setorial) contribuiu mais para a redução da pobreza agregada do que o deslocamento da população entre esses setores (efeito inter-setorial); que, na maioria dos casos, o crescimento econômico foi o fator que mais contribuiu para a redução da pobreza; e que, a partir do modelo econométrico, verificou-se que ser do sexo feminino, estar ocupado na atividade agrícola e residir na área rural, aumentam as chances de um indivíduo ser pobre, que à medida que a idade aumenta, as chances de ser pobre diminui, mas que a partir de determinado momento tende a elevar-se, evidenciando os efeitos do ciclo de vida, que a educação tem forte influência sobre a condição de pobreza, dado que para o maior nível de instrução as chances de ser pobre são menores, já as variáveis de localização e cor apresentaram resultados um pouco adversos, sendo na grande maioria dos casos não significantes.

Palavras-Chave: Pobreza. Nordeste. Paraíba.

ABSTRACT

The main purpose of this study is to analyze the poverty evolution on Northeast and on Paraíba at the period 1995-2009 and sub-periods 1995-2002 and 2003-2009. For this, we used secondary data on monthly household income and *per capita* personal income from all sources, obtained from IBGE's PNAD. The poverty evolution study was performed using the FGT poverty measures group and poverty decomposition techniques for economic activity, a method developed by Ravallion and Huppi (1990, 1991) and between components growth and income redistribution developed by Datt and Ravallion (1991). In addition, we performed a study on its determinants using, for this, a logit model. The results showed that the reduction in poverty over the studied periods, except the proportion of poor people in Paraíba which increased at the subperiod 1995-2002; that the activity sectors with greatest contribution to poverty reduction are: agriculture, public administration, manufacturing, trade and repair and construction; that, in general, the changes in poverty within activities sectors (intra-sectoral effect) contributed more to poverty reduction than the aggregated population displacement between these sectors (effect inter-sectoral); that, in most cases, economic growth was the factor that most contributed to poverty reduction; and that from the econometric model, it was found that being female, being busy in agriculture and reside in the rural area, increases the chances of an individual being poor; that as age increases, the chances of being poor decreases, but from a certain point tends to rise, showing the effects of the life cycle; that education has a strong influence on the condition of poverty, given that the higher the education level is the less is the chance to be poor, on the other hand the variables of location and color showed some adverse results, and in most cases not significant.

Keywords: Poverty. Northeast. Paraíba.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> por região – Brasil (em R\$ de 2009).....	62
Tabela 2 - Índice de pobreza P_0 , por região, segundo situação censitária (rural e urbana) - Brasil.....	64
Tabela 3 - Índice de pobreza P_1 , por região, segundo situação censitária (rural e urbana) - Brasil.....	66
Tabela 4 - Índice de pobreza P_2 , por região, segundo situação censitária (rural e urbana) - Brasil.....	68
Tabela 5 - Evolução do rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> por unidade da federação na região Nordeste (em R\$ de 2009).....	71
Tabela 6 - Índice de pobreza P_0 , por unidade da federação, segundo situação censitária (rural e urbana) - Nordeste.....	73
Tabela 7 - Participação dos estados nordestinos em P_0 , segundo situação censitária (rural e urbana) - Nordeste.....	75
Tabela 8 - Índice de pobreza P_1 , por unidade da federação, segundo situação censitária (rural e urbana) - Nordeste.....	76
Tabela 9 - Participação dos estados nordestinos em P_1 , segundo situação censitária (rural e urbana) - Nordeste.....	77
Tabela 10 - Índice de pobreza P_2 , por unidade da federação, segundo situação censitária (rural e urbana) - Nordeste.....	79
Tabela 11 - Participação dos estados nordestinos em P_2 , segundo situação censitária (rural e urbana) - Nordeste.....	80
Tabela 12 - Dados resumidos por setor de atividade econômica – Nordeste (1995-2002).....	82
Tabela 13 - Dados resumidos por setor de atividade econômica - Nordeste (2003-2009).....	83
Tabela 14 - Dados resumidos por setor de atividade econômica – Nordeste (1995-2009).....	84
Tabela 15 - Dados resumidos por setor de atividade econômica – Paraíba (1995-2002).....	85
Tabela 16 - Dados resumidos por setor de atividade econômica – Paraíba (2003-2009).....	86
Tabela 17- Dados resumidos por setor de atividade econômica – Paraíba (1995-2009).....	87
Tabela 18 - Medidas de pobreza agregada por setor de atividade econômica – Nordeste (1995-2002).....	89

Tabela 19 - Medidas de pobreza agregada por setor de atividade econômica – Nordeste (2003-2009).....	91
Tabela 20 - Medidas de pobreza agregada por setor de atividade econômica - Nordeste (1995-2009).....	92
Tabela 21 - Medidas de pobreza agregada por setor de atividade econômica - Paraíba (1995-2002).....	93
Tabela 22 - Medidas de pobreza agregada por setor de atividade econômica - Paraíba (2003-2009).....	95
Tabela 23 - Medidas de pobreza agregada por setor de atividade econômica - Paraíba (1995-2009).....	96
Tabela 24 - Decomposição da variação na pobreza em efeitos intra-setoriais, deslocamentos da população e interação – Nordeste (1995-2002).....	98
Tabela 25 - Decomposição da variação na pobreza em efeitos intra-setoriais, deslocamentos da população e interação - Nordeste (2003-2009).....	100
Tabela 26 - Decomposição da variação na pobreza em efeitos intra-setoriais, deslocamentos da população e interação - Nordeste (1995-2009).....	101
Tabela 27 - Decomposição da variação na pobreza em efeitos intra-setoriais, deslocamentos da população e interação - Paraíba (1995-2002).....	104
Tabela 28 - Decomposição da variação na pobreza em efeitos intra-setoriais, deslocamentos da população e interação – Paraíba (2003-2009).....	105
Tabela 29 - Decomposição da variação na pobreza em efeitos intra-setoriais, deslocamentos da população e interação - Paraíba (1995-2009).....	107
Tabela 30 – Decomposição da variação na pobreza em crescimento e redistribuição de renda - Nordeste.....	110
Tabela 31 – Decomposição da variação na pobreza em crescimento e redistribuição de renda - Paraíba.....	112
Tabela 32 – Resultado da estimação do modelo <i>logit</i> - Nordeste (1995-2009).....	114
Tabela 33 - Resultado da estimação do modelo <i>logit</i> - Paraíba (1995-2009).....	117
 Tabela A.1 - Composição dos setores de atividades econômicas.....	 129
Tabela A.2 - Compatibilização das atividades.....	131

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivos	14
1.1.1 Objetivo geral	14
1.1.2 Objetivos específicos	15
2 REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1 Discussão sobre a definição de pobreza	16
2.1.1 Pobreza – Principais abordagens.....	21
2.2 Principais linha de pobreza utilizadas no Brasil	27
2.3 Principais medidas de pobreza (unidimensionais)	30
2.4 Literatura empírica sobre pobreza	32
3 A ECONOMIA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE À POBREZA NO PERÍODO 1995-2009	38
3.1 A dinâmica da economia.....	38
3.2 As políticas sociais de combate à pobreza	42
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	50
4.1 Variável utilizada, índice deflator e linha de pobreza	50
4.2 Método de decomposição da pobreza por setor de atividade econômica	52
4.3 Método de decomposição da pobreza entre os componentes crescimento e redistribuição da renda	55
4.4 Variáveis utilizadas na análise dos determinantes da pobreza e o modelo econométrico	58
5 POBREZA NO BRASIL, NORDESTE E PARAÍBA: ANÁLISE COMPARATIVA E EVOLUÇÃO	61
5.1 Pobreza no Brasil por região	61
5.2 Pobreza no Nordeste brasileiro por estado	70
6 DECOMPOSIÇÃO DA POBREZA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO NORDESTE BRASILEIRO E NO ESTADO DA PARAÍBA	81
6.1 Dinâmica da renda domiciliar <i>per capita</i> e da participação da população, por setor de atividade econômica – Nordeste e Paraíba	81
6.1.1 Evidências para a região Nordeste	81
6.1.2 Evidências para o estado da Paraíba	85
6.2 Pobreza por setor de atividade econômica – Nordeste e Paraíba	88
6.2.1 Evidências para a região Nordeste	88
6.2.2 Evidências para o estado da Paraíba	92

6.3 Decomposição da pobreza por setor de atividade econômica – Nordeste e Paraíba	97
6.3.1 Evidências para a região Nordeste	97
6.3.2 Evidências para o estado da Paraíba	103
7 DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO NA POBREZA ENTRE OS COMPONENTES CRESCIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO DA RENDA	109
7.1 Evidências para a região Nordeste	109
7.2 Evidências para o estado da Paraíba	111
8 CARACTERÍSTICAS DA POBREZA NO NORDESTE E PARAÍBA.....	114
8.1 Características da pobreza no Nordeste	114
8.2 Características da pobreza na Paraíba	116
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS.....	122
APÊNDICE	129
APÊNDICE A – COMPOSIÇÃO DOS SETORES DE ATIVIDADES E COMPATIBILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES.....	129

1 INTRODUÇÃO

A questão da pobreza é um problema de preocupação global atingindo todos os países do mundo, mas mais intensamente os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, caracterizados pela desigualdade econômica e social. Dentre estes, o Brasil não foge a regra. A disparidade de renda e consequentemente a pobreza, existe nesse país desde a sua origem e foi cada vez mais se acentuando por meio de um desenvolvimento econômico concentrador, tanto do ponto de vista regional, quanto entre os indivíduos da sociedade.

Hoffmann (2002) argumenta que, de um modo geral, os países da América Latina, entre os quais se encontra o Brasil, apresentam alta desigualdade na distribuição de renda. Nesse sentido, ressalta como explicação para isso, as suas formações econômico-sociais, na medida em que, destaca o fato de estes países terem sido colônias européias nas quais predominavam a produção e exportação de produtos primários, modelo de produção caracterizado pela alta concentração de terras nas mãos de poucos.

A elevada desigualdade de renda vem acompanhando o Brasil ao longo dos anos e marcou fortemente as décadas de 1960 e 1970, período em que vigorou o modelo de substituição de importações, em prol da industrialização, visando promover o crescimento econômico do país. Nessa época, imaginava-se que esse crescimento beneficiaria os pobres por meio de efeitos de transbordamento, por isso não havia preocupação com políticas voltadas à sua inclusão na sociedade, o que era visto como uma consequência. Entretanto, não foi o que aconteceu. Apesar do considerável crescimento da economia nesse período, os indicadores de pobreza não diminuíram, e ainda foi observado um processo de concentração de renda, estando este último associado aos altos retornos à educação e ao capital (ARBACHE, 2003).

Nos anos 1980, a alta inflação contribuiu para piorar ainda mais a situação de desigualdade de renda, com o país atingindo um índice de Gini de 0,63 em 1989, passando a ser classificado neste ano como o mais desigual do mundo (HOFFMANN, 2002).

No início dos anos 1990, a situação não era muito diferente, pois a elevada inflação ainda persistia. Somente a partir da implantação do Plano Real (final de 1993 e início de 1994) com o objetivo de combater a inflação, e da sua real efetividade, a situação começa a se reverter.

Sabendo que a alta desigualdade na distribuição de renda está intimamente ligada às altas taxas de pobreza, seria de se esperar que com a redução da desigualdade após o plano de estabilização, a pobreza também diminuísse. Com efeito, isso pôde ser observado através do

estudo desenvolvido por Rocha (2003), relatando que entre 1993 e 1995 o ganho de rendimento médio das pessoas de dez anos ou mais, em termos reais, foi de 28%, o que para ela teve impacto direto fundamental sobre a pobreza, que nesse mesmo período caiu de 44,09% para 33,23% (proporção de pobres).

Como se sabe, a distribuição dos pobres ao longo do território nacional é bastante desigual, nesse sentido, o Nordeste brasileiro se destaca por apresentar as maiores taxas de pobreza. Segundo Oliveira (2008), o censo demográfico de 2000 revelou que 47% da população brasileira vivia em estado de pobreza (considerando uma linha de pobreza de meio salário mínimo), desta, quase metade residia na região Nordeste.

Deste modo, assim como visto para o Brasil, o Nordeste também foi favorecido pelo plano de estabilização econômica, em termos de ganhos reais e, logo, de redução da pobreza, que caiu de 64% em 1993 para 52% em 1995. Ressalta-se ainda, que mesmo os indivíduos que permaneceram pobres tiveram suas rendas aumentadas. Entretanto, afirma-se que os ganhos advindos do aumento da renda, foram menores no Nordeste do que no restante do país, com a sua participação no número de pobres aumentando de 42% para 45%, entre 1993 e 1995. Contudo, já a partir de 1996, logo após a queda observada na proporção de pobres brasileiros com o plano de estabilização, verifica-se certa constância em sua evolução (ROCHA, 2003).

Dados do sítio do Ipeadata revelam que a partir de 1995 a taxa de pobreza (dada pela proporção de pobres) manteve-se praticamente no mesmo patamar até 2003. Para o Brasil, de modo geral, essas taxas variaram entre 33% e 35%. Ao considerar suas regiões, no Centro-Oeste a proporção de pobres oscilou entre 23% e 27%, no Norte, entre 44% e 48%, no Nordeste, entre 59% e 62%, no Sul, entre 22% e 26%, e no Sudeste, entre 20% e 23%. Essas taxas só passaram a apresentar tendência declinante a partir de 2004, com o Brasil atingindo em 2009 uma taxa de pobreza de 21,42%, o Centro-Oeste de 11,6%, o Norte de 32,54%, o Nordeste de 39,61%, o Sul de 11,57% e o Sudeste de 11,83%.

No Nordeste, o recorte espacial por unidade da federação revela a intensidade com que a pobreza nelas incide. Destacando o estado da Paraíba, neste, em 1991 o percentual de pobres (proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 75,50) era de 69% da população, em 2000 passa para 55,3%, representando uma queda significativa, porém um percentual ainda alarmante (PNUD; IDHS; UFPE, 2007).

Dados mais atuais sobre a taxa de pobreza (medida como o percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo da linha de pobreza estabelecida pelo Ipeadata)¹ nessa unidade da federação, revelam sua magnitude, que apesar de acompanhar a aparente trajetória de redução das regiões brasileiras e do próprio país, a partir de 2004, como argumentado anteriormente, ainda apresenta taxas acima de 40% (em 2004 era de 57,38% caindo para 40,56% em 2009), conforme informações também obtidas no sítio do Ipeadata.

Esse cenário de forte incidência da pobreza no Brasil, diante da relativa constância da taxa de pobreza no período pós-estabilização, fez com que nas últimas duas décadas as políticas sociais de redistribuição de renda promovidas pelo governo federal, ganhassem força como medidas de combate à pobreza, destacando-se as políticas assistenciais iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), mas intensificadas no governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula).

Segundo Arbache (2003), no primeiro governo FHC as ações de combate à pobreza foram tímidas, pois nessa época estavam em foco as políticas de estabilização inflacionária, comercial, as privatizações e as desregulamentações dos mercados, ou seja, políticas neoliberais, que eram vistas como condição para diminuição da pobreza e promoção do crescimento. Acreditava-se que estas atuariam no combate à pobreza no sentido em que dariam maior eficiência aos mercados, barateando preços, aumentando a qualidade dos produtos e favorecendo os pobres via criação de novos postos de trabalho. Ao que parece, políticas voltadas diretamente ao combate à pobreza ganharam mais fôlego somente no final do seu segundo mandato.

Por sua vez, o governo Lula foi marcado pela promoção de uma política social mais ativa. As mudanças na distribuição de renda foram motivadas pela estabilidade macroeconômica do país e pelo bom desempenho da economia mundial, que favoreceram o crescimento econômico e, assim, a geração de emprego e renda. Destacam-se ainda os aumentos reais do salário mínimo e a expansão das transferências de renda como fatores importantes para redução da desigualdade e transformações no perfil da pobreza (informação verbal)².

Nos anos mais recentes, a maior preocupação e esforço por parte do governo federal no sentido de reduzir a pobreza, se encaixa no cumprimento do acordo aprovado por 147

¹ Vale ressaltar que as linhas de pobreza adotadas pelo PNUD e pelo Ipeadata são diferentes, o primeiro estabelece uma linha com base em meio salário mínimo de 2000 e o segundo com base em estimativas de cestas alimentares.

² Informação fornecida por Rafael Guerreiro Osório no seminário promovido pelo IPEA sobre a dimensão e medição da pobreza extrema na Paraíba e no Brasil, em João Pessoa, em 30 de maio de 2011. Segue link: http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/110530_apresentacao_pobrezaextrema_pb.pdf.

chefes de Estado e por 191 Estados Membros de atingir os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). Estes originaram-se de uma série de conferências mundiais organizadas pelo Sistema Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1990, com o objetivo de determinar o que deveria fazer parte da agenda de desenvolvimento. O documento final incluindo objetivos, metas e indicadores, surgiu em setembro de 2001 e dentre os ODM's estabelecidos, o primeiro era o de erradicar a extrema pobreza e a fome até 2015.

Perante o cenário aqui apresentado, de evolução da pobreza até a implantação do plano real, de sua posterior constância anual relativa até mais ou menos o ano 2003, de um aparente declínio a partir de 2004, das mudanças sociais e econômicas ocorridas a partir da segunda metade da década de 1990 e dos impactos que o mercado de trabalho sofreu com essas mudanças (na reestruturação econômica e na política salarial, por exemplo), impactando as taxas de pobreza, existe um enorme campo de trabalho com relação ao tema a ser explorado tanto em nível nacional, quanto regional e até mesmo estadual. Nesse sentido, o problema a ser estudado nesta pesquisa consiste em: Como evoluiu a pobreza no Nordeste brasileiro e na Paraíba, ao longo do período pós-real, subdividido entre os governos FHC e Lula?

A escolha por esses dois recortes espaciais se justifica pela persistência das elevadas taxas de pobreza, no Nordeste, região com as maiores taxas do país, e na Paraíba, um dos estados mais pobres do Nordeste, mesmo perante o maior esforço do Estado nos últimos anos em combater esse problema tão proeminente na realidade brasileira.

Dessa forma, tendo em vista responder ao questionamento aqui levantado, o presente estudo partirá da análise da variação da pobreza ao longo do período, da decomposição da pobreza por setor de atividade econômica, realizada por meio do método desenvolvido por Ravallion e Huppi (1990; 1991), da decomposição entre os componentes crescimento e redistribuição da renda, seguindo o método elaborado por Datt e Ravallion (1992) e, por fim, pela análise do perfil da pobreza, com base em um modelo *logit*.

A opção pelo método de investigação proposto por Ravallion e Huppi (1990; 1991) se deve ao fato de que existem poucas evidências quanto à influência das atividades econômicas sobre a pobreza, já os outros métodos citados atuarão mais como uma análise complementar a este, apesar da importância relativa desses.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a evolução da pobreza no Nordeste brasileiro e no estado da Paraíba fazendo uma comparação entre os períodos 1995-2002 e 2003-2009.

1.1.2 Objetivos específicos

- Estudar a evolução da pobreza no Brasil por região, mostrando a posição relativa do Nordeste, e no Nordeste por unidade da federação, apontando a posição relativa do estado da Paraíba;
- Identificar quais atividades econômicas foram mais dinâmicas no sentido de fazer reduzir a pobreza no Nordeste e na Paraíba;
- Averiguar quanto da mudança na pobreza no Nordeste e na Paraíba deveu-se à contribuição do crescimento da renda e quanto à sua redistribuição;
- Analisar as características da pobreza nordestina e paraibana.

Esta dissertação está estruturada em nove capítulos incluindo esta introdução. O capítulo dois apresenta a revisão da literatura teórica e empírica sobre pobreza. O capítulo três mostra o cenário da economia brasileira bem como as políticas nacionais de combate à pobreza no período em análise. No capítulo quatro, descreve-se a base de dados e os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. No quinto capítulo é feita a análise da evolução da pobreza no Brasil, por região, destacando-se a posição relativa do Nordeste, e no Nordeste, por estado, enfatizando-se a posição relativa da Paraíba. No sexto capítulo é realizada a decomposição da pobreza por setor de atividade econômica para o Nordeste e a Paraíba. O capítulo sete apresenta a decomposição da variação na pobreza entre os componentes crescimento e redistribuição da renda. O oitavo capítulo trata da análise empírica das características da pobreza para os recortes espaciais da pesquisa. Por fim, o último capítulo é destinado às principais conclusões do estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Sendo a pobreza uma questão de interesse político, econômico e social, muito se tem discutido sobre o que vem a definí-la e a forma de mensurá-la, de modo a acompanhar sua evolução, e até mesmo desenhar políticas na tentativa de combatê-la. Dessa forma, esse capítulo busca fazer um apanhado de algumas ideias e argumentos teóricos que norteiam a definição de pobreza, conforme sua evolução ao longo do tempo.

Assim, na primeira seção são tratadas as várias abordagens acerca do tema. Em seguida, se discute as principais linhas de pobreza empregadas no Brasil nos estudos que optam por adotar a abordagem monetária. Na terceira seção, é realizada uma discussão sobre as principais medidas de pobreza unidimensionais, já que estas serão as utilizadas neste estudo, e a quarta e última seção é direcionada ao levantamento de alguns trabalhos empíricos sobre pobreza no Brasil e no Mundo.

2.1 Discussão sobre a definição de pobreza

A definição de pobreza é uma questão bastante complexa, sendo a literatura sobre este assunto vasta e os pontos de vistas diversos. A discussão sobre esse tema é antiga, mas evolui ao longo do tempo, ganha nova roupagem, o que o torna um campo de pesquisa amplamente estudado.

Na ciência econômica alguns estudiosos, desde economistas pertencentes à Escola Clássica, mostraram preocupação com a questão da pobreza. Entre estes, Adam Smith, considerado o pai da economia, no livro *A Riqueza das Nações* já destacava: “nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz se a grande maioria dos seus membros forem pobres e miseráveis” (SMITH, 1776, p.101).

Entretanto, dentre as correntes do pensamento econômico predominantes, a pobreza foi tratada de maneira não muito profunda, tal como por Smith em sua principal obra, não existindo registros de estudos que a tenham como objeto particular, dedicados a elaboração teórica de um conceito consistente para a ela.

Conforme Romão (1993), a pobreza chega a ser confundida com a discussão sobre a distribuição de renda, não negando o autor a relação existente entre estes, mas assumindo que esta última lhe é, de certa maneira, independente. Dessa forma, esse autor faz um levantamento do como algumas correntes do pensamento econômico tratam a questão da distribuição da renda, sendo estas, aqui resumidas:

Os teóricos neoclássicos defendiam a distribuição de renda como um caso particular da teoria dos preços, sendo assim, determinada no processo de troca. Para eles, a distribuição de renda provém da escassez dos serviços de fatores, onde os preços destes (índices de escassez) são determinados pela interação entre oferta e demanda, assim como, o preço de qualquer outra mercadoria. Nesse sentido, como cada serviço produtivo era remunerado exatamente por aquilo que contribuía para o produto, sua remuneração pela produtividade marginal o esgotava. Portanto, os economistas neoclássicos preocuparam-se apenas estabelecer e/ou explicar o equilíbrio do vetor de preços, não incluindo a pobreza como objeto de análise no seu arcabouço teórico (ROMÃO, 1993).

Ao fazer uma ponte com a teoria da distribuição pessoal da renda, por meio da teoria do capital humano, o autor encontra certa abordagem sobre a pobreza, a partir do momento que esses teóricos argumentam que os diferenciais de rendimento estão estreitamente relacionados com a qualificação do trabalhador (maior anos de estudo, por exemplo), tornando a pobreza consequência da falta ou insuficiência de qualificação. Entretanto, para Romão (1993) esse modelo teórico é insatisfatório, devido ao seu forte reducionismo, explicando a existência de pobreza somente pela combinação de excesso de mão-de-obra e baixa qualificação.

Os que foram classificados por ele, como defensores da economia clássica, consideram que a distribuição do produto social está ligada ao desempenho do trabalho no processo de produção e à propriedade dos meios de produção. Para estes, a sociedade é formada por classes: trabalhadores, proprietários de terras e capitalistas, em que cada uma recebe renda conforme determinadas regras. Argumenta que esses teóricos preocupam-se principalmente com a forma como os recursos são apropriados pelas classes sociais vigentes, ficando a questão específica da pobreza mais uma vez fora da discussão.

À análise marxista coube a explicação da distribuição do produto por meio da estrutura da produção, em que, o capitalista, proprietário dos meios de produção, se apropria do excedente criado pelos trabalhadores no processo produtivo, tendendo a renda a se concentrar em suas mãos. Portanto, a principal ênfase está na explicação da dinâmica do capitalismo, enfatizando-se a relação de exploração entre capitalistas e trabalhadores, não a pobreza em si (ROMÃO, 1993).

Contudo, mesmo não sendo objetivo de Marx e seus seguidores, explicar especificamente as causas da pobreza, este tenta mostrar que na dinâmica capitalista os trabalhadores estão cada vez mais submetidos a essa condição.

Em sua obra, *O capital*, ele mostra que o principal objetivo dos capitalistas é fazer o capital crescer, deste modo, argumenta que eles buscam incessantemente aumentar a produtividade dos trabalhadores, adquirindo novos métodos de produção, novas tecnologias, máquinas mais eficientes, entre outros, o que conseqüentemente implica no aumento da composição orgânica do capital, logo, numa menor necessidade futura de trabalhadores. Porém, a única fonte de renda do trabalhador é o salário, na falta de emprego para estes, surge uma superpopulação relativa (ou exército industrial de reserva), que é a população de trabalhadores excedente com relação às necessidades do capital, submetendo esses trabalhadores desempregados ao pauperismo. Segundo as palavras de Marx:

A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce portanto com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício do seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo (MARX, 1975, p. 747).

Assim, como se pode perceber, e como o próprio Romão (1993) argumenta, diante do resumo do pensamento das correntes teóricas tradicionais: “nenhuma incorpora explicitamente a pobreza como categoria analítica específica” (ROMÃO, 1993, p. 26).

Todavia, a preocupação com a pobreza e com a elaboração de políticas de combate à mesma, existe desde o período pré-revolução industrial, nesse caso, pode-se citar como exemplo as “*poor laws*” ou “lei dos pobres”, instauradas na Inglaterra buscando garantir renda mínima a todos os indigentes.

Ainda no início do século XIX houve na Inglaterra uma discussão sobre a permanência ou abolição das *poor laws*. Muitos argumentaram a favor da abolição, guiados principalmente pela crítica realizada por Malthus, que via a pobreza como culpa exclusiva do trabalhador e não de fatores externos a eles, visão que pareceu prevalecer (CASTEL, 1998, p.281).

Malthus, em sua obra *Ensaio Sobre a População*, argumentou: “A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética” (MALTHUS, 1983, p. 282). Segundo ele, isso levava a concluir que em determinado momento não haveria alimentos suficientes para abastecer a população de uma nação, o que levaria inevitavelmente à pobreza, dado que o alimento é necessário para a existência do homem. Sua crítica consistia na idéia de que o casamento precoce, por parte

dos menos avantajados de recursos monetários (os trabalhadores), assim como, o elevado número de filhos destes, eram as principais causas da pobreza (pois levava a um grande crescimento da população com relação à produção de alimentos) ³. De tal modo, a pobreza era vista como culpa dos próprios pobres e cabia a estes a superação desse estado, eximindo todos os demais (das classes sociais dirigentes) da responsabilidade e assistência a essas pessoas (ROMÃO, 1993).

Após a Segunda Guerra Mundial, entre as décadas de 1950 e 1960 houve uma corrida em prol do crescimento econômico. Nesse período, acreditava-se que o desenvolvimento industrial aceleraria os progressos globais quanto ao bem-estar, gerando um efeito difusão, que implicaria no equacionamento da desigualdade e da pobreza como fruto do crescimento. Porém, não foi o que aconteceu, na realidade o resultado foi um processo inverso ao esperado. A partir de então, em fins do século XX, a preocupação com a pobreza passa a ganhar centralidade tanto no plano político, quanto no acadêmico (CODES, 2008, p. 7; DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONOMICOS E SOCIAIS, 2010).

Segundo Rocha (2006), nesse período, até mesmo nos eventos bem-sucedidos de crescimento econômico, taxas favoráveis de expansão do produto não obrigatoriamente se distribuíam pela sociedade. Nos países desenvolvidos surgiram bolsões de pobreza e junto com elas as dificuldades de eliminá-las, e nos países subdesenvolvidos houve uma tendência ao aumento das desigualdades, como produto do processo de expansão econômica adotado.

Diante disso, nos pólos onde se constroem o pensamento e a orientação de política econômica, o crescimento econômico passou a assumir apenas o papel de variável instrumental, devendo levar em consideração, de forma clara, os objetivos de diminuição da desigualdade e da pobreza. Portanto, a partir da década de 1970 começaram a surgir propostas de incentivo às atividades intensivas em mão-de-obra (de maneira a aumentar a criação de empregos) e de ampliação da cobertura de serviços de educação e saúde, cujo objetivo era fazer com que os pobres também fossem beneficiados pelos ganhos do crescimento. Esse enfoque se disseminou como pressuposto político internacional, principalmente através da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Banco Mundial (ROCHA, 2006; DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONOMICOS E SOCIAIS, 2010).

Ainda entre as décadas de 1970 e 1980 a ruptura com o regime de acumulação até então vigente – o fordismo, culminando na transição para um novo regime – a acumulação

³ Dessa forma, ele desconsiderava toda a capacidade de evolução técnica/tecnológica que poderia vir ocorrer na produção agrícola.

flexível, assim como, a realização do Consenso de Washington, provocaram fortes impactos sobre mercado de trabalho. Esse período foi marcado pela adoção de políticas econômicas voltadas para o mercado, com a predominância do pensamento liberal, abertura comercial e financeira das economias mundiais, privatizações, acirramento da competitividade e flexibilização dos processos de trabalho e dos mercados de trabalho. Isso tudo culminou em altos níveis de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e retrocesso do poder sindical (HARVEY, 1992).

Perante esse cenário, segundo o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (2010, p. 9), “o principal objetivo das políticas sociais já não era favorecer uma estratégia de desenvolvimento mais ampla, mas propor mecanismos de compensação destinados a atenuar as consequências dolorosas das políticas econômicas orientadas para o mercado”.

Enfim, diante de todas essas transformações econômicas e sociais que ocorreram no mundo, a pobreza foi abordada sob diversas óticas, que foram sendo moldadas com o passar do tempo e com a experiência vivenciada a cada período. Porém, não se chegou a uma solidificação de seu conceito, isso porque, esta possui diversas faces, que envolve tanto fatores objetivos, quanto subjetivos, o que a torna uma questão complexa.

Nesse sentido, Crespo e Gurovitz (2002), de uma forma resumida, argumentam que ao longo do século XX foram desenvolvidas três concepções de pobreza: o enfoque da sobrevivência, das necessidades básicas e da privação relativa. O primeiro prevaleceu até os anos 1950, e surgiu a partir da idéia de que a renda dos pobres não era suficiente para a manutenção e rendimento físico dessas pessoas. Na década de 1970 o enfoque das necessidades básicas passa a predominar, surgindo com isso novas exigências, tais como: serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. Já a partir de 1980 passou-se a considerar a pobreza pelo enfoque da privação relativa, sendo este mais abrangente, em que sair da linha de pobreza significava alimentação adequada, conforto, além de participação e comportamento adequados no âmbito social. Entretanto, nesse mesmo período surge a tese de que o bom funcionamento dos mercados levaria prosperidade para as economias e beneficiaria os pobres – tese essa conhecida como Consenso de Washington.

Diante disso, recentemente muito se tem discutido sobre o tema pobreza. Os grandes estudiosos levam em consideração abordagens absolutas, relativas e subjetivas, uns dando ênfase a pobreza absoluta como melhor abordagem para a identificação e quantificação dos pobres, outros argumentando ser esta não suficiente, necessitando de um conceito que leve em consideração fatores como localidade, período de tempo, custo de vida, nível de renda do

resto da população, entre outros, e ainda alguns enfatizando a necessidade de se considerar fatores subjetivos que levem em consideração o bem-estar das pessoas.

Segundo Kageyama e Hoffmann (2006): “A noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família. Essa privação pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva”. (KAGEYAMA E HOFFMANN, 2006, p. 80).

Em relatório do Banco Mundial esta é vista e tratada como um fenômeno complexo e multidimensional, sendo definida como “(...) privação de bem-estar inaceitável para o ser humano” (BANCO MUNDIAL, 2001, p.1). Definição que engloba insuficiência de renda e consumo, não assistência às necessidades básicas como educação, saúde, nutrição e moradia, e também ausência de voz e poder.

Nos últimos anos, em complementaridade às três concepções de pobreza desenvolvidas ao longo do século XX, conforme mencionado por Crespo e Gurovitz (2002), a abordagem das capacidades, discutidas por Amartya Sen, prêmio Nobel de economia em 1998, tem ocupado espaço significativo no debate acadêmico, assim como, o surgimento da perspectiva multidimensional da pobreza - tentativa de unificar informações obtidas através de indicadores de renda com aspectos subjetivos. Dessa forma, a subseção a seguir descreverá as principais abordagens sobre o tema estudado, que foram tratadas de forma detalhada por Codes (2008).

2.1.1 Pobreza – Principais abordagens

Os primeiros estudos sobre pobreza surgiram na Inglaterra, em meados do século XIX. Nesse período, juntamente como o processo de industrialização, nasce uma nova organização do trabalho, na qual os trabalhadores estavam sujeitos às necessidades da indústria, logo, à instabilidade do emprego. Assim, “surge uma forma de miséria que parece acompanhar o desenvolvimento da riqueza e o progresso da civilização” (CASTEL, 1998, p. 282).

Esse cenário estimulou o desenvolvimento de alguns trabalhos que ficaram bem conhecidos, como o estudo de Booth, sobre a vida dos trabalhadores em Londres – Inglaterra, no período de 1886-1903, e o do nutricionista Rowntree (1901), na cidade de York, também na Inglaterra, em que ambos, buscando mensurar a pobreza, partiram da idéia de insuficiência de renda.

Esse último tem sido descrito como primeiro estudo científico sobre pobreza, onde Rowntree (1901) definiu uma linha de pobreza monetária estimando os requisitos mínimos

para uma dieta nutricionalmente adequada, juntamente com necessidades estimadas para roupa e aluguel (fatores diretamente ligados a questão da subsistência). Ele especificou duas categorias de pobreza, uma referente à parcela da população que se situou abaixo da linha estabelecida e que foi classificada como pobreza primária e outra referente àquela em que as famílias foram vistas como vivendo em uma situação clara de miséria, mesmo possuindo renda superior a linha de pobreza determinada, denominada como pobreza secundária (LADERCHI; SAIT; STEWART, 2003).

O estudo da pobreza a partir da abordagem de subsistência foi retomado por Beveridge, nos anos de guerra - 1939/1945, através de um relatório sobre segurança social, no qual ele enfatizava a necessidade de garantir o pleno emprego como forma de assegurar o vínculo social que se encontrava ameaçado no período após a Segunda Guerra Mundial (CODES, 2008; NÓBREGA, 2008; RIO GROUP, 2006).

Dessa forma, entende-se que a idéia de subsistência foi criada na Inglaterra e desenvolvida em duas etapas, àquela em se destacaram os trabalhos de nutricionistas como Rowntree, onde se entende que a concepção de subsistência descendia das *poor laws*, e àquela correspondente ao período após a segunda guerra mundial, em que se procurava explicar as baixas taxas de seguridade e assistência nacionais, período esse em que se destaca o trabalho desenvolvido por Beveridge (CODES, 2008).

A partir desses estudos pioneiros, a idéia de subsistência foi exportada para os diversos países do mundo e ainda é amplamente utilizada. A popularidade da adoção de linhas de pobreza a partir de considerações nutricionais (como as de Rowntree, 1901) se deve a essencialidade da alimentação dentre todas as necessidades, característica comum a todos os indivíduos. A partir desse critério, a pobreza passou a ser mensurada de maneira absoluta, ou seja, a partir do “estabelecimento de padrões mínimos de necessidades, ou níveis de subsistência, abaixo dos quais as pessoas são consideradas pobres” (ROMÃO, 1993, p. 36).

Entretanto, é consensual que faz parte da vida normal de qualquer indivíduo outras despesas necessárias e não somente as que satisfazem ao organismo humano biologicamente ou nutricionalmente. Dessa forma, como de uma maneira geral, grande parte das necessidades das pessoas é atendida via aquisição de produtos no mercado, por meio da renda, os estudos sobre pobreza passaram a estabelecer basicamente dois tipos linhas: uma correspondente a renda necessária para a satisfação apenas das necessidades nutricionais, que ficou conhecida como linha de indigência ou de pobreza extrema, e outra correspondente a um maior conjunto de necessidades como habitação, transporte, educação, saúde etc, a já conhecida, linha de pobreza (ROCHA, 2006).

O entendimento da pobreza do ponto de vista da insuficiência de renda, a partir da especificação de linhas de pobreza e indigência, estimulou o desenvolvimento de vários índices com o objetivo de mensurá-la da melhor maneira possível, dentre estes os mais utilizados são: o *head count*, o *income gap*, o *poverty gap*, o índice de Sen e o FGT.⁴

Para Lardechi, Saith e Stewart (2003) o apelo da abordagem monetária é compatível com o pressuposto de maximização de utilidade pelo consumidor, conforme sustenta a microeconomia, em que o objetivo dos consumidores é maximizar a utilidade e onde os gastos refletem o valor marginal ou a utilidade que o consumo de *commodities* gera para as pessoas. Assim, o bem-estar pode ser medido por meio de *proxys* como as despesas de consumo ou renda, e a pobreza definida como um déficit abaixo de um nível mínimo de recursos (ou bem-estar), denominado linha de pobreza, que maximiza a utilidade.

Conforme Rocha (2006), o uso da renda para mensurar o nível de vida de uma sociedade tem como principal argumento teórico a estreita relação entre o nível de renda e os indicadores de bem-estar físicos, o que significa que esta serviria como *proxy* de indicadores físicos de qualidade de vida, porém, com muitos questionamentos em torno de sua funcionalidade, tais como: a utilização exclusiva desse critério em países de renda muito baixa - onde a auto-produção e consumos não monetários tem importante impacto, as especificidades culturais e de desenvolvimento de cada país, diferenças de nível de preços, entre outros.

Contudo, para ela, como as políticas de combate à pobreza e desigualdade através de intervenção governamental, via oferta de serviços públicos, subsídios e outros benefícios, não se refletem por meio da renda, a utilização de indicadores sociais como medida de bem-estar ganhou impulso em seu lugar.

Na década de 1970 uma nova formulação começa a exercer grande influência – a das necessidades básicas. Criticava-se a abordagem da subsistência alegando-se que, sob esse ponto de vista, as necessidades humanas eram interpretadas predominantemente como necessidades físicas e não como necessidades sociais, em que as pessoas são vistas não somente como organismos individuais, exigindo a substituição de fontes de energia física, são seres sociais a desempenhar papéis sociais como trabalhadores, cidadãos, pais, parceiros, vizinhos e amigos (REIN, 1970; TOWNSEND, 1979; LISTER, 1990 *apud* RIO GROUP, 2006).

⁴ Esses índices serão explicados na seção seguinte.

Tratava-se de uma nova estratégia de desenvolvimento, visando atender às necessidades específicas dos mais pobres e alguns serviços essenciais, ao contrário da visão desenvolvimentista até o momento vigente, que enfatizava que o crescimento econômico favoreceria acentuadamente os níveis de vida dos mais pobres. As necessidades básicas passariam então a serem compostas por dois elementos: o mínimo necessário a uma família para consumo individual como: comida, casa, roupas, objetos e móveis de casa e; os serviços básicos fornecidos e utilizados, concomitantemente, por todos, como água potável, sistemas de coleta de lixo e esgotos, serviços sanitários, de transporte público e de educação (ROMÃO, 1993; SALAMA; DESTREMAU, 2001).

Conforme Rocha (2006), essa abordagem multifacetada da pobreza contrapõe a da linha de pobreza em três pontos: por abandonar a renda como indicador-chave, devido às suas desvantagens e ao interesse em utilizar indicadores que reflitam resultados em termos de qualidade de vida; por estabelecer objetivos e mensurar resultados para o conjunto da sociedade, não delimitando uma parcela da população pobre especificamente e; por dar ênfase ao caráter multidimensional da pobreza e à inter-relação entre as diversas carências.

Uma terceira formulação social do significado de pobreza surge no final do século XX - a de pobreza relativa. Essa, por sua vez, não se trata somente de considerar um maior conjunto de indicadores de privações sociais e materiais e sua relação com a renda, mas do fato de que a relação entre privações e renda é variável ao longo do tempo e entre os diversos lugares. Argumenta-se que as sociedades estão passando por mudanças muito rápidas, tanto que um dado padrão de pobreza de alguma data histórica passada se torna difícil de justificar sob novas condições, na medida em que as leis, obrigações e costumes, são outros (RIO GROUP, 2006; TOWNSEND, 1993 *apud* CODES, 2008).

Para Rocha (2006), foi a problemática da pobreza nos países ricos que induziu a que o caráter relativo da noção de pobreza passasse a ser enfatizado. Isso ocorreu porque nos anos posteriores a segunda guerra mundial ressaltava-se que a pobreza nesses países havia sido eliminada (em termos absolutos), o que instigou alguns estudiosos a formularem essa nova definição. Ela define pobreza relativa da seguinte forma:

O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de

indivíduos ‘relativamente pobres’ em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (ROCHA, 2006, p.11).

Entende-se com isso, que nos países desenvolvidos, a pobreza do ponto de vista da subsistência já foi de certa forma “superada” e é, portanto, a posição relativa de um dado indivíduo numa sociedade, quanto ao seu padrão de vida com relação aos demais, que determinará sua condição de pobreza ou não.

Diante do exposto, as abordagens de privação relativa e absoluta parecem ser contrárias, contudo, Sen (1978) afirma que existe uma parcela irreduzível de pobreza absoluta que pode ser visivelmente diagnosticada sem necessariamente antes comprovar sua existência relativa, dessa forma, argumenta que a análise da pobreza sob a abordagem relativa complementa, ao invés de contrapor, o estudo realizado sob o conceito absoluto.

Outra abordagem ganhou significativa relevância nos estudos sobre pobreza - a abordagem das capacidades. Essa perspectiva surgiu a partir de estudos do economista indiano Amartya Sen, que procurou demonstrar que, ao analisar a justiça social, há bons motivos para avaliar a vantagem individual a partir das capacidades de cada um, mais especificamente, por meio das liberdades substantivas para levar o tipo de vida que se tem razão para valorizar. Dessa forma, segundo Sen (2000), a pobreza deve ser vista como privação de capacidades e não somente por meio do baixo nível de renda, como tradicionalmente tem sido feito.

Essa arguição não significa que ele nega o fator baixa renda como causador da pobreza, ao contrário, afirma que esse é claramente uma das suas principais causas, na medida em que a insuficiência de renda pode ser um motivo primordial de privação de capacidades, porém, não o único.

Argumenta que o uso específico da renda para a análise do bem-estar depende de diversas circunstâncias pessoais e sociais. Ele cita pelos menos cinco fontes de variações entre a renda real e as vantagens que dela se obtém: as heterogeneidades pessoais, ou seja, o fato de que as pessoas possuem características diferentes, tais como, a incapacidade, doenças, idade ou sexo, o que faz com que suas necessidades sejam distintas; as diversidades ambientais, que são as variações nas condições ambientais como as circunstâncias climáticas, a existência de doenças infecciosas, a poluição, etc; as diferenças de perspectivas relativas, em que as necessidades de mercadorias estabelecidas a partir de determinados padrões ou costumes podem variar entre as comunidades; e a distribuição na família, nesse caso, argumenta que as

regras de distribuição das rendas auferidas pelas famílias podem fazer diferença para o que cada um obtém e para as dificuldades que enfrentam individualmente.

Nesse sentido, sugere como alternativa de avaliação do bem-estar, o espaço das capacidades, ou liberdades substantivas, para se escolher a vida que se tem razão para valorizar. A partir disso, Sen (2000) assume que as coisas que um indivíduo pode considerar valioso fazer ou ter, se reflete no conceito de funcionamentos, que podem variar dos mais elementares, como estar nutrido adequadamente e livre de doenças evitáveis, aos mais complexos, como participar da vida da comunidade e ter respeito próprio. Ao conceito de funcionamentos ele atrela o de capacidade, que se traduz nas combinações alternativas de funcionamentos que uma pessoa pode realizar.

Dessa maneira, afirma que: “Enquanto a combinação dos funcionamentos de uma pessoa reflete suas realizações efetivas, o conjunto capacitário representa a liberdade para realizar as combinações alternativas de funcionamentos dentre as quais a pessoa pode escolher” (SEN, 2000, p. 96). Com isso, assegura que a aplicação da perspectiva da capacidade na análise da pobreza e privação, melhora o entendimento de sua natureza e causa, desviando a atenção dos meios para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, logo, para as liberdades de poder alcançá-los.

Para Salama e Destremau (2001), no enfoque das capacidades, a análise do bem-estar não pode ser identificada com a utilidade ou com o rendimento, não pode tomar como base o fraco nível de um ou outro, mas a inadequação dos meios econômicos relativos à disposição das pessoas em transformá-las em capacidades de funcionar, isso num ambiente social, econômico e cultural particular.

Por sua vez, de acordo com Sen (2008), a utilização da renda para medir a pobreza é difícil de ser evitada diante da maior disponibilidade de dados sobre a mesma com relação à outros tipos de dados. Entretanto, como ele questiona sua relevância, afirmando que uma privação pode variar de uma sociedade para outra, e sugere que a pobreza seja vista em termos de deficiência de capacidade, ao invés de falhas na satisfação de necessidades básicas de mercadorias específicas, defende que a identificação da pobreza por meio da renda deve estar atrelada à capacidade das pessoas para realizar funcionamentos a partir da renda recebida.

Diante do exposto até aqui se observa que, ao longo do tempo, a evolução das formulações sobre a pobreza direcionou-se à ampliação de sua percepção, tornando-a um fenômeno multidimensional (CODES, 2008).

Argumenta-se que a definição multidimensional da pobreza possibilita a consideração de um número ilimitado de problemas, tanto com relação às suas causas e conseqüências, quanto aos seus sintomas, extrapolando a perspectiva apenas monetária do fenômeno e possibilitando a identificação de indivíduos em uma situação tal de pobreza a ponto de serem incapazes de sair da mesma apenas pelo aumento de suas rendas (MESTRUM, 2002 *apud* CODES, 2008).

Porém, para Salama e Destremau (2001, p. 114) a criação de indicadores que abarquem a multidimensionalidade da pobreza, e que permitam a análise da diversidade dos seus perfis, exige a multiplicação dos riscos de erros e as extrapolações, isso porque a união das mais diversas variáveis em um único indicador incorpora o problema de que peso se deve dar a cada variável específica no cálculo, da complexidade e sensibilidade dos indicadores, assim como, da redundância das variáveis.

Como se pode perceber, a evolução teórica do conceito ou percepção de pobreza, apresentada nesta seção, leva a conclusão de que esta é vista em termos de carência não só de renda, como também de necessidades básicas (saneamento básico, transporte, saúde, educação, moradia) e até mesmo de necessidade de inserção social, participação política, etc. Porém, também se pode inferir que mesmo em estudos que tentem compreender os mais variados tipos de carências, a variável renda não perde sua essencialidade, não deixa de ser o ponto de partida de toda e qualquer análise sobre o assunto, principalmente quando se trata de países subdesenvolvidos e até mesmo em desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo, nos quais as desigualdades de renda ainda são gritantes e a fome ainda um problema a ser superado.

2.2 Principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil

Conforme Ravallion (1998), uma medida crível de pobreza pode ser um instrumento poderoso para a focalização da atenção dos políticos tomadores de decisão sobre as condições de vida dos pobres. Afirma que os economistas têm dado muita atenção à questão da forma funcional das medidas de pobreza, como, por exemplo, como uma medida deve responder às mudanças na distribuição abaixo da linha de pobreza, e menos aos métodos utilizados na elaboração dessas linhas. Dessa maneira, ignoram o fato de que a escolha da linha de pobreza pode importar muito para o desenho de políticas públicas que devem ser direcionadas ao universo da população pobre identificada, já que este último é determinado a partir do estabelecimento daquela para sua mensuração.

Ainda de acordo com este autor, seguindo a abordagem monetária da pobreza, que é a mais utilizada, a linha de pobreza pode ser interpretada como um ponto da função despesa do consumidor, fornecendo um custo mínimo para uma família alcançar um determinado nível de utilidade a preços vigentes e dadas as características do agregado familiar. Formalmente, ele parte da seguinte consideração: supõe-se que as preferências podem ser representadas por uma função de utilidade $u(q, x)$, onde q é a quantidade de bens em uma cesta e x é o vetor de características de uma dada família.

A partir disso, tem-se que a função despesa do consumidor, $e(p, x, u)$, é o custo mínimo para uma família com características x e nível de utilidade u quando enfrenta o vetor de preços p . Deixando u_z denotar o nível de utilidade de referência necessária para escapar da pobreza, tem-se que a linha de pobreza é definida como $z = e(p, x, u_z)$, que mostra como partir da pobreza em termos de utilidade para a pobreza em termos monetários, mas nada diz sobre o nível de utilidade para fugir dessa condição (RAVALLION, 1998; MATTOS, 2006).

Porém, a avaliação do mérito de qualquer metodologia para o desenho de linhas de pobreza não pode se dar sem primeiro se estabelecer como a utilidade deve ser avaliada. Contudo, existem dois problemas na definição do nível de utilidade: o problema da referência e o problema da identificação. O primeiro diz respeito ao fato de que o nível de utilidade de referência, que ancora a linha de pobreza monetária, não pode ser arbitrário, sendo crucial para a medida de pobreza resultante, influenciando a magnitude do problema e, logo, dos recursos destinados a sua resolução. Já o segundo problema está relacionado à identificação da função de custo z . Essa função depende da utilidade, que, por sua vez, depende de q e x , todavia, como x representa as mais diversas características das famílias, isso pode influenciar o bem-estar de maneira que pode não se evidenciar no comportamento da demanda do consumidor. Dessa maneira, argumenta-se que a mensuração do bem-estar unicamente por meio da demanda é insustentável o que tem promovido o desenvolvimento de vários métodos de estimação de linhas de pobreza, tanto objetivas, quanto subjetivas, na tentativa de atender a tais problemas (RAVALLION, 1998).

No Brasil, os estudos sobre pobreza comumente utilizam linhas de pobreza objetivas, deste modo, como o recorte espacial da presente pesquisa trata-se do Nordeste brasileiro e do estado da Paraíba e como a pesquisa parte da ideia de pobreza do ponto de vista da renda, o foco desta seção é apresentar quais são as linhas objetivas mais empregadas em pesquisas brasileiras.

Argumenta-se que no Brasil, dentre os métodos mais utilizados para o estabelecimento do valor das linhas de pobreza e indigência a partir da renda, se destacam os que adotam

proporções do salário mínimo, o valor de US\$ 1,25 ou US\$ 2 por dia e o da definição dessas linhas a partir da estrutura de consumo das famílias.

O emprego do salário mínimo, ou de parcelas do salário mínimo, se deve ao fato de que este, pelo menos teoricamente, deveria atender às necessidades básicas das pessoas, de alimentação, moradia, vestuário, etc. Afirmar-se que esse método tem sido bastante utilizado como critério de elegibilidade em programas governamentais destinados à população indigente e pobre, sendo pobre aquele que possui renda inferior a meio salário mínimo, e indigente, aquele com renda menor de um quarto deste salário (GROSSI, SILVA, TAKAGI, 2001; LOUREIRO, SULIANO, 2009).

Por sua vez, as linhas estabelecidas pelo Banco Mundial são estimativas em âmbito internacional de uma renda mínima (mínima para a determinação da pobreza e da extrema pobreza) que possa atender as mesmas necessidades. A utilização desse parâmetro é uma forma de unificar a capacidade de compra em nível mundial por meio de uma mesma moeda. O valor de referência para a miséria (ou extrema pobreza) é de US\$ 1,25 ao dia e para a pobreza de US\$ 2,00 ao dia. Afirmar-se que essas linhas são bastante difundidas, apesar das diferenças nos custos de vidas entre os países ou mesmo entre regiões de um país (LOUREIRO, SULIANO, 2009; GROSSI, SILVA, TAKAGI, 2001; ROCHA, 2006).

A determinação das linhas de pobreza e indigência a partir da estrutura de consumo das pessoas de baixa renda (como investigado em pesquisas de orçamentos familiares) vem sendo amplamente utilizada e são bastante defendidas por autores como Rocha (1997, 2000, 2006). Segundo ela “existe consenso de que, havendo disponibilidade de informações sobre a estrutura de consumo das famílias, essa é a fonte mais adequada para o estabelecimento de linhas de pobreza” (ROCHA, 2006, p. 45).

De acordo com esse método as etapas para a determinação das linhas de pobreza são: em primeiro lugar, determinar quais são as necessidades nutricionais da população em questão. Em seguida, deve-se estabelecer a cesta alimentar de menor custo que atenda às necessidades nutricionais estimadas (a partir de informações de pesquisas de orçamentos familiares), onde seu valor corresponderá à linha de indigência (miséria ou pobreza extrema), que é o valor correspondente ao consumo alimentar mínimo necessário. Por sua vez, para a determinação do valor da linha de pobreza, que inclui as despesas não-alimentares, não há regras para o estabelecimento de seu consumo mínimo, de tal modo, o valor associado a eles é obtido através da despesa não-alimentar observada, quando alcançado o consumo alimentar adequado (ROCHA, 2006).

Entretanto, para Hoffman (2000) a determinação da linha de pobreza baseada fundamentalmente nos custos dos alimentos pode subestimar a pobreza rural em comparação com a urbana, uma vez que, apesar de na área rural os alimentos terem um valor aquisitivo menor, o acesso a serviços como educação e saúde, por exemplo, é mais difícil que na área urbana. Ainda para este autor, há sempre um grau de arbitrariedade na determinação da linha de pobreza.

2.3 Principais medidas de pobreza (unidimensionais)

As medidas de pobreza unidimensionais (que parte da ótica do consumo ou da insuficiência de renda) mais utilizadas são o *head count index* (índice de incidência ou proporção de pobres) e o *poverty gap index* (índice hiato pobreza), estando elas condicionadas à especificação de uma determinada linha de pobreza. A primeira refere-se à proporção da população total que está abaixo da linha de pobreza, ou seja, capta a porcentagem da população total que é pobre, já a segunda medida fornece o déficit total da renda agregada dos pobres a partir da linha de pobreza (SEN, 1976, 2008).

Sen (1976) critica essas duas medidas, argumentando que elas violam os seguintes axiomas desenvolvidos por ele:

- Axioma da monotonicidade: dado outras coisas, uma redução na renda de uma pessoa abaixo da linha da pobreza deve aumentar a medida de pobreza e;
- Axioma da transferência: dado outras coisas, uma transferência de renda de uma pessoa abaixo da linha da pobreza para quem é mais rico (ou menos pobre) deve aumentar a medida de pobreza.

Segundo ele, o *head count* viola os dois axiomas, pois não leva em consideração o fato de que as pessoas podem estar pouco ou muito abaixo da linha de pobreza especificada, e ao mesmo tempo, de que a distribuição de renda entre os pobres pode ou não ser desigual. Enquanto isso, o *poverty gap* não viola o axioma da monotonicidade, mas viola o da transferência, na medida em que não considera a distribuição de renda entre os pobres. Dessa forma, assume ser necessária a incorporação de uma medida de desigualdade que leve em consideração essa distribuição de renda (SEN, 2008). A partir disso, desenvolve uma medida de pobreza P onde inclui o coeficiente de *Gini* (G). Assim, P torna-se dependente de H, I e G:

$$P = H [I + (1 - I)G] \quad (1)$$

Onde H é o *head count*, que é dado pela seguinte fórmula:

$$H = \frac{q}{n} \quad (2)$$

Em que q é o número de pessoas pobres (abaixo da linha da pobreza, representada por z) e n é a população total. A partir do *poverty gap*, sobre o qual realiza uma normalização, ele obtém o hiato de renda em termos *per capita*, o *income gap* (I), ou seja, a insuficiência média de renda dos identificados como pobres com relação à linha de pobreza. I é obtido a partir da fórmula 3, a seguir:

$$I = \sum_{i \in S(z)} g_i / qz \quad (3)$$

Onde:

$$g_i = z - y_i \quad (4)$$

é o déficit de renda de um indivíduo i qualquer, ou seja, é a diferença entre a linha de pobreza z e sua renda y_i . Por fim, a medida de desigualdade G (coeficiente de Gini) é:

$$G = \frac{1}{2q^2m} \sum_{i=1}^q \sum_{j=1}^q |y_i - y_j| \quad (5)$$

Sendo m a renda média dos pobres e y_i e y_j as rendas dos indivíduos i e j.

A medida P apresentada ficou conhecida como medida de Sen e obedece a todos os axiomas desenvolvidos por ele, na medida em que passa a incorporar a sensibilidade à distribuição.

A partir dos axiomas elaborados por Sen, que tiveram grande aceitação na literatura teórica, muitos estudiosos buscaram desenvolver novas medidas de pobreza que também incorporassem a sensibilidade à distribuição, utilizando-se de outras medidas de desigualdade entre as pessoas pobres, assim como, de novas fórmulas matemáticas (SEN, 2008).

Dentre estas, uma bastante utilizada na realização de trabalhos empíricos é a elaborada por Foster, Greer, Thorbecke (1984), conhecida como FGT. Estes autores, percebendo a importância de se analisar a pobreza por subgrupo da população relacionando-as à pobreza

total, desenvolveram uma medida que tem a vantagem de ser aditivamente decomposta, sendo a pobreza total a média ponderada dos níveis de pobreza do subgrupo. Eles afirmam que a propriedade de uma medida de pobreza poder ser decomposta é um requisito adicional aos propostos por Sen, pois, segundo eles, a própria medida de Sen não satisfaz essa condição básica. Assim, a medida FGT desenvolvida por eles tem as seguintes características:

- É aditivamente decomposta por parcela da população;
- Satisfaz as propriedades básicas propostas por Sen;
- Se justifica por um conceito relativo de pobreza.

A medida FGT, de forma semelhante a de Sen, é expressa como uma combinação de uma medida de desigualdade, que no caso trata-se do coeficiente de variação ao quadrado⁵, com o *head count index* e o *income gap index*, onde a nova medida é uma família paramétrica de medidas em que o parâmetro a ser observado pode ser interpretado como um indicador de aversão à pobreza. Esse parâmetro é α , e para cada $\alpha \geq 0$, P_α é definido por:

$$P_\alpha(y; z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{g_i}{z} \right)^\alpha \quad (6)$$

Quando $\alpha = 0$, tem-se P_0 , que é simplesmente o *head count index* (H), quando $\alpha = 1$, tem-se P_1 , que é HI, uma renormalização do *income gap*, que dará o *poverty gap*. A medida P é obtida para $\alpha = 2$ (que será P_2). Como já foi citado, o parâmetro α pode ser visto como uma medida de aversão à pobreza, logo, o maior α dá maior ênfase aos mais pobres dos pobres.

Conforme Foster, Greer e Thorbecke (1984, p. 763) as propriedades destas famílias de medidas podem ser resumidas na seguinte proposição: “A medida de pobreza P , satisfaz o axioma da monotonicidade para $\alpha > 0$, o axioma da transferência para $\alpha > 1$ e o axioma da sensibilidade de transferência⁶ para $\alpha > 2$ ”.

2.4 Literatura empírica sobre pobreza

A partir das várias visões sobre o conceito de pobreza aqui apresentados, muitos trabalhos foram desenvolvidos objetivando mensurar a pobreza no âmbito mundial, em países específicos, em regiões específicas dentro dos países e nas unidades da federação. Essa

⁵ Para maiores detalhes ver Foster, Greer, Thorbecke (1984, p. 762).

⁶ Axioma desenvolvido por Kakwani (1980). Ver Kakwani (1980) e Foster, Greer e Thorbecke (1984).

subseção se destina a apresentação de alguns estudos empíricos internacionais e nacionais realizados com intuito de contribuir para a análise da evolução da pobreza, assim como, para a elaboração de políticas públicas no sentido de mitigar esse problema.

Nesta direção, Chen e Wang (2001) realizaram estudo sobre o crescimento econômico da China e a consequente redução da pobreza diante do destacado crescimento vivido por esse país a partir da reforma econômica iniciada por volta de 1978. O trabalho é desenvolvido para o período 1990-1999 e busca investigar as tendências da pobreza e desigualdade, fazendo distinção entre o período pré-crise asiática e pós-crise, assim como, analisa a redução da pobreza através de sua decomposição entre os componentes crescimento e distribuição de renda, verifica quem mais tem se beneficiado do crescimento econômico chinês e ainda examina a relação entre capital humano, crescimento e redução da pobreza.

Eles concluem que a pobreza parece diminuir de forma significativa, exceto para linhas de pobreza mais baixas (no período 1997-1999), que o crescimento econômico contribuiu para sua redução, enquanto a crescente desigualdade contribuiu em sentido contrário, e que os pobres se beneficiaram menos do que os ricos com o crescimento econômico. Por fim, verificou-se que a acumulação de capital humano diminuiu e que havia uma grande disparidade regional quanto ao seu estoque, o que os levaram a afirmar que o sucesso da China no combate à pobreza e à desigualdade deveria se dá via enfrentamento desse problema.

Por sua vez, Dollar e Kraay (2001) buscaram analisar a relação entre crescimento da renda média dos pobres e o crescimento da renda global, utilizando uma grande amostra de países desenvolvidos e em desenvolvimento, ao longo de quatro décadas, definindo pobres como aqueles que se encontravam no quinto inferior da distribuição de renda de um país. Analisaram também a influência de outros fatores sobre a renda destes, como a abertura comercial, políticas macroeconômicas e de supostas políticas pró-pobres. Concluíram que o crescimento da renda média dos pobres foi equiproporcional ao crescimento da renda média global, que o benefício do sistema de comércio aberto e das políticas macroeconômicas os beneficia tanto quanto aos demais, e que o crescimento de suas rendas não parece responder sistematicamente às supostas políticas pró-pobres como, por exemplo, os gastos em educação e saúde.

Na Irlanda, a elaboração de uma estratégia de combate à pobreza, denominada *National Anti-Poverty Strategy* (NAPS), com metas a serem alcançadas ao longo do período 1997-2007, juntamente com as rápidas taxas de crescimento econômico apresentadas pelo país (a partir de 1994), instigaram os estudiosos Layte, Nolan e Whelan (2000), que viram a

importância do monitoramento das tendências da pobreza ou acompanhamento de sua evolução. Com isso, partindo-se da construção de uma medida de pobreza baseada na combinação de baixa renda e de indicadores de privação adequados (itens considerados como necessários e que as famílias não podem pagar por eles), sem deixar de considerar medidas de pobreza quanto à renda relativa e à renda real, no período 1987-1997, observaram que houve aumento da pobreza quanto à renda relativa, redução quanto ao rendimento real e uma situação intermediária com relação à combinação da renda relativa com indicadores de privação, com a pobreza diminuindo, mas em escala inferior a sugerida quando se considerou para a linha de pobreza apenas a renda real.

Huppi e Ravallion (1990) analisaram a estrutura da pobreza na Indonésia por setor de emprego, assim como, sua evolução durante o período de choques macroeconômicos e de rápidos ajustes em resposta a esses choques, em meados da década de 1980. Observaram que os ganhos no setor rural foram muito importantes para o sucesso na redução da pobreza durante esse período. Na Indonésia, no setor agrícola rural estão as maiores concentrações de pobreza, porém no período analisado esse setor respondeu por mais de 70% da redução na medida preferida de severidade da pobreza.

Argumentam que os resultados obtidos sugerem que alguns recursos do programa de ajuste do governo foram cruciais para a manutenção da dinâmica do país na redução da pobreza. Entre estes pode-se citar: as desvalorizações, que levaram a uma maior exportação de produtos agrícolas (em sua maioria culturas não alimentares); e a realização de uma tentativa de proteger alocações fiscais para programas que beneficiassem diretamente os mais pobres, como transferências correntes para as províncias, e projetos de infra-estrutura rural, mais intensivo em trabalho, na tentativa de ampliar as oportunidades de emprego rural durante o período de ajustamento. Entretanto, afirmam que o pacote de ajuste ajudou, mas as condições iniciais favoráveis proporcionadas por períodos de sustentação e crescimento equitativo nos anos anteriores tiveram papel essencial.

Já Kageyama e Hoffmann (2006) em estudo sobre a pobreza no Brasil, a partir de uma abordagem multidimensional, utilizaram como medida de pobreza a renda juntamente com alguns indicadores de bem-estar e desenvolvimento social como água canalizada, banheiro e luz elétrica, no período de 1992 a 2004, e realizaram a análise a partir da definição de três tipos de pobreza: tipo I - renda menor que a linha da pobreza, tipo II - não acesso a pelo menos dois dos três equipamentos considerados básicos, e pobreza extrema - baixa renda em combinação com a falta dos três requisitos básicos de bem-estar considerados.

Observaram que a pobreza tipo I mostrou acompanhar o ciclo econômico (logicamente em sentido contrário, em que, os anos de melhor desempenho econômico foram acompanhados de maior redução da pobreza), e esta, por sua vez, cresceu durante o período estudado, já a pobreza tipo II e a pobreza extrema apresentaram declínio, o que para eles indica melhoria na infra-estrutura. Em nível regional verificaram que o Nordeste foi a região que apresentou maior número de pobres (em 2004: 47% dos pobres tipo I, 70% dos do tipo II e 85% da pobreza extrema) observando-se uma piora na distribuição destes no território nacional, com aumento, sobretudo nessa região e no Norte.

Analizando como o crescimento econômico e a desigualdade impactam as medidas de pobreza, Orair e Hoffmann (2006) chegam à conclusão de que é necessário combinar essas duas políticas (de crescimento e redistribuição), pois constataam que a redução na desigualdade e aumento do rendimento médio no presente, levam a um maior valor absoluto das elasticidades no futuro, ou seja, que essas políticas aumentam a efetividade dos resultados futuros quanto à redução da pobreza.

Concluem também, que tais políticas devem ter caráter regional no combate à pobreza, pois levando-se em consideração a contribuição de cada unidade da federação na medida de pobreza agregada, observaram que a contribuição dos estados da região Nordeste e Tocantins correspondeu a 65,11% do total da medida de pobreza utilizada por eles, o que significa que uma redução em 1% na medida de pobreza nesses estados levaria a diminuição de 0,65% na medida de pobreza do país. Assim, de forma sintética, argumentam que uma estratégia eficiente no combate à pobreza no Brasil deveria combinar políticas de crescimento e redistributivas, com destaque para as regiões que possuem maior participação na pobreza do país.

Barros et al. (2007) procuraram identificar e quantificar os principais determinantes da recente queda da desigualdade no Brasil, que, conforme eles, em 2005 atingiu o menor nível nos últimos 30 anos (até o momento da realização do estudo), mas ainda continuava a apresentar um nível de desigualdade superior ao de 90% dos países, por isso, o interesse em se identificar esses determinantes de modo a promover a formulação de políticas mais efetivas. Os determinantes considerados inicialmente foram: transformações demográficas, expansão das transferências governamentais e de outras fontes de renda não derivadas do trabalho e as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, sejam as decorrentes da expansão da ocupação ou de uma melhor redistribuição da remuneração do trabalho entre os ocupados.

Os resultados apontaram que 50% da queda da desigualdade decorreu da evolução da renda não proveniente do trabalho e que 1/3 dessa queda foi atribuída a mudanças na

distribuição da renda do trabalho, em que a primeira representava apenas 1/4 da renda total e a última 3/4, o que mostra o quão importante tem sido a renda derivada do não trabalho para a redução da desigualdade no país.

Por sua vez, Cunha (2009) realizou estudo sobre desigualdade e pobreza no Brasil entre os anos 1991 e 2005 para os domicílios rurais e urbanos, levando-se em consideração tanto o rendimento familiar, quanto o rendimento familiar *per capita*. Seus resultados revelaram diminuição da desigualdade e pobreza (principalmente nos últimos anos) no Brasil e em ambos os domicílios rurais e urbanos, contudo, verificou que algumas das medidas utilizadas sugerem que a mudança ocorreu com menor intensidade nos domicílios urbanos, o que para ela significa que os diferenciais nas medidas de desigualdade entre os dois tipos de domicílios está se ampliando e os de pobreza reduzindo-se, dado que as medidas de desigualdade são menores no meio rural e as de pobreza maiores.

Trabalhos recentes como o de Ferreira, Leite e Ravallion (2007) e o de Andrade (2011) exploram a contribuição dos setores econômicos para a redução da pobreza. O primeiro, em estudo para os estados brasileiros no período 1985-2004, verifica que o setor de serviços é o que mais contribui para a diminuição da pobreza no país, e que no período pós-reformas sua elasticidade da pobreza com relação ao crescimento diminuiu, enquanto para os setores primário e secundário aumentaram. Já o segundo busca estudar a importância de uma atividade econômica específica – a mineradora – para o desenvolvimento econômico das microrregiões produtoras do estado de Minas Gerais, estudo realizado a partir da análise da evolução das medidas de pobreza para esta unidade federativa, constatando que a indústria extrativa apresentou pouco potencial para redução de pobreza nas regiões mineradoras.

No âmbito regional, no Brasil, como o Nordeste é a região que concentra o maior número de pobres, ela tem sido objeto de investigação e análise de muitos estudos, assim como será do presente trabalho. Neste sentido, Rocha (2003) estudou a evolução da incidência de pobreza no Nordeste do ponto de vista da renda e do bem-estar (acesso à infra-estrutura básica - rede elétrica, água e coleta de lixo; e posse de bens duráveis), entre 1992 e 1999, e verificou que de um modo geral, houve queda na pobreza absoluta devido principalmente à elevação da renda pós-estabilização.

Entretanto, constatou que as desigualdades regionais se mantiveram e o Nordeste basicamente não modificou a sua desfavorável situação com relação ao resto do país quanto à incidência da pobreza, o que para ela deve estar atrelado ao descompasso regional no sistema produtivo brasileiro. Já quanto aos indicadores de bem-estar, observou-se na região um

melhor desempenho com relação ao restante do país e uma diminuição das desigualdades entre pobres e não pobres.

Do ponto de vista geográfico enfatiza-se também a distinção da intensidade da pobreza entre o meio urbano e rural, sendo esta mais intensa na área rural, destacando-se a rural nordestina. Silva Júnior (2006) traça um perfil da pobreza rural nordestina na década de 90 (a partir dos anos 1992, 1995 e 1999), constatando que entre 1992 e 1995 houve redução da pobreza rural na região e que a partir de 1995 a proporção de pobres se manteve praticamente inalterada até o final da década. Quanto à desigualdade de renda, observou que esta é elevada e que parece estável ao longo dos anos estudados.

Analisando as características determinantes da pobreza rural nordestina, esse autor verificou que a educação tinha papel principal; que ser do gênero masculino tem relação negativa com a pobreza (o que evidencia a discriminação de gênero); quanto à idade, a faixa de 40 anos parece ser a mais produtiva; que pessoas ocupadas exclusivamente na agricultura estavam em pior situação do que os que não estavam nesse setor; com relação à variável localização, morar em estados como Piauí, Paraíba e Ceará, aumenta a probabilidade de o indivíduo ser pobre; e finalmente, a variável cor revelou que os não-brancos têm maior probabilidade de serem pobres.

Dentre a literatura aqui apresentada, pode-se constatar que a maioria dos trabalhos desenvolvidos sobre pobreza a tratam do ponto de vista da insuficiência de renda, com alguns buscando complementar a análise através da construção de indicadores de bem-estar. O presente estudo também partirá da ótica da renda, com a pobreza sendo mensurada e analisada por meio de diversos métodos, os quais serão descritos no capítulo referente aos procedimentos metodológicos.

3 A ECONOMIA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE À POBREZA NO PERÍODO 1995-2009

3.1 A dinâmica da economia

Após o advento de um novo regime de acumulação – a acumulação flexível – ocorreram muitas mudanças estruturais nas economias de mercado. A realização do Consenso de Washington (final da década de 1980) veio a fortalecer algumas ideias que já vinham sendo difundidas, ao pregar a adoção das seguintes medidas: resolução das crises fiscais, para os países que se encontravam em tal situação, estabilização da inflação e promoção da abertura econômica do país. No Brasil, as metas estabelecidas no Consenso de Washington induziram à liberalização comercial, desregulamentação dos mercados, privatização das estatais, e a liberalização financeira de capitais (CARNEIRO, 2003).

Os principais impactos negativos da adoção dessas medidas se deram principalmente sobre o mercado de trabalho, pois, visando fazer frente ao aumento da competitividade devido à abertura econômica, as empresas se modernizaram e passaram a se interessar pela existência de uma mão-de-obra de fácil contratação e demissão, que pudesse exercer múltiplas atividades e com maior nível de qualificação. Isso tornou o mercado de trabalho inseguro, com jornadas de trabalho bastante prolongadas, remunerações incertas, e elevação da subcontratação (OLIVEIRA, 2007).

A força de trabalho não-qualificada foi quem mais sofreu com esse processo de reestruturação, pois dada a prioridade por mão-de-obra especializada, o que se observou foi aumento dos níveis médios de desemprego e da informalidade. Argumenta-se que, nesse período, os indicadores de pobreza e desigualdade mantiveram-se estagnados (CARNEIRO, 2003).

Porém, os impactos sobre os indicadores antes mencionados foram um pouco distintos do ponto de vista espacial. Relata-se que entre 1988 e 1993, tais impactos afetaram de maneira bastante intensa nas áreas urbanas de São Paulo, muito provavelmente pelo fato de haver uma maior integração produtiva entre a metrópole e seu entorno urbano, promovendo um efeito difusão para o interior do estado dos impactos da crise recessiva sobre a renda, que, por sua vez, foram bem mais fortes na metrópole paulista, pois é aí onde se concentra o maior pólo industrial brasileiro e é aí o principal ponto da reestruturação produtiva na indústria. Contudo, relata-se que nesse mesmo período, a pobreza no estrato rural se reduziu o que foi atribuído à modernização agrícola no Sul e no Centro-Oeste (ROCHA, 2000).

Em 1994, o sucesso do Plano Real em conseguir estabilizar o nível de preços da economia brasileira, foi bastante importante no sentido de reduzir a pobreza, pelo menos, no período logo após sua introdução. Entretanto, já a partir de 1996 esses efeitos parecem ter se esgotado, a isso se associa a difícil situação macroeconômica pela qual passou o país ao longo dos dois governos FHC.

No período 1995-1998, primeiro do governo FHC, paralelo ao alcance e sustentação do controle inflacionário, havia dois problemas de gestão macroeconômica que assolavam a economia brasileira: o desequilíbrio externo e a crise fiscal. O desequilíbrio externo era consequência da apreciação cambial mantida ao longo do período. Por seu turno, a crise fiscal ou piora do resultado operacional das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) deveu-se tanto à deterioração do resultado primário, quanto à despesa com juros reais. A continuidade desta política econômica dependeria do espaço para o aumento do endividamento (externo e público), entretanto, a eclosão de crises internacionais, como a crise mexicana (1994), asiática (1997) e russa (1998), que ocorreram ao longo do período em destaque, limitou sua manutenção e o Brasil passou a ter dificuldades de financiamento tendo que recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (GIAMBIAGI, 2005).

É neste cenário que FHC reassume a presidência no ano 1999, enfrentando forte redução das reservas internacionais - devido à fuga de capitais relacionada ao receio quanto à desvalorização cambial, que se tornou inevitável (o câmbio passou a flutuar). Surge então a substituição do regime cambial pelo novo regime de metas de inflação e a necessidade de realização de um ajuste fiscal, que de fato foi concretizado. A partir daquele ano o crescimento econômico foi retomado, mas já em 2001, a crise energética, a crise argentina e os atentados terroristas de 11 de setembro vieram abalar o razoável desempenho econômico apresentado até então.

Assim, mesmo com os ajustes externo e fiscal realizados ao longo do segundo governo FHC, a desfavorável conjuntura internacional e a queda dos rendimentos decorrentes da desvalorização necessária para o ajuste externo, fizeram com que o desempenho da economia no período como um todo não fosse muito favorável. Dessa forma, o crescimento médio anual do Produto Interno Bruto – PIB no primeiro governo FHC ficou em torno de 2,6%, enquanto no segundo de apenas 2,1%, a renda média real anual brasileira no ano 2002 foi inferior a do ano 1995, e o salário mínimo real⁷ passou de 285,74 em dezembro de 1995 para 341,69 em

⁷ Valores com base em 06/2012.

dezembro de 2002, representando um ganho real de 19,58% (GIAMBIAGI, 2005; IPEADATA).

Argumenta-se que uma das principais consequências deixadas pela política macroeconômica adotada durante o governo FHC foi a força e/ou predominância do capital financeiro sobre a economia nacional, devido às altas taxas de juros praticadas, tornando o Brasil refém do capital financeiro internacional. Comenta-se ainda que isso foi resultado de um equívoco do governo em termos de política econômica, ao não tomar como prioridade em sua agenda política a estabilidade das suas contas externas, quando já garantida a estabilidade de preços, estando baseado unicamente na possibilidade de cobertura dos desequilíbrios externos por meio da poupança externa ou mesmo investimento direto (MATTEI; MAGALHÃES, 2011; BRESSER-PEREIRA, 2002).

Parte dos problemas enfrentados pela economia brasileira no ano 2002 também foram decorrentes da insegurança quanto às medidas a serem adotadas e à política econômica a ser realizada a partir de 2003, quando o novo governo assumisse a presidência da república. Entretanto, o então presidente eleito – Lula - apesar de criticar as políticas econômicas praticadas no governo anterior, também implementou medidas de caráter ortodoxo, promovendo aperto fiscal e monetário, na medida em que as mesmas passaram a serem vistas como necessárias diante da difícil situação econômica na qual encontrava-se o país (GIAMBIAGI, 2011).

O primeiro governo Lula além de dá continuidade às medidas ortodoxas de caráter neoliberal buscou aprofundá-las, porém em seu segundo governo, a estratégia de política econômica mudou um pouco, isso foi atribuído à mudança na equipe econômica do governo, ingressando outra mais identificada com o crescimento da demanda interna, voltada para o estímulo do consumo, contudo permanecendo as principais linhas do governo anterior. Nesse período o Estado recupera um pouco seu poder de intervenção na economia, principalmente na área de investimentos, entretanto, a elevada taxa de juros que continuou sendo praticada atuou como sinal de que políticas de crescimento ainda não eram prioridade (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

A manutenção da política econômica com base no regime de metas de inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal, em combinação com o desempenho da economia internacional, determinaram a *performance* da economia brasileira a partir de 2003. De um modo geral, a evolução dos indicadores econômicos mostrou-se favorável.

Em 2003, o impacto da alta taxa de juros sobre a economia fez com que o crescimento do PIB fosse um pouco moderado (1,1%), contudo, a partir de 2004, o desempenho desse

indicador foi bastante positivo, acompanhando o expressivo crescimento da economia mundial, cenário que só veio a mudar em fins do ano 2008 e ao longo de 2009, quando a crise mundial provocou uma diminuição do crescimento do PIB tornando-o até mesmo negativo nesse último ano (GIAMBIAGI, 2011)

Por sua vez, nesse governo, a balança comercial esteve todo o tempo ameaçada pela apreciação cambial, mas o forte crescimento da economia mundial, com destaque para a economia chinesa, grande demandante de *commodities* agroindustriais - principais produtos da exportação brasileira, atuou em sentido favorável quanto ao seu desempenho, mais pela influência do aumento do preço dos produtos exportados, que pelo seu volume. (GIAMBIAGI, 2011; MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

A manutenção da taxa de juros em patamares elevados contribuiu para a conservação da estabilização da inflação (inflação atendendo às metas estabelecidas), entretanto, ela impactou negativamente a dívida pública líquida, pois devido aos déficits em transações correntes, o aumento da taxa de juros era usado como instrumento para atrair capitais e equilibrar as contas externas, contribuindo dessa forma para o aumento da dívida interna. (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

Finalmente, a despeito do aumento da dívida interna e de o país continuar vulnerável externamente, ao longo do governo Lula, deve-se destacar que: a dívida externa líquida se reduziu (tornou-se negativa desde 2008) - resultado dos superávits em conta corrente nos primeiros anos do governo⁸ em combinação com o contínuo fluxo de investimentos estrangeiros; houve um considerável aumento do gasto social, que passou de 11,9% do PIB em 2002 para 13,45% em 2008 - principalmente com programas focalizados de transferência de renda; queda da taxa de desemprego (de 12,3% em 2003 para 7% em 2010); aumento da formalização⁹ (de 44% em 2003 para 51% em 2010); significativos ganhos reais do salário mínimo¹⁰ (aumento de R\$ 371,45 em dezembro de 2003 para R\$ 554,83 em dezembro de 2010, representando um ganho real de 49,37%) e; considerável aumento do rendimento médio real (passou de R\$ 98,00 em 2003 para aproximadamente R\$ 121,00 em 2010) (GIAMBIAGI, 2011; MATTEI; MAGALHÃES, 2011; IPEADATA).

⁸ A partir de meados da década 2000 o resultado da conta-corrente entrou em trajetória descendente o que foi atribuído à apreciação cambial, ao maior crescimento do PIB e ao predomínio da absorção doméstica, quando o consumo doméstico estava sendo impulsionado – com a implementação de políticas mais pró-consumo que pró-ajuste, após a mudança da equipe econômica do governo (GIAMBIAGI, 2011).

⁹ Percentual de trabalhadores com carteira assinada, em relação ao total de trabalhadores ocupados.

¹⁰ Valores com base em 06/2012.

3.2 As políticas sociais de combate à pobreza

No capítulo introdutório deste trabalho foi ressaltado o componente histórico dos altos índices de desigualdade e pobreza no Brasil e principalmente na região Nordeste, assim como, que a partir da segunda metade dos anos 1990 essa situação começa a dar sinais de melhora, com esses indicadores apresentando declínio tanto em nível nacional, quanto regional. Dessa forma, visando atender aos objetivos propostos, torna-se necessário a realização de um levantamento sobre as estratégias de combate à pobreza, adotadas no período estudado, no âmbito da política social e econômica do país.

Em 1995 FHC assume a presidência da República tendo como principal compromisso a manutenção da estabilização dos preços, advinda do sucesso da implantação do plano real ainda no governo Itamar Franco. Contudo, após tantos insucessos nas tentativas de estabilização da economia em governos anteriores, o quadro de pobreza e exclusão social vigente no país era preocupante. Indicadores sociais no Brasil no período 1994/1995 apontavam que, em termos relativos, 50% da população mais pobre correspondia a 10% da renda nacional, 40% da população dos extratos médios a 40% dessa renda e 10% da população mais rica a 50% da renda total do país. O patamar médio da proporção de pobres e indigentes entre 1990 e 1994 era de 42% e 20%, respectivamente. Em termos absolutos o número de pobres era de 63 milhões de pessoas e de indigentes de 30 milhões (ANDRADE, 2004)¹¹.

Objetivando fazer frente a esses indicadores, já em 12 de janeiro de 1995, o governo FHC lança um programa (depois reconhecido como estratégia) denominado Comunidade Solidária, que se tratava de uma proposta do governo federal de parceria entre os três níveis de governo: federal, estadual e municipal, juntamente com a sociedade civil, pretendendo ser uma estratégia de articulação e coordenação das ações do governo no combate à fome e à pobreza (PELLIANO, RESENDE, BEGHIN, 1995).

Conforme Arbach (2003), o Comunidade Solidária inaugurou um processo inédito de mobilização social no Brasil e articulou recursos de todos os tipos, provenientes do Estado, da iniciativa privada e de ONGs.

Seus objetivos específicos eram: reduzir a mortalidade infantil; melhorar as condições de alimentação da população; de moradia e saneamento básico; de vida no meio rural; gerar emprego e renda, assim como, promover a qualificação profissional; apoiar o

¹¹ Informações obtidas pela autora a partir do IPEA, com base nas PNAD's do IBGE e nos estudos da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental; defender os direitos e promover socialmente crianças e adolescentes.

Essa estratégia ainda era composta por quatro agentes em interação permanente: um Conselho Consultivo, uma Secretaria Executiva, por ministérios setoriais e por interlocutores estaduais, que tinham por missão a utilização mais racional dos escassos recursos disponíveis, tanto financeiros, quanto humanos, administrativos e organizacionais. A articulação entre esses quatro agentes resultou na seleção de alguns programas (já existentes), elencados a seguir, de combate à fome e à miséria que deveriam ser executados e que passariam a compor a agenda básica da Comunidade Solidária (PELLIANO, RESENDE, BEGHIN, 1995):

- Programa de Combate à Desnutrição Infantil (Programa do Leite);
- Programa de Saúde Integral da Mulher e da Criança;
- Saneamento Básico da Fundação Nacional de Saúde;
- Programa Nacional de Imunização (PNI);
- Programa dos Agentes Comunitários de Saúde (Pacs);
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae);
- Programa de Distribuição de Alimentos (Prodea);
- Programa de Educação Infantil;
- Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE);
- Programa de Cesta de Saúde do Escolar (PCSE);
- Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
- Programa de Ação Social em Saneamento (Pass);
- Programa Habitar – Brasil;
- Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Urbano e Rural);
- Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor);
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Ao Conselho da Comunidade Solidária cabia a busca pela realização de parcerias entre o governo e a sociedade civil, e numa das rodadas de interlocução política deste conselho, realizadas no intuito de promover o diálogo entre o governo e a sociedade, surgiu o debate sobre o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), que, por sua vez, despertou interesse entre os agentes envolvidos e que depois da realização de outras rodadas para

discussão sobre o tema, forneceu a base para a construção de um novo programa – O Comunidade Ativa (ALVES, 2001).

A proposta do Programa Comunidade Ativa, criado em julho de 1999 pelo governo federal, era ser uma estratégia inovadora de combate à pobreza e de promoção do desenvolvimento do país, apostando no desenvolvimento local, integrado e sustentável como meio para amenizar os problemas sociais e econômicos das localidades mais pobres (ANDRADE, 2004).

A estratégia adotada pelo Programa Comunidade Ativa, assemelha-se a Comunidade Solidária quanto à implementação das políticas governamentais em parceria com a sociedade civil e diferencia-se da mesma quanto ao atendimento das demandas sociais. Com relação a isto, destaca-se que enquanto na Comunidade solidária a ideia era levar aos municípios programas pré-definidos como os que teriam um maior impacto para a diminuição da pobreza, no Comunidade Ativa, as ações de desenvolvimento são determinadas pela própria população, em que a partir de uma ampla mobilização da mesma, os municípios identificam suas vocações, necessidades e elaboram sua lista de prioridades. Deste modo, há um relevante esforço por parte dos governos federal, estadual, municipal, da iniciativa privada e entidades não-governamentais para realizar as ações de modo a respeitar a realidade de cada município (ANDRADE, 2004; ARBACHE, 2003).

Entendendo que as políticas assistenciais e compensatórias atuavam apenas de maneira a aliviar o problema da pobreza, mas não de resolver, a parceria entre Estado e sociedade através do desenvolvimento local e integrado era vista como alternativa para tal problema. Assim, devia-se incentivar o surgimento de comunidades sustentáveis, por meio da exploração de seus potenciais, de forma a dependerem cada vez menos do governo (ARBACHE, 2003)¹².

Seguindo nesta direção, em 28 de julho do ano 2000, o governo FHC lança o Projeto Alvorada, que tratava-se de uma proposta para diminuir a pobreza e as desigualdades entre as regiões brasileiras por meio de melhorias nas condições de vida das áreas mais carentes do país, com destaque para as regiões Norte e Nordeste. O critério de seleção adotado para eleger

¹² Um dos principais parceiros do Comunidade Ativa foi o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, cabendo ao mesmo despertar, incentivar e apoiar, micro e pequenos empreendedores com o objetivo de gerar emprego e renda de forma sustentável em lugares com baixo índice de desenvolvimento humano (ALVES, 2001).

os estados cujos municípios e microrregiões fossem beneficiários da estratégia de ação desse projeto foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹³.

Inicialmente, foram selecionados 14 estados brasileiros cujos IDHs estavam abaixo da mediana do país, foram eles: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins. Posteriormente, foram incluídos alguns estados que apesar de apresentarem IDH superior à mediana nacional, possuíam microrregiões e municípios muito pobres, os quais foram: Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo (ANDRADE, 2004).

Esse projeto estava baseado em parcerias entre os governos federal, estadual e municipal e dava ênfase às áreas de educação, saúde e geração de renda, que estavam diretamente ligadas às dimensões do IDH, o que levou ao levantamento e seleção de programas sociais prioritários de combate à pobreza que estavam em andamento nos ministérios e que tinham impacto direto nesse indicador (ARBACHE, 2003). Segundo Andrade (2004), os programas federais selecionados e suas respectivas metas foram:

a) Na área de Educação:

- Alfabetização Solidária. Meta: alfabetizar 1,35 milhão de pessoas entre 15 e 29 anos;
- Apoio ao Ensino Fundamental - Recomeço. Meta: atender 525 mil alunos em curso supletivo e mais 77 mil com o desenvolvimento de ações de apoio pedagógico;
- Apoio ao Ensino Médio. Meta: melhorar o atendimento a 1,5 milhão de alunos das redes estaduais, absorver nas redes estaduais 180 mil alunos da rede municipal e criar condições para o atendimento de 1 milhão de novos alunos;
- Bolsa-Escola. Meta: garantir que todas as famílias carentes mantivessem seus filhos de 6 a 15 anos na escola;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti. Meta: atender 717 mil crianças e adolescentes que trabalhavam em condições desfavoráveis;
- Água na Escola. Meta: atender 17.508 escolas sem água ou sistema sanitário;
- Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Meta: atender mais de 9.000 jovens em condições de vulnerabilidade e risco social.

¹³ Índice do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criado para servir como medida do grau de desenvolvimento social dos povos. Ele considera três dimensões: a renda, a longevidade e a educação,

b) Na área da Saúde:

- Saneamento Básico/Redução da Mortalidade Infantil. Meta: atender 1,35 milhão de famílias com abastecimento de água e esgoto e melhorias sanitárias;
- Saúde da Família/Agentes Comunitários de Saúde. Meta: implantar 9,8 mil novas equipes de saúde para atender 36 milhões de pessoas;
- Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Meta: prestar assistência a 2,3 milhões de gestantes e recém-nascidos.

c) Na área de Geração de Renda

- Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística do Nordeste (Prodetur II). Meta: complementar a infra-estrutura turística do Nordeste com empréstimo do BID de US\$ 300 milhões e contrapartida de US\$ 200 milhões;
- Combate à Pobreza Rural nos Estados do Nordeste (PCPR). Meta: financiar programas de combate à pobreza com empréstimos do BIRD de US\$ 400 milhões e US\$ 100 milhões de contrapartida dos Estados;
- Infra-Estrutura - Agricultura Familiar (Pronaf). Meta: atender mais 571 municípios, elevando para 1.092 o número de municípios atendidos nos 23 estados;
- Energia das Pequenas Comunidades. Meta: instalar 18,4 mil kits de eletrificação, especialmente em escolas e postos de saúde;
- Geração de Emprego e Renda (Pronager). Meta: implantar 5 Laboratórios Organizacionais de Curso (LOC's) e 310 empreendimentos produtivos - Laboratórios Organizacionais de Terrenos (LOT's), para alocação no mercado de trabalho de cem mil capacitados;
- Apoio ao Desenvolvimento do Estado do Tocantins. Meta: utilizar recursos repassados pelo governo federal, por determinação constitucional (criação do estado), para financiar projetos sociais, de infra-estrutura e meio-ambiente voltados à melhoria das condições de vida da população.

Do ponto de vista prático argumenta-se que o Projeto Alvorada pouco avançou, e como explicação para isso aponta-se: o lançamento do projeto já no final do governo, a falta de comunicação com a população de forma a atrair a sociedade para a sua concretização,

ausência de coordenação das três esferas do governo, assim como, a falta de habilidade do governo para atrair o terceiro setor e o setor privado para efetivação do projeto (ARBACHE 2003).

Já em 1º de Janeiro de 2003, Lula assume a Presidência da República com o Programa Fome Zero sendo sua principal proposta no âmbito das políticas sociais de combate à pobreza. Esse programa foi resultado de um projeto elaborado pelo Instituto Cidadania e que veio a público em meados de 2001, tratando-se de uma proposta de implementação de uma política de segurança alimentar para o Brasil. Partindo do pressuposto de que os diferentes grupos da população demandavam políticas específicas para enfrentar a questão da fome, a equipe responsável por sua elaboração apresentou três conjuntos de propostas de políticas que visavam o aumento da disponibilidade de alimentos, de baixos preços e ainda o maior acesso da população vulnerável a uma alimentação saudável.

O primeiro tratava-se de um conjunto de políticas estruturais, tais como: geração de emprego e renda, previdência social universal, incentivo à agricultura familiar, intensificação da reforma agrária, bolsa escola e renda mínima. O segundo conjunto incluía políticas específicas que atendessem diretamente as famílias quanto ao acesso aos alimentos, eram elas: o Programa Cupom de Alimentação, doações de cestas básicas emergenciais, manutenção de estoques de segurança, segurança e qualidade dos alimentos, ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, combate à desnutrição infantil e materna, ampliação da merenda escolar, educação para o consumo e educação alimentar. O último conjunto de políticas tratava-se de políticas de cunho local para as áreas rurais, para as pequenas e médias cidades e para as metrópoles. As políticas ligadas às áreas rurais eram: apoio à agricultura familiar, apoio à produção para autoconsumo; Já as associadas às pequenas e médias cidades eram: banco de alimentos, parcerias com varejistas, modernização dos equipamentos de abastecimento, novo relacionamento com supermercados e agricultura urbana; Por fim, as políticas locais para as grandes metrópoles incluíam as mesmas propostas para as pequenas e médias cidades (incorporando a estas os restaurantes populares), com exceção da agricultura urbana (INSTITUTO CIDADANIA, 2001).

Nos primeiros dias do primeiro governo Lula, com o projeto do Programa Fome Zero em mãos, esse foi lançado. Contudo, conforme Almeida (2004), o programa necessitava de substancia e objetivos claramente definidos, sendo composto por uma multiplicidade de ações, antes desempenhadas por vários ministérios (no governo anterior), e que agora deveriam ser coordenadas por um ministério recém-criado - o Ministério Especial de

Segurança Alimentar¹⁴. Assim, após um início confuso, caracterizado por incoerências conceituais e operacionais, o governo federal relança esse programa que, a partir de então, passa a ser conhecido como Bolsa Família (ROCHA, 2011).

Lançado em outubro de 2003, o Bolsa Família é um programa de transferência de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e unifica os procedimentos de gestão e execução de alguns programas de transferência de renda (existentes desde a administração anterior), os quais são: o Bolsa Escola, o Cartão Alimentação, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás.

As condicionalidades para o recebimento do benefício concedido pelo Bolsa Família, ou seja, os compromissos que devem ser cumpridos pela família beneficiária, estão diretamente ligados às áreas de saúde e educação, alguns deles são: exame pré-natal, acompanhamento nutricional, acompanhamento de saúde, e matrícula das crianças de 6 a 15 anos em estabelecimento de ensino regular, garantindo frequência escolar de no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária mensal do ano letivo.

Esse programa trabalha com três tipos de benefícios: o básico – destinado às famílias em situação de extrema pobreza; o variável – para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e que possuem em sua composição gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos, com um limite de cinco benefícios por família; e o variável vinculado ao adolescente – destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e que tivessem em sua composição adolescentes com idade entre 16 e 17 anos, com um limite de dois benefícios por família.

Devido aos bons resultados relacionados à amplitude da cobertura do programa, à focalização nos mais pobres, à eficiência na sua operacionalização (unificação dos programas e concessão de um benefício único relativo a eles, disponível para saque por meio de cartão magnético), entre outros, esse programa está em funcionamento até hoje, apresentando apenas algumas alterações quanto ao valor do benefício. A título de exemplo de sua eficácia, segundo Marques e Mendes (2008), o Bolsa Família cobriu cerca de 98, 2% da meta estabelecida pelo governo para o ano 2006, estando as famílias beneficiárias do programa concentradas basicamente nas regiões Nordeste (49,8%) e Sudeste (26,07) do país. Dada essa maior incidência de beneficiários na região Nordeste, isso mostra o impacto da ação do programa nas famílias mais carentes do país.

¹⁴ O Ministério de Seguranças Alimentar ou Ministério Extraordinário de Seguranças Alimentar e Nutricional (Mesa) foi fundido ao Ministério da Assistência Social e a Secretaria Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, dando origem ao Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à fome (MDS), criando em janeiro de 2004.

Resumidamente, o que se pode dizer sobre as políticas públicas sociais de combate à pobreza, implementadas nos períodos 1995-2002 e 2003-2010, é que ainda no governo FHC, após o esgotamento do efeito redistributivo do plano de estabilização e a piora nas condições de emprego e renda, devido à complicada situação macroeconômica que vivia o país (taxa de câmbio sobrevalorizada e déficits públicos crescentes combinados com as crises internacionais que ocorreram na época), houve um incentivo para a implementação de políticas de renda mínima, inicialmente locais, de forma a amenizar o problema. O programa Bolsa Escola, por exemplo, surge nesse cenário, inicialmente apenas no âmbito local, sob responsabilidade dos municípios, mas posteriormente em âmbito federal, quando o governo resolve adotá-lo em meados do ano 2001, tornando-se o programa de renda mínima de maior relevância do governo FHC (ROCHA, 2001, 2011).

Isso significa que é no cenário de economia estabilizada, mas com dificuldades de crescimento e baixas de condições favoráveis para uma melhor redistribuição de renda, que as políticas de renda mínima ganham força no governo FHC, principalmente em seu segundo mandato, e passam a se destacar de maneira mais acentuada no governo Lula, que encontra um cenário econômico e social mais cômodo para a ampliação e consolidação dessas políticas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, encontra-se a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados, sendo assim, apresenta-se a definição das variáveis utilizadas para a análise da evolução da pobreza no Nordeste e na Paraíba, o índice de preço utilizado para atualização monetária dos dados, a linha de pobreza escolhida, e a forma como a pobreza foi estudada.

Para o estudo da evolução da pobreza, utilizou-se a classe de medidas FGT, que primeiramente fundamentou a análise comparativa Brasil – Nordeste – Paraíba, num segundo momento, os métodos de decomposição da pobreza por atividade econômica, e em terceiro a decomposição entre os componentes crescimento e redistribuição da renda. Por fim, ainda aplicou-se um modelo econométrico denominado *logit* no intuito de traçar o perfil dos pobres.

4.1 Variável utilizada, índice deflator e linha de pobreza

Tendo em vista atender aos objetivos propostos, a análise da pobreza no Nordeste e na Paraíba foi realizada do ponto de vista da insuficiência de renda, mesmo sabendo das limitações existentes nesse tipo de estudo, que a trata principalmente sob o enfoque de pobreza absoluta, não levando em consideração outras medidas de bem-estar como o acesso a serviços públicos como água canalizada e luz elétrica¹⁵, saúde, educação, e as mais diversas formas de inserção social, observadas a partir da declaração subjetiva das pessoas. Contudo, a análise pela insuficiência de renda ainda é amplamente utilizada, estando assim definida dentro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Assim, foram utilizados dados secundários sobre a renda mensal domiciliar *per capita*, para a decomposição por atividade econômica e entre os componentes crescimento e redistribuição, e o rendimento mensal individual de todas as fontes, para o estudo das variáveis de maior associação com a pobreza por meio do modelo *logit*, coletados a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)¹⁶, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O período de análise é 1995-2009, que é

¹⁵ Variáveis utilizadas por Kageyama e Hoffmann (2006) na análise da pobreza multidimensional no Brasil no período 1992-2004.

¹⁶ Como a PNAD possui um desenho amostral complexo, a não consideração deste pode levar a estimativas não eficientes, porém, para a amostra em si, os resultados são consistentes. O ajustamento dos dados levando-se em consideração o desenho amostral foi realizado apenas para o capítulo referente ao modelo econométrico *logit*. Deve-se ressaltar ainda que até o ano 2004 a PNAD não cobria a área rural da região Norte, por isso, nas análises que englobam essa região, sua área rural foi excluída.

referente ao período pós-real e que foi dividido entre os subperíodos: 1995-2002 e 2003-2009, correspondentes aos governos FHC e Lula¹⁷.

Como a PNAD varia um pouco entre um ano e outro, foi necessário fazer um estudo comparativo sobre a variável utilizada nos anos estudados. Observou-se que apenas no ano 2009 a variável rendimento mensal domiciliar *per capita* foi calculada, nos demais anos foi possível encontrar apenas o rendimento mensal domiciliar, assim, a partir da definição de rendimento mensal domiciliar *per capita* em 2009, calculou-se essa variável para os demais anos.

De acordo com a definição da PNAD em 2009, o rendimento mensal domiciliar *per capita* é a divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de membros do domicílio, sendo o rendimento mensal domiciliar a soma dos rendimentos mensais dos moradores, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na unidade domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Para a atualização monetária dos dados utilizou-se o deflator para rendimentos da PNAD, obtido a partir do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, disponível no sítio do IPEADATA, tendo como base o ano 2009. A população objetivo desse índice abrange as famílias com renda mensal entre um e seis salários mínimos, cujo chefe é assalariado em sua ocupação principal e também residente nas áreas urbanas das regiões. Suas áreas de abrangência são: as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, e ainda Brasília e o município de Goiânia.

Conforme Corseuil e Foguel (2002) a utilização do INPC para a atualização monetária dos dados é justificada pelo fato de ser mais relevante utilizar um índice que mede com maior precisão o poder de compra das famílias mais pobres, dado que esse índice abrange somente as famílias com rendimentos entre um e seis salários mínimos.

Dadas as opções de linhas de pobreza frequentemente utilizadas para medir pobreza no Brasil, como já discutido anteriormente, optou-se por empregar uma linha de pobreza com base no salário mínimo, sendo esta aqui definida como metade do salário mínimo de 2009, em que o salário mínimo de 2009 correspondia R\$ 465,00, logo, a linha de pobreza à R\$ 232,50.

Linhas de pobreza derivadas do salário mínimo têm sido amplamente utilizadas em diversos estudos recentes no Brasil, tais como: Hoffmann (2000); Hoffmann (2005);

¹⁷ No período de coleta de dados a PNAD 2010 ainda não havia sido publicada, o que justifica a não utilização do último ano do governo Lula nesse trabalho.

Kageyama e Hoffmann (2006); Helfand, Rocha e Vinhais (2009); Araújo, Figueirêdo e Salvato (2009); Sobel, Gonçalves e Costa (2010); entre outros. Além de ser assim derivada, até mesmo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na construção do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Por fim, o capítulo que levou em consideração o estrato de residência considerou como domicílios pertencentes à área urbana os localizados em: cidade ou vila – área urbanizada; cidade ou vila – área não urbanizada; e áreas urbanas isoladas. Já os domicílios considerados pertencentes à área rural foram os localizados em: aglomerado rural de extensão urbana; aglomerado rural, isolado, povoado; aglomerado rural, isolado, núcleos; aglomerado rural, isolado, outros aglomerados; e zona rural exclusive aglomerado rural.

4.2 Método de decomposição da pobreza por setor de atividade econômica

Ravallion e Huppi (1990; 1991) utilizaram a classe de medidas FGT, para a construção de uma simples fórmula, com o objetivo de avaliar a contribuição da redução da pobreza em cada setor de atividade econômica (mudanças intra-setoriais) e a contribuição das mudanças na distribuição da população entre esses setores (mudanças inter-setoriais), para a redução da pobreza global. Essa classe de medidas é escolhida por apresentar as importantes propriedades que uma medida de pobreza deve ter, as quais são: aumentar quando a renda de uma família pobre diminui (axioma da monotonicidade), aumentar quando a renda é transferida de uma família pobre para outra menos pobre (axioma da transferência), incorporar uma medida de distribuição de renda entre os pobres, e ser aditivamente decomposta por subgrupo populacional. Assim, dada as medidas de pobreza em duas datas ($t = 0$ e 1), a fórmula obtida a partir da classe de medidas FGT é a seguinte:

$$\begin{aligned}
 P_1 - P_0 = & \sum (P_{i1} - P_{i0})n_{i0} \text{ (efeito intra-setorial)} \\
 & + \sum (n_{i1} - n_{i0})P_{i0} \text{ (efeito deslocamento da população)} \\
 & + \sum (P_{i1} - P_{i0})(n_{i1} - n_{i0}) \text{ (efeito de interação)}
 \end{aligned} \tag{7}$$

Em que P_{it} é a medida de pobreza FGT para o setor i com população n_i no período t , cujos somatórios são sobre $i = 1, \dots, m$, setores.

A partir dessa fórmula, é possível observar a existência de três efeitos: intra-setorial, deslocamento da população e interação. O primeiro é referente à contribuição da variação da pobreza dentro dos setores, ou seja, diz quanto da variação da pobreza agregada deveu-se a mudanças na pobreza dentro de cada setor, sendo tal efeito controlado pela parcela da população do período base. O segundo mostra como as mudanças na distribuição da população entre os setores contribuíram para a mudança na pobreza agregada entre os períodos t_0 e t_1 . Por fim, o terceiro aparece quando existe correlação entre os ganhos setoriais e as mudanças populacionais.

O presente trabalho adota esse método de decomposição para realização da análise da estrutura setorial da pobreza e sua evolução, como Ravallion e Huppi (1990, 1991) em estudo realizado para Indonésia. Aqui, a estrutura setorial adotada considerará as atividades econômicas no Nordeste brasileiro e na Paraíba.

Para aplicação desse método de decomposição a variável utilizada foi a renda mensal domiciliar *per capita*. Considerando a decomposição setorial por atividade econômica, a escolha do setor de atividade para representar os componentes do domicílio foi feita com base na atividade da empresa na qual trabalhava o chefe do domicílio (em seu trabalho principal). Quando o chefe do domicílio não tinha trabalho principal optou-se por escolher a atividade do indivíduo com maior renda no trabalho principal do domicílio. A opção pela adoção do critério de escolha da atividade pelo chefe do domicílio se deve ao fato de que, de um modo geral, a maioria dos indivíduos pertencentes a este, depende da renda ganha por essa pessoa.

A classificação das atividades econômicas da PNAD em 2002, 2003 e 2009 tem como base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (CNAE Domiciliar), entretanto, a utilizada em 1995 tinha como base a classificação de atividades adotada no Censo 1991, o que significa que foi necessário realizar algumas compatibilizações devido às mudanças ocorridas.

Conforme classificação da PNAD, no ano 1995 havia onze setores de atividades, os quais eram: agrícola; indústria de transformação; indústria da construção; outras atividades industriais; comércio de mercadorias; prestação de serviços; serviços auxiliares da atividade econômica; transporte e comunicação; social; administração pública; outras atividades e atividades mal definidas ou não declaradas. Já nos anos 2002, 2003 e 2009, eram treze os setores de atividades: agrícola; indústria; indústria de transformação; construção; comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos sociais e pessoais; outras atividades; atividades mal definidas ou não declaradas.

Assim, a compatibilização foi feita de forma a reagrupar as atividades dos indivíduos em 1995 de acordo com a classificação dos setores de atividades nos outros anos. Para isso, utilizou-se a tabela de correspondência CNAE-Dom x CNAE x PNAD 91 da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) do IBGE. Porém, algumas atividades em 1995 poderiam ser enquadradas em mais de um grupamento de atividade pela classificação dos anos 2002, 2003 e 2009, dessa forma, a escolha do setor de atividade no qual essas deveriam ser encaixadas foi feita de maneira subjetiva, analisando-se com qual setor elas se identificavam mais, objetivando-se com isso evitar dupla contagem dos indivíduos.

Também foi realizada a fusão de dois setores de atividades, em todos os anos estudados: o da administração pública e o da saúde, educação e serviços sociais. Essa agregação foi feita devido ao fato de que em 1995 a parte referente à saúde pública estava codificada com o mesmo número que outras atividades da administração pública, não sendo possível separá-los, o que implicava na inclusão da saúde pública em 1995 apenas no setor da administração pública (já que as demais atividades que compunham a administração pública eram predominantes) e não no setor de saúde, educação e serviços sociais, como deveria ser feito, dado que a saúde pública compõe boa parte da atividade da saúde. Deste modo, como a agregação teve que ser feita em 1995, nos outros anos ela também foi necessária para poder compará-las.

Por último, criou-se um setor denominado outras fontes para aqueles indivíduos que não faziam parte de nenhum setor de atividade econômica, ou seja, cuja renda não era proveniente do trabalho. Assim, ao final de todo o processo de tratamento dos dados foi possível obter treze setores de atividade econômica¹⁸, os quais foram:

- 1- Agrícola
- 2- Outras atividades industriais;
- 3- Indústria de transformação;
- 4- Construção;
- 5- Comercio e reparação;
- 6- Alojamento e alimentação;
- 7- Transporte armazenagem e comunicação;
- 8- Administração pública, educação, saúde e serviços sociais;
- 9- Serviços domésticos;
- 10- Outros serviços coletivos, sociais e pessoais;

¹⁸ As tabelas com a composição de cada setor de atividade e com a compatibilização das atividades encontram-se no apêndice A.

- 11- Outras atividades;
- 12- Atividades mal definidas e/ou não declaradas¹⁹;
- 13- Outras fontes.

4.3 Método de decomposição da pobreza entre os componentes crescimento e redistribuição da renda

Uma ampla gama de estudos sobre pobreza procura analisar como mudanças no crescimento e na redistribuição de renda a impactam. Datt (1998) apresenta um método para estimar medidas de pobreza baseado em curvas parametrizadas de *Lorenz*, que, segundo ele, é uma metodologia preferível por sua precisão relativa e pela facilidade com que permite realizar várias simulações de pobreza. Uma dessas possíveis simulações é a decomposição das mudanças na pobreza entre os componentes crescimento e redistribuição. Os elementos básicos da metodologia desenvolvida por ele são as seguintes funções:

$$\text{Curva de Lorenz: } L = L(p; \pi) \quad (8)$$

e

$$\text{Medida de Pobreza: } P = P(\mu/z, \pi) \quad (9)$$

Onde L é a parte p percentual inferior da população em termos de renda agregada e π é um vetor (estimado) de parâmetros da curva de *Lorenz*. Já P é uma medida de pobreza escrita como função da razão entre a renda média μ e a linha de pobreza z e dos parâmetros da curva de *Lorenz*. Enquanto a função L inclui parametrizações alternativas da curva de *Lorenz*, a função P inclui diferentes medidas de pobreza.

A curva de *Lorenz* capta todas as informações sobre o padrão de desigualdade relativa na população, sendo independente de quaisquer considerações de padrões de vida absolutos. Já a medida de pobreza, capta a avaliação do padrão de vida absoluto dos pobres. Quanto à estas últimas, ele utiliza a classe de medidas FGT devido a suas propriedades desejáveis (monotonicidade, transferência e aditividade) e ao fato de incluir algumas medidas amplamente utilizadas (*head count* e *poverty gap*).

Segundo Datt (1998) partindo-se de qualquer parametrização válida da curva de *Lorenz*, principalmente através do modelo quadrático geral (GQ) de Villasenor e Arnold

¹⁹ Os domicílios com renda mensal domiciliar igual a zero foram alocados dentro do setor de atividades mal definidas e/ou não declaradas.

(1984, 1989) e do modelo Beta de Kakwani (1980)²⁰, que são as formas funcionais mais utilizadas, é possível obter as fórmulas para as medidas de pobreza²¹. Entretanto, a parametrização que aqui será empregada terá por base o modelo quadrático geral (GQ), pois conforme Datt e Ravallion (1992) e Datt (1998), este tem uma vantagem comparativa em relação ao modelo Beta - ser obtido de maneira computacionalmente mais simples, gerando formas explícitas para todas as medidas de pobreza - enquanto o modelo Beta requer a solução de uma equação implícita não-linear para estimar o índice *head count* (H) e avaliação de funções Beta incompletas para estimar o índice de pobreza P_2 , ou seja, para $\alpha = 2$ (da classe FGT).

Diante disso, Datt e Ravallion (1992) derivam as fórmulas para a classe de medidas FGT (P_0 , P_1 e P_2 , que ele denomina H, PG e SPG) a partir da seguinte equação da curva de Lorenz para o modelo quadrático geral:

$$L(1-L) = a(p^2 - L) + bL(p-1) + c(p-L) \quad (10)$$

Em que L é a proporção acumulada (ou percentual) da renda; p é a proporção acumulada (ou percentual) da população; a, b, c são parâmetros que podem ser estimados por mínimos quadrados ordinários. As funções obtidas para as medidas de pobreza FGT são:

$$H = -\frac{1}{2m} [n + r(b + 2z/\mu) \{(b + 2z/\mu)^2 - m\}^{-\frac{1}{2}}] \quad (11)$$

$$PG = H - \left(\frac{\mu}{z}\right) L(H) \quad (12)$$

$$SPG = 2(PG) - H - \left(\frac{\mu}{z}\right)^2 [aH + bL(H) - \left(\frac{r}{16}\right) \ln\left(\frac{1-H/\varepsilon_1}{1-H/\varepsilon_2}\right)] \quad (13)$$

Onde:

$$m = b^2 - 4a$$

$$n = 2be - 4c$$

$$e = -(a + b + c + 1)$$

²⁰ Para maiores detalhes sobre o modelo quadrático geral ver Villaseñor e Arnold (1984, 1989) e sobre o modelo Beta ver Kakwani (1980)

²¹ As medidas de pobreza estimada para as parametrizações citadas podem ser vistas em Datt e Ravallion (1992, p. 281) e em Datt (1998, p. 6).

$$r = (n^2 - 4me^2)^{1/2}$$

$$s_1 = (r - n)/(2m)$$

$$s_2 = -(r - n)/(2m)$$

$$L(H) = -\frac{1}{2} [bH + e + (mH^2 + nH + e^2)^{\frac{1}{2}}]$$

Assim, tendo essas medidas de pobreza derivadas, fica fácil realizar a decomposição que se objetiva e que também foi proposta por Datt e Ravallion (1992) e aplicada para o Brasil e a Índia na década de 1980. Segundo esses autores, uma mudança na pobreza entre as datas t e $t + n$ pode ser decomposta da seguinte maneira:

$$P_{t+n} - P_t = G(t, t + n; r) + D(t, t + n; r) + R(t, t + n; r) \quad (14)$$

Componente crescimento	Componente redistribuição	Resíduo
---------------------------	------------------------------	---------

Em que os componentes crescimento e redistribuição são dados respectivamente por:

$$G(t, t + n; r) \equiv P(z/\mu_{t+n}, L_r) - P(z/\mu_t, L_r) \quad (15)$$

$$D(t, t + n; r) \equiv P(z/\mu_r, L_{t+n}) - P(z/\mu_r, L_t) \quad (16)$$

Dada uma mudança na medida de pobreza, o componente crescimento é definido como a variação na pobreza devido a uma mudança na renda média, mantendo-se constante a curva de *Lorenz* em algum nível de referência L_r . Por sua vez, o componente redistribuição é a mudança na pobreza devido a uma mudança na curva de *Lorenz*, mantendo-se a renda média constante num nível de referência μ_r . A parte da equação de decomposição denominada resíduo existe sempre que a medida de pobreza não é aditivamente separável entre μ e L , ou seja, sempre que os efeitos marginais de mudanças na renda média (curva de *Lorenz*) sobre o índice de pobreza dependerem da curva de *Lorenz* (renda média). Entretanto, o resíduo em si não tem um significado, para verificar isso é importante observar que quando $r = t$ ele é escrito da seguinte forma:

$$R(t, t + n; t) = G(t, t + n; t + n) - G(t, t + n; t) \quad (17)$$

$$= D(t, t + n; t + n) - D(t, t + n; t)$$

Podendo ser interpretado como a diferença entre os componentes crescimento (redistribuição) avaliados sob as curvas de *Lorenz* finais e iniciais (rendas médias), respectivamente. Assim, se a renda média ou a curva de *Lorenz* permanecer inalterada ao longo do período de decomposição, o resíduo desaparece.

Enfim, a metodologia apresentada será empregada na análise da contribuição do crescimento e da redistribuição de renda para a redução da pobreza no Nordeste e na Paraíba.

4.4 Variáveis utilizadas na análise dos determinantes da pobreza e o modelo econométrico

Objetivando identificar quais características têm maior associação com a pobreza nordestina e paraibana, utilizou-se o modelo *logit*, já que a variável dependente é uma variável qualitativa dicotômica que assume valor um se o indivíduo é considerado pobre e zero se não pobre.

O modelo adotado segue a metodologia empregada por Fiszbein e Psacharopoulos (1995), também empregado por Silva Júnior (2006) em estudo sobre a pobreza rural nordestina e por Mendonça *et al.* (2010) analisando a pobreza rural no Ceará.

Para classificar os indivíduos em pobres e não-pobres considerou-se a renda individual de todas as fontes, que foi comparada à linha de pobreza antes determinada. A função especificada depende das características relativas aos indivíduos, que determinarão a probabilidade destes de cair ou não em situação de pobreza. Seguindo Gujarati (2006) essa função é definida da seguinte forma:

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_1 + \beta_2 X_i)}} \quad (18)$$

Sendo P_i a probabilidade de ser pobre e X_i o vetor de características do indivíduo i . Para facilitar o entendimento chamemos $Z_i = \beta_1 + \beta_2 X_i$ logo:

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-Z_i}} = \frac{e^Z}{1 + e^Z} \quad (19)$$

Se P_i é a probabilidade do indivíduo ser pobre, $(1 - P_i)$ é a probabilidade de não ser, assim:

$$1 - P_i = \frac{1}{1 + e^{z_i}} \quad (20)$$

Portanto, pode-se escrever:

$$\frac{P_i}{1 - P_i} = \frac{1 + e^{z_i}}{1 + e^{-z_i}} = e^{z_i} \quad (21)$$

Que é a razão da probabilidade do indivíduo ser pobre contra a probabilidade de que não seja.

Retirando o logarítmo natural, chega-se a equação a seguir:

$$L_i = \ln\left(\frac{P_i}{1 - P_i}\right) = Z_i = \beta_1 + \beta_2 X_i \quad (22)$$

Que ao se acrescentar o componente aleatório de perturbação μ_i , para fins de estimação, tem-se a equação do modelo *logit* propriamente dito:

$$L_i = \ln\left(\frac{P_i}{1 - P_i}\right) = \beta_1 + \beta_2 X_i + \mu_i \quad (23)$$

Assim, o modelo proposto a ser estimado na tentativa de determinar as variáveis que têm maior associação com a pobreza no Nordeste e na Paraíba, é dado pela seguinte equação:

$$\begin{aligned} L_i = \ln\left(\frac{P_i}{1 - P_i}\right) = & \beta_0 + \beta_1 \text{GEN} + \beta_2 \text{ID} + \beta_3 \text{COR} + \beta_4 \text{MFUND} + \beta_5 \text{FUND} + \beta_6 \text{MED} + \\ & \beta_7 \text{SUP} + \beta_8 \text{AGR} + \beta_9 \text{ID2} + \beta_{10} \text{RUR_URB} + \beta_{11} \text{MA} + \beta_{12} \text{PI} + \\ & \beta_{13} \text{CE} + \beta_{14} \text{RN} + \beta_{15} \text{PB} + \beta_{16} \text{PE} + \beta_{17} \text{AL} + \beta_{18} \text{SE} + \mu_i \end{aligned} \quad (24)$$

Onde a variável GEN é uma *dummy* que assume valor um se o indivíduo for do sexo masculino e zero se do feminino. A variável ID é a idade do indivíduo, e ID2 a idade elevada ao quadrado, para captar os efeitos do ciclo de vida. A variável COR é uma variável que assume valor igual a um se o indivíduo é de cor branca e zero se não-branca. As variáveis

MFUND, FUND, MED e SUP são *dummys* da educação onde: MFUND corresponde ao indivíduo ter entre um e menos de oito anos de estudo, ou seja, não ter o ensino fundamental completo, FUND ao indivíduo ter o ensino fundamental completo ou o médio incompleto, MED se possui o ensino médio completo ou superior incompleto e SUP se tem nível superior completo, em que a variável de comparação é o indivíduo não ter nenhum ano de estudo. A variável AGR é uma *dummy* que assume valor igual a um se o indivíduo possui atividade principal na agricultura e zero se não. A variável RUR_URB é uma *dummy* que assume valor um se o indivíduo reside na área urbana e zero se na rural. Finalmente, foram usadas oito *dummys* para a variável localizacional, no caso específico da região Nordeste: Maranhão (MA), Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL) e Sergipe (SE), sendo o estado da Bahia a variável de comparação.

5 POBREZA NO BRASIL, NORDESTE E PARAÍBA: ANÁLISE COMPARATIVA E EVOLUÇÃO

Antes de partir para a análise da decomposição da pobreza na região Nordeste e no estado da Paraíba, especificamente, torna-se importante desenhar um quadro geral da evolução da renda e da pobreza no país ao longo do período estudado. Deste modo, no presente capítulo, esse estudo é realizado para o Brasil como um todo, segundo regiões, mostrando a posição relativa do Nordeste, e para o Nordeste, por unidade da federação, apontando a posição relativa da Paraíba. A análise é feita tanto para os domicílios do Brasil e Nordeste de um modo geral, quanto para a separação dos domicílios por situação censitária – urbana e rural.

5.1 Pobreza no Brasil por região

A tabela 1, apresenta o rendimento médio mensal domiciliar (ou renda mensal domiciliar *per capita*) para o Brasil e regiões considerando-se sua variação ao longo do período 1995-2009 e dos sub-períodos correspondentes aos governos FHC e Lula.

Observando-se os níveis de renda média referente à área total das regiões brasileiras, pode-se constatar que em todos os anos a região Nordeste apresentou os menores valores, seguida pela região Norte, enquanto o Sudeste se destacou por apresentar os maiores rendimentos médios, com exceção para o ano 2009, quando a região Sul o supera. Já o Centro-Oeste apresenta-se em uma situação intermediária, com rendimento médio inferior aos do Sudeste e Sul, porém, superior, aos do Nordeste e Norte. Contudo, quando se observa a variação relativa do rendimento médio no período 1995-2009, verifica-se que o Nordeste é a segunda região que apresenta maior crescimento (40,5%), ficando atrás apenas do Centro-Oeste, onde esse crescimento foi de 42,4%. No extremo oposto, o Sudeste é a região com menor taxa de crescimento, pouco mais de 9%.

Uma possível explicação para esse crescimento mais significativo no Nordeste pode ser a expansão das políticas de transferência de renda que atuaram no sentido de favorecer com maior intensidade o crescimento da renda daqueles que têm rendimento médio mais baixo, logo, maior facilidade desses impactos se mostrarem evidentes. O maior poder aquisitivo das classes de renda mais baixa tem como consequência o estímulo ao consumo, aumentando a demanda e, por conseguinte, o nível de emprego e renda da região de um modo

geral. Enquanto nas regiões com rendimento médio mais elevado, tal efeito não se mostra tão claro.

Olhando para a variação relativa do rendimento médio no sub-período correspondente ao governo FHC, observa-se uma trajetória de queda na maioria das regiões, excetuando-se o Centro-Oeste e o Nordeste, que apresentaram crescimento de 12,6% e 2,9%, respectivamente. Por sua vez, no sub-período referente ao governo Lula todas as regiões apresentaram crescimento positivo, com destaque para o Nordeste, região com maior taxa de crescimento (46%).

Tabela 1 - Evolução do rendimento mensal domiciliar *per capita* por região – Brasil (em R\$ de 2009).

REGIÃO	ÁREA	RENDIA MÉDIA				VAR. %	VAR. %	VAR. %
		1995	2002	2003	2009	(1995-2002)	(2003-2009)	(1995-2009)
NORTE	TOTAL	527,75	461,04	423,81	584,37	-12,64	37,89	10,73
	RURAL	-	-	-	-	-	-	-
	URBANO	527,75	461,04	423,81	584,37	-12,64	37,89	10,73
NORDESTE	TOTAL	348,84	358,98	335,61	489,99	2,91	46,00	40,46
	RURAL	180,25	166,05	171,82	263,02	-7,87	53,08	45,92
	URBANO	439,62	430,95	396,15	568,48	-1,97	43,50	29,31
SUDESTE	TOTAL	818,68	777,41	731,54	895,19	-5,04	22,37	9,35
	RURAL	318,28	321,73	345,27	476,15	1,08	37,91	49,60
	URBANO	878,02	815,05	763,27	929,22	-7,17	21,74	5,83
SUL	TOTAL	703,30	699,35	700,32	897,25	-0,56	28,12	27,58
	RURAL	335,05	387,59	449,84	575,29	15,68	27,89	71,70
	URBANO	801,46	765,04	751,43	959,25	-4,55	27,66	19,69
CENTRO-OESTE	TOTAL	624,82	703,46	637,58	889,56	12,59	39,52	42,37
	RURAL	322,13	374,91	333,40	532,98	16,38	59,86	65,45
	URBANO	693,55	753,30	686,14	949,91	8,61	38,44	36,96
BRASIL	TOTAL	650,10	634,59	600,35	768,18	-2,39	27,95	18,16
	RURAL	253,93	261,64	278,73	391,11	3,04	40,32	54,02
	URBANO	742,67	697,03	653,89	828,35	-6,15	26,68	11,54

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE.

Por sua vez, a análise para o estrato rural, área já conhecida por apresentar menores níveis de renda, também permite constatar que o mais baixo rendimento médio encontra-se na região Nordeste, em todos os anos estudados, enquanto a região Sul se mostra com melhor desempenho, seguida pelo Centro-Oeste e Sudeste. Quanto à variação relativa, observa-se forte crescimento da renda média no estrato rural no período 1995-2009, porém, mesmo o Nordeste apresentando crescimento bastante significativo (45,9%), este foi inferior ao das

demais regiões, onde o Sul e o Centro-Oeste se destacaram com crescimento de 71,7% e 65,4% e o Sudeste com uma variação de 49,6%.

No sub-período 1995-2002 a região Nordeste foi a única em que o rendimento médio do estrato rural decresceu. Já no sub-período 2003-2009, observou-se crescimento em todas as regiões, onde o Centro-Oeste apresentou melhor *performance* (59,9%), seguido pelo Nordeste (53,1%). Já o Sudeste e o Sul apresentaram um crescimento mais moderado de 37,9% e 27,9%, respectivamente.

É também na área urbana do Nordeste que estão os menores rendimentos médios quando comparado às demais regiões. Nos anos 1995, 2002 e 2003 os maiores valores da renda *per capita* domiciliar urbana encontravam-se no Sudeste, mas em 2009 este passa a ser superado pelo Sul e Centro-Oeste. Aqui também houve considerável crescimento da renda média entre 1995 e 2009, onde o resultado mais favorável foi no Centro-Oeste (37%) e em sequência no Nordeste (29%), enquanto no Sul esse crescimento foi de 19,7%, no Norte de 10,7% e no Sudeste de apenas 5,8%.

No período que cobre o governo FHC, a renda média do estrato urbano só não caiu na região Centro-Oeste, que apresentou um crescimento de 8,6%. Dentre as regiões que mostraram queda, o Norte teve pior resultado, com redução de 12,6%, seguido pelo Sudeste, com queda de 7,2%. O governo Lula novamente apresenta resultados positivos, o estudo para o período que abrange esse governo permite observar crescimento da renda média do estrato urbano de todas as regiões, com o Nordeste apresentando o maior crescimento (43,5%) e o Sudeste o menor (21,7%).

Diante do exposto, observa-se que de fato o Nordeste é a região mais desfavorecida do país em termos de renda, apesar disso, foi possível verificar que essa região é a que vem apresentando maior crescimento relativo da renda domiciliar *per capita*, enquanto no Sudeste, onde o rendimento médio é mais elevado, observa-se as menores taxas de crescimento.

Assim, visando complementar a análise anterior, na sequência são descritos os indicadores de pobreza (P_0 , P_1 e P_2) para o Brasil e regiões, assim como, a evolução das participações de cada região na pobreza total do país. Na tabela 2, encontram-se os dados referentes à P_0 que é o indicador que fornece a proporção de pobres na população.

Como esperado, ao observar os valores de P_0 , constata-se que o Nordeste apresenta pior indicador, considerando-se a área total, ele esteve sempre acima de 0,43 ou 43%. Essa observação é válida tanto para as áreas urbanas, quanto para as rurais, sendo bem mais intensa nas áreas rurais nordestinas, atingindo mais de 60% da população. Em seguida, aparece o Norte com proporção de pobres acima de 32% (áreas total e urbana) e o Centro-Oeste acima

de 18% (áreas total, urbana e rural). Com menores valores vem o Sudeste, nas áreas total e urbana no ano 1995, e o Sul na área rural em 1995 e em todas as áreas nos demais anos.

Tabela 2 - Índice de pobreza P_0 , por região, segundo situação censitária (rural e urbana) - Brasil.

$\alpha=0$								
REGIÃO	ÁREA	1995	2002	2003	2009	VAR. % (1995-2002)	VAR. % (2003-2009)	VAR. % (1995-2009)
NORTE	TOTAL	0,4414	0,4750	0,4969	0,3289	7,61	-33,80	-25,47
	RURAL	-	-	-	-	-	-	-
	URBANO	0,4414	0,4750	0,4969	0,3289	7,61	-33,80	-25,47
NORDESTE	TOTAL	0,6234	0,6022	0,6185	0,4393	-3,40	-28,98	-29,53
	RURAL	0,7788	0,7829	0,7703	0,6053	0,53	-21,42	-22,28
	URBANO	0,5397	0,5347	0,5624	0,3819	-0,91	-32,10	-29,24
SUDESTE	TOTAL	0,2565	0,2570	0,2793	0,1558	0,18	-44,23	-39,26
	RURAL	0,5719	0,5354	0,5333	0,3207	-6,39	-39,85	-43,92
	URBANO	0,2191	0,2340	0,2585	0,1424	6,79	-44,91	-35,01
SUL	TOTAL	0,2975	0,2487	0,2545	0,1376	-16,42	-45,93	-53,75
	RURAL	0,5289	0,4164	0,3747	0,2199	-21,27	-41,31	-58,42
	URBANO	0,2358	0,2133	0,2299	0,1217	-9,55	-47,05	-48,38
CENTRO-OESTE	TOTAL	0,3833	0,3338	0,3609	0,2002	-12,91	-44,55	-47,78
	RURAL	0,5968	0,4980	0,5476	0,3123	-16,55	-42,97	-47,66
	URBANO	0,3348	0,3089	0,3311	0,1840	-7,75	-44,43	-45,04
BRASIL	TOTAL	0,3766	0,3619	0,3811	0,2426	-3,91	-36,35	-35,60
	RURAL	0,6672	0,6313	0,6211	0,4449	-5,38	-28,37	-33,32
	URBANO	0,3088	0,3168	0,3411	0,2103	2,61	-38,36	-31,90
PARTICIPAÇÃO (%)								
REGIÃO	ÁREA	1995	2002	2003	2009	VAR. % (1995-2002)	VAR. % (2003-2009)	VAR. % (1995-2009)
NORTE	TOTAL	4,57	6,52	6,54	7,61	42,63	16,39	66,61
	RURAL	-	-	-	-	-	-	-
	URBANO	6,88	8,69	8,53	10,19	26,41	19,47	48,10
NORDESTE	TOTAL	43,93	43,30	42,50	48,92	-1,43	15,11	11,36
	RURAL	57,25	61,14	61,42	68,63	6,79	11,73	19,86
	URBANO	37,20	37,35	36,77	42,27	0,40	14,96	13,62
SUDESTE	TOTAL	31,38	32,15	33,05	28,17	2,48	-14,78	-10,23
	RURAL	22,11	20,43	20,60	17,26	-7,58	-16,19	-21,93
	URBANO	36,06	36,06	36,83	31,85	0,02	-13,52	-11,67
SUL	TOTAL	13,08	11,23	10,86	9,02	-14,11	-16,92	-31,02
	RURAL	14,59	13,09	11,66	9,23	-10,29	-20,83	-36,75
	URBANO	12,32	10,62	10,62	8,95	-13,83	-15,69	-27,32
CENTRO-OESTE	TOTAL	7,05	6,80	7,05	6,28	-3,55	-10,92	-10,90
	RURAL	6,05	5,34	6,33	4,89	-11,76	-22,81	-19,25
	URBANO	7,55	7,28	7,27	6,75	-3,54	-7,12	-10,61

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE.

Quanto à variação na proporção de pobres no período 1995-2009, verifica-se redução de P_0 em todas as regiões e em todas as áreas. Levando-se em consideração a área rural, a redução observada nesse indicador é menos intensa para o Nordeste. Entretanto, quando se considera a área total e a urbana é no Norte que essa queda é menor (25,47%), mas o Nordeste vem logo em seguida com reduções em P_0 de 29,24% e 29,53%²², respectivamente.

Considerando a trajetória de P_0 ao longo dos governos FHC e Lula, nota-se uma diferença muito grande em termos de redução desse indicador, pois enquanto no primeiro governo a redução de P_0 , correspondente à área total do Brasil, foi de 3,9%, no último governo mencionado essa queda foi de pouco mais de 36%, apresentando redução em todas as áreas de todas as regiões, contudo, no Nordeste essa redução foi menos intensa.

Vale destacar que no governo FHC houve aumento de P_0 nas áreas urbanas para o Brasil como um todo (2,6%), e nas regiões Norte (7,6%) e Sudeste (6,8%). Já a pobreza rural diminuiu em quase todas as regiões à exceção do Nordeste que apresentou um pequeno aumento de 0,5%.

A situação crítica do Nordeste quanto à pobreza torna-se ainda mais evidente quando a análise do indicador em consideração é feita em termos de participação, onde essa região responde em termos de média dos anos selecionados por 44,7% da proporção de pobres total do país, seguida pelo Sudeste com 31,2%, Sul com 11%, Centro-Oeste com 6,8% e Norte com 6,3%. Considerando-se a área rural das regiões, essa mesma tendência é observada, já nas áreas urbanas a única diferença verificada é a troca de posição entre o Norte e o Centro-Oeste.

Quanto à variação na participação em P_0 , constatou-se que apesar da queda considerável desse indicador ao longo do período 1995-2009, no Nordeste e no Norte a participação na proporção de pobres (total, rural e urbana) aumentou, enquanto nas demais regiões diminuiu (com maior força nas áreas rurais), o que se traduz em persistência das desigualdades regionais.

Considerando-se o período 1995-2002, houve aumento considerável da participação do Norte na pobreza total, um pequeno aumento no Sudeste, e redução no Sul, Centro-Oeste e Nordeste. Já na área urbana verificou-se aumento da participação na proporção de pobres no Norte, Nordeste e Sudeste e redução nas demais, enquanto isso, na área rural a única região que aumentou a participação em P_0 foi o Nordeste. Por sua vez, no sub-período que abrange o governo Lula a tendência foi a mesma observada no período 1995-2009.

²² Deve-se lembrar que os indicadores de pobreza para a região Norte não inclui a área rural da mesma.

A tabela 3 apresenta a medida P_1 , ou hiato de pobreza, que leva em consideração tanto a proporção de pobres, quanto a intensidade da pobreza, ou seja, se o indivíduo está pouco ou muito abaixo da linha da pobreza especificada.

Tabela 3 - Índice de pobreza P_1 , por região, segundo situação censitária (rural e urbana) - Brasil.

$\alpha=1$								
REGIÃO	ÁREA	1995	2002	2003	2009	VAR. % (1995-2002)	VAR. % (2003-2009)	VAR. % (1995-2009)
NORTE	TOTAL	0,2006	0,2181	0,2240	0,1305	8,71	-41,73	-34,93
	RURAL	-	-	-	-	-	-	-
	URBANO	0,2006	0,2181	0,2240	0,1305	8,71	-41,73	-34,93
NORDESTE	TOTAL	0,3299	0,3129	0,3237	0,1964	-5,14	-39,33	-40,46
	RURAL	0,4586	0,4481	0,4451	0,3080	-2,29	-30,82	-32,84
	URBANO	0,2606	0,2625	0,2789	0,1579	0,73	-43,39	-39,43
SUDESTE	TOTAL	0,1082	0,1072	0,1160	0,0584	-0,93	-49,66	-46,02
	RURAL	0,2749	0,2466	0,2406	0,1217	-10,31	-49,42	-55,73
	URBANO	0,0884	0,0956	0,1057	0,0533	8,21	-49,64	-39,75
SUL	TOTAL	0,1267	0,0997	0,1010	0,0502	-21,31	-50,23	-60,34
	RURAL	0,2488	0,1864	0,1603	0,0867	-25,09	-45,88	-65,13
	URBANO	0,0941	0,0814	0,0888	0,0432	-13,49	-51,36	-54,09
CENTRO-OESTE	TOTAL	0,1693	0,1434	0,1531	0,0739	-15,30	-51,76	-56,38
	RURAL	0,2912	0,2280	0,2495	0,1169	-21,71	-53,14	-59,84
	URBANO	0,1417	0,1306	0,1377	0,0677	-7,81	-50,87	-52,23
BRASIL	TOTAL	0,1779	0,1677	0,1761	0,0996	-5,76	-43,44	-44,01
	RURAL	0,3613	0,3327	0,3270	0,2088	-7,91	-36,15	-42,21
	URBANO	0,1351	0,1400	0,1510	0,0822	3,67	-45,57	-39,15
PARTICIPAÇÃO (%)								
REGIÃO	ÁREA	1995	2002	2003	2009	VAR. % (1995-2002)	VAR. % (2003-2009)	VAR. % (1995-2009)
NORTE	TOTAL	4,40	6,46	6,38	7,36	46,92	15,30	67,32
	RURAL	-	-	-	-	-	-	-
	URBANO	7,15	9,03	8,68	10,34	26,37	19,11	44,72
NORDESTE	TOTAL	49,22	48,57	48,13	53,27	-1,30	10,67	8,24
	RURAL	62,25	66,40	67,41	74,39	6,66	10,37	19,50
	URBANO	41,07	41,48	41,18	44,70	1,02	8,54	8,86
SUDESTE	TOTAL	28,01	28,94	29,70	25,71	3,33	-13,42	-8,21
	RURAL	19,63	17,86	17,65	13,96	-9,02	-20,93	-28,89
	URBANO	33,25	33,35	34,04	30,48	0,31	-10,47	-8,35
SUL	TOTAL	11,79	9,72	9,32	8,02	-17,54	-13,93	-31,95
	RURAL	12,67	11,11	9,47	7,75	-12,30	-18,10	-38,80
	URBANO	11,24	9,17	9,27	8,13	-18,44	-12,28	-27,64
CENTRO-OESTE	TOTAL	6,59	6,30	6,47	5,64	-4,35	-12,78	-14,38
	RURAL	5,45	4,64	5,48	3,90	-14,95	-28,84	-28,52
	URBANO	7,30	6,97	6,83	6,35	-4,57	-6,97	-13,01

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE

A análise desse índice indica, mais uma vez, que o Nordeste apresenta pior resultado, levando-se em consideração todas as áreas, novamente mostrando-se mais intensa na rural. Em seguida vem o Norte, com pior indicador nas áreas total e urbana, seguido pelo Centro-Oeste, pelo Sul no ano 1995, e pelo Sudeste nos anos 2002, 2003 e 2009. Na área rural as regiões Centro-Oeste e Sudeste mostraram desempenho bem parecido, por sua vez, o Sul foi a região que apresentou menor P_1 .

Analizando a evolução desse índice, considerando-se todas as áreas, entre os anos 1995 e 2009, constata-se que houve uma considerável redução, principalmente nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste e em menor intensidade no Nordeste (principalmente na área rural) e, sobretudo, no Norte (áreas total e urbana).

Também se verificou grande disparidade na evolução de P_1 entre os períodos 1995-2002 e 2003-2009, sendo outra vez mais favorável neste último período (nele P_1 apresentou menor redução nas áreas total e rural do Nordeste e na área urbana do Norte). Não se pode deixar de observar que no governo FHC houve aumento de P_1 na área urbana do Brasil, do Norte e Sudeste como observado para P_0 , mas também na do Nordeste. Já na área rural observa-se redução de P_1 em todas as regiões.

Em termos de participação, a tendência foi a mesma observada para o indicador P_0 , tanto com relação à média da participação, quanto à variação dessa participação nos períodos considerados.

O índice de pobreza P_2 , conhecido como indicador de severidade da pobreza, que leva em conta além da proporção de pobres (ou extensão da pobreza) e da intensidade da pobreza, a desigualdade de renda entre os pobres, encontra-se na tabela 4. Tratando-se da intensidade da pobreza nos anos considerados, observa-se que esse indicador segue a mesma tendência dos índices P_0 e P_1 . Quanto à variação desse índice no período 1995-2009 observa-se melhor desempenho do Sul e Centro-Oeste em todas as áreas e em menor amplitude nas áreas total e rural do Nordeste e Norte (total) e na área urbana do Sudeste.

Por sua vez, a variação de P_2 nos períodos 1995-2002 e 2003-2009 e a média da participação das regiões nos anos selecionados, mostraram comportamento semelhante ao de P_1 . Ao analisar a variação nas participações em todos os períodos em destaque, a única diferença encontrada em relação à mesma análise realizada para P_1 é que no período 1995-2002 constatou-se redução da participação do Sudeste na pobreza urbana.

Ao comparar a evolução da pobreza rural com a urbana, dada pelos indicadores P_0 , P_1 e P_2 , de um modo geral observa-se que no período 1995-2002, esses indicadores caem mais na área rural. Já no período 2003-2009, ocorre o inverso, caem mais na área urbana das regiões

que na área rural. Finalmente considerando-se o período 1995-2009, a tendência de queda é maior na área rural que na urbana.

Tabela 4 - Índice de pobreza P_2 , por região, segundo situação censitária (rural e urbana) - Brasil.

$\alpha=2$								
REGIÃO	ÁREA	1995	2002	2003	2009	VAR. % (1995-2002)	VAR. % (2003-2009)	VAR. % (1995-2009)
NORTE	TOTAL	0,1191	0,1293	0,1333	0,0756	8,5	-43,3	-36,5
	RURAL	-	-	-	-	-	-	-
	URBANO	0,1191	0,1293	0,1333	0,0756	8,5	-43,3	-36,5
NORDESTE	TOTAL	0,2145	0,2002	0,2111	0,1217	-6,6	-42,3	-43,3
	RURAL	0,3177	0,3034	0,3050	0,2016	-4,5	-33,9	-36,5
	URBANO	0,1589	0,1617	0,1764	0,0941	1,8	-46,6	-40,8
SUDESTE	TOTAL	0,0639	0,0626	0,0686	0,0357	-1,9	-47,9	-44,0
	RURAL	0,1667	0,1484	0,1422	0,0697	-11,0	-50,9	-58,2
	URBANO	0,0517	0,0555	0,0626	0,0330	7,5	-47,3	-36,2
SUL	TOTAL	0,0741	0,0555	0,0573	0,0300	-25,1	-47,7	-59,6
	RURAL	0,1511	0,1085	0,0904	0,0504	-28,2	-44,2	-66,6
	URBANO	0,0536	0,0443	0,0505	0,0260	-17,3	-48,5	-51,5
CENTRO-OESTE	TOTAL	0,1001	0,0838	0,0899	0,0450	-16,3	-50,0	-55,1
	RURAL	0,1791	0,1360	0,1482	0,0693	-24,1	-53,2	-61,3
	URBANO	0,0822	0,0759	0,0806	0,0415	-7,7	-48,6	-49,6
BRASIL	TOTAL	0,1102	0,1021	0,1089	0,0610	-7,3	-44,0	-44,7
	RURAL	0,2388	0,2161	0,2132	0,1326	-9,5	-37,8	-44,5
	URBANO	0,0802	0,0831	0,0915	0,0496	3,6	-45,9	-38,2
PARTICIPAÇÃO (%)								
REGIÃO	ÁREA	1995	2002	2003	2009	VAR. % (1995-2002)	VAR. % (2003-2009)	VAR. % (1995-2009)
NORTE	TOTAL	4,21	6,29	6,14	6,96	49,17	13,32	65,12
	RURAL	-	-	-	-	-	-	-
	URBANO	7,15	9,02	8,52	9,93	26,26	16,55	38,94
NORDESTE	TOTAL	51,66	51,02	50,75	53,92	-1,23	6,25	4,38
	RURAL	65,27	69,23	70,83	76,68	6,07	8,25	17,48
	URBANO	42,19	43,09	42,96	44,20	2,15	2,88	4,77
SUDESTE	TOTAL	26,70	27,76	28,42	25,70	3,99	-9,58	-3,75
	RURAL	18,01	16,54	15,99	12,59	-8,14	-21,27	-30,10
	URBANO	32,74	32,65	33,24	31,30	-0,28	-5,85	-4,42
SUL	TOTAL	11,14	8,88	8,55	7,82	-20,25	-8,61	-29,84
	RURAL	11,65	9,97	8,19	7,10	-14,43	-13,33	-39,05
	URBANO	10,79	8,41	8,69	8,12	-22,02	-6,55	-24,71
CENTRO-OESTE	TOTAL	6,29	6,05	6,14	5,61	-3,89	-8,65	-10,82
	RURAL	5,08	4,26	4,99	3,64	-16,07	-27,10	-28,36
	URBANO	7,14	6,82	6,59	6,45	-4,41	-2,03	-9,60

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE.

Diante da descrição realizada sobre a evolução do rendimento médio e dos indicadores de pobreza no período 1995-2009 e nos sub-períodos correspondentes aos governos FHC e Lula, de modo geral, se observa, do ponto de vista espacial, um desempenho bastante distinto e bem menos favorável no governo FHC, ao contrário do positivo comportamento generalizado destes no governo Lula e no período que abrange os dois governos. Este último provavelmente influenciado pelo grande desempenho em termos de aumento da renda média e redução da pobreza na administração Lula.

Como afirmado na introdução, após o ano 1995 até a retomada da economia em 2004, os indicadores de pobreza mantiveram-se relativamente constantes. Nesse período, os níveis de renda e pobreza no país oscilaram de um ano para outro conforme o comportamento da atividade econômica. Nos anos do governo FHC isso ocorreu em decorrência da prioridade dada ao cuidado para que o fantasma da inflação não retornasse, do fortalecimento das políticas neoliberais, assim como, das várias crises internacionais que eclodiram ao longo de seu governo, prejudicando a economia brasileira, na medida em que, nesse momento o país passava por um processo de ajustamento (externo e fiscal) que, além de outros fatores, visava adquirir a confiança dos investidores externos.

Contudo, no governo FHC, alguma atenção ainda foi dada à implementação de políticas sociais²³ de combate a pobreza, que juntamente com o aumento dos rendimentos recebidos da previdência social, podem ter contribuído para a relativa estabilidade dos indicadores de pobreza no Brasil.

Entretanto, como observado, as variações no rendimento médio e nos indicadores de pobreza durante esse governo foram um pouco distintas entre as regiões, destacando-se o bom desempenho do Nordeste (total), região reconhecidamente mais pobre, e a piora no desempenho do Sudeste, assim como, a melhora no estrato rural em comparação ao urbano.

O fraco desempenho na região Sudeste e nas áreas urbanas ocorreu provavelmente devido à baixa dinâmica da economia brasileira durante esse período, que impactou principalmente a renda do trabalho (principal componente da renda) daquelas pessoas ligadas a atividades (basicamente industriais) que dependem diretamente da boa atuação da mesma e do cenário internacional, sendo essas atividades tipicamente urbanas e a base essencial do rendimento médio da população do Sudeste.

²³ Com destaque para o Programa Comunidade Solidária, o Comunidade Ativa, o Projeto Alvorada, e alguns que ficaram bastantes conhecidos, mas que integravam ou foram desdobramentos destes como: o Bolsa Escola, o PETI, o bolsa alimentação o auxílio gás, entre outros.

Por sua vez, a melhora na área rural em termos de renda e pobreza²⁴ pode ser explicada pelo fato de que, conforme Helfand, Rocha, Vinhais (2009), entre 1998 e 2005 houve certa estabilidade da renda do trabalho refletindo a recuperação da renda de atividades agrícolas, que atuou de forma compensatória à queda na renda de atividades não- agrícolas, assim como, pelo aumento da participação da previdência e de outras fontes (rendas provenientes de programas assistenciais) na renda domiciliar *per capita* rural.

Já o êxito obtido pelo governo Lula em termos de melhoria do rendimento domiciliar *per capita* e dos indicadores de pobreza, deve ser atribuído, além das fortes políticas de transferência de renda, à retomada da atividade econômica de forma sustentada, principalmente a partir de 2004²⁵.

Contudo, mesmo diante dos dados animadores no governo Lula, foi possível verificar que entre os anos 2003 e 2009 essa melhoria se deu com maior força nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste do país, em detrimento de uma melhoria mais modesta no Nordeste e Norte, o que segundo Rocha (2009), é compatível com o típico comportamento da fase de expansão econômica de um país, onde os resultados mais positivos se dão nas regiões mais desenvolvidas.

5.2 Pobreza no Nordeste brasileiro por estado

Na presente seção, procura-se mostrar a evolução do rendimento médio e dos indicadores de pobreza nos estados nordestinos, visando destacar a *performance* do estado da Paraíba.

A tabela 5 apresenta os rendimentos médios, a partir dela pode-se observar, de modo geral, que as menores rendas médias estavam no Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas, enquanto as maiores estavam no Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Bahia.

Com relação à variação relativa do rendimento domiciliar *per capita*, verificou-se que no período 1995-2009, nas áreas total e urbana, a exceção de Alagoas, todos os demais estados nordestinos apresentaram crescimento, enquanto na área rural esse crescimento foi geral. Vale destacar que nas áreas total e urbana esse crescimento foi maior no Maranhão (83% e 101%), Piauí (74% e 79%) e Sergipe (63,6% e 50,6%), enquanto na rural esses dois

²⁴ A despeito da piora na evolução da renda e da pobreza na área rural do Nordeste.

²⁵ Deve-se ressaltar que em fins de 2008 e meados de 2009, a economia mundial atravessou uma forte crise financeira, contudo, a economia brasileira conseguiu atravessar bem essa fase, sem sofrer impactos muito desastrosos. Dessa forma, os indicadores de pobreza no Brasil, no ano 2009, ainda refletiram a boa fase da economia e das políticas sociais que vinham sendo desenhadas até então.

primeiros estados citados foram os que registraram crescimento mais modesto, sendo o Ceará (85,6%), Paraíba (73%) e Sergipe (69%) os que se sobressaíram com melhor desempenho. Considerando o desempenho da Paraíba nas áreas total e urbana, observou-se quanto à primeira, que esse estado registrou o quinto maior crescimento (39%) e, quanto à segunda, um dos menores crescimentos (22%), juntamente com o Ceará (15,7%).

Tabela 5 - Evolução do rendimento mensal domiciliar *per capita* por unidade da federação na região Nordeste (em R\$ de 2009).

UF	ÁREA	RENDIA MÉDIA				VAR. % (1995-2002)	VAR. % (2003-2009)	VAR. % (1995-2009)
		1995	2002	2003	2009			
MARANHÃO	TOTAL	242,26	287,57	286,68	444,13	18,70	54,92	83,33
	RURAL	229,77	165,77	156,68	266,49	-27,85	70,08	15,98
	URBANO	257,88	343,77	345,02	517,99	33,31	50,14	100,87
PIAUÍ	TOTAL	271,90	341,80	305,29	472,51	25,71	54,78	73,78
	RURAL	180,54	144,54	160,32	240,31	-19,94	49,90	33,11
	URBANO	338,88	454,97	389,41	606,63	34,26	55,78	79,01
CEARÁ	TOTAL	349,21	345,78	318,76	467,66	-0,98	46,71	33,92
	RURAL	131,47	155,96	162,59	244,03	18,62	50,09	85,62
	URBANO	455,21	399,67	363,43	526,74	-12,20	44,94	15,71
RIO GRANDE DO NORTE	TOTAL	412,28	380,77	347,30	554,69	-7,64	59,72	34,54
	RURAL	206,78	183,18	179,32	300,69	-11,42	67,68	45,41
	URBANO	511,93	442,95	404,13	645,27	-13,48	59,67	26,04
PARAÍBA	TOTAL	381,73	398,67	356,46	531,73	4,44	49,17	39,29
	RURAL	157,99	160,55	164,19	273,10	1,62	66,33	72,86
	URBANO	491,89	467,58	408,43	600,24	-4,94	46,96	22,03
PERNAMBUCO	TOTAL	367,03	396,32	344,63	483,83	7,98	40,39	31,83
	RURAL	167,97	157,42	161,65	241,57	-6,28	49,44	43,82
	URBANO	425,79	464,34	398,90	545,84	9,05	36,84	28,19
ALAGOAS	TOTAL	409,65	318,15	312,25	403,66	-22,34	29,27	-1,46
	RURAL	159,93	148,25	170,39	224,43	-7,30	31,72	40,34
	URBANO	538,14	395,76	374,31	481,21	-26,46	28,56	-10,58
SERGIPE	TOTAL	347,38	379,25	410,83	568,53	9,17	38,39	63,66
	RURAL	175,86	209,53	194,77	297,58	19,15	52,79	69,22
	URBANO	414,32	418,05	458,23	624,00	0,90	36,17	50,61
BAHIA	TOTAL	359,46	367,18	351,21	510,36	2,15	45,31	41,98
	RURAL	183,66	177,38	187,25	280,36	-3,42	49,72	52,65
	URBANO	459,07	454,30	424,75	605,02	-1,04	42,44	31,79
NORDESTE	TOTAL	348,84	358,98	335,61	489,99	2,91	46,00	40,46
	RURAL	180,25	166,05	171,82	263,02	-7,87	53,08	45,92
	URBANO	439,62	430,95	396,15	568,48	-1,97	43,50	29,31

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE.

Já no período que cobre o governo FHC o desempenho de cada estado quanto à mudança relativa na renda média variou bastante. Ao considerar-se a área total, constatou-se queda da renda média no Ceará, Rio Grande do Norte e em Alagoas. No estrato rural, verificou-se queda na maioria dos estados - os únicos que registraram crescimento foram: Sergipe (19%), Ceará (18,6%) e Paraíba (1,6%). Já na área urbana, observou-se crescimento apenas no Piauí (34%), Maranhão (33%), Pernambuco (9%) e Sergipe (0,9%).

No período correspondente ao governo Lula, observou-se crescimento do rendimento médio em todos os estados, sobressaindo-se nas áreas total e urbana o Rio Grande do Norte (59,7% e 59,7%), Maranhão (55% e 50%), Piauí (54,8% e 55,8%) e Paraíba (49% e 47%), enquanto no estrato rural destacaram-se novamente Maranhão (70%), Rio Grande do Norte (68%) e Paraíba (66%) e, somado a estes, Sergipe (52,8%).

A tabela 6, a seguir, apresenta a medida de pobreza P_0 . Observa-se para a área total que, no ano 1995, os estados que registraram maiores índices de pobreza foram o Maranhão, Piauí e Ceará e os menores, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Em 2002 e 2003 os maiores valores para o índice de proporção de pobres estavam em Alagoas, Maranhão e Piauí²⁶, enquanto os mais baixos estavam, sobretudo, em Sergipe e no Rio Grande do Norte.

Já em 2009, a única diferença entre os estados mais pobres e menos pobres da região com relação aos anos 2002 e 2003 é que o Piauí perde a terceira colocação em termos de maior P_0 para a Paraíba. Como se pode perceber, a Paraíba sai da posição de um dos estados menos pobres em 1995 para um dos mais pobres em 2009 (apesar da queda verificada no indicador de pobreza), o que mostra a situação crítica dessa unidade da federação em termos de pobreza.

Na área rural, de modo geral, com maior frequência estavam entre os mais pobres: Piauí, Alagoas, Ceará e Paraíba e entre os que registraram menor P_0 : Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte. Ao observar a dimensão desse indicador na área rural da Paraíba constata-se que em 1995 esse estado apresentava o terceiro maior índice de proporção de pobres do Nordeste, já em 2002 e 2003 esse índice apresenta redução, porém, em 2009 ele volta a ocupar a mesma posição que em 1995.

Considerando-se o estrato de residência urbano, entre os quatro estados que registraram maior P_0 nos anos observados, encontravam-se Maranhão, Alagoas e Ceará, e somado a eles nos anos 1995 e 2003 estava o Piauí e nos anos 2002 e 2009 a Paraíba. Aqui, mais uma vez a Paraíba encontra-se entre os estados do Nordeste com maior proporção de

²⁶ Nesses anos, o Ceará passa a ser o quarto estado mais pobre da região, segundo o índice de pobreza P_0 .

pobres, devendo-se ressaltar que ele sai da condição de estado com menor P_0 em 1995, para o segundo estado com maior P_0 em 2009, apesar de sua queda relativa.

Tabela 6 - Índice de pobreza P_0 , por unidade da federação, segundo situação censitária (rural e urbana) - Nordeste.

$\alpha=0$								
UF	ÁREA	1995	2002	2003	2009	VAR. % (1995-2002)	VAR. % (2003-2009)	VAR. % (1995-2009)
MARANHÃO	TOTAL	0,7167	0,6694	0,6809	0,4727	-6,60	-30,58	-34,05
	RURAL	0,7577	0,8008	0,7906	0,6438	5,69	-18,57	-15,03
	URBANO	0,6656	0,6089	0,6317	0,4015	-8,52	-36,44	-39,67
PIAUÍ	TOTAL	0,6945	0,6405	0,6524	0,4447	-7,77	-31,85	-35,98
	RURAL	0,8416	0,8307	0,7996	0,6047	-1,29	-24,37	-28,14
	URBANO	0,5867	0,5314	0,5670	0,3522	-9,42	-37,88	-39,97
CEARÁ	TOTAL	0,6435	0,6026	0,6286	0,4424	-6,36	-29,63	-31,26
	RURAL	0,8446	0,8011	0,7916	0,6080	-5,16	-23,20	-28,02
	URBANO	0,5456	0,5462	0,5820	0,3986	0,11	-31,51	-26,94
RIO GRANDE DO NORTE	TOTAL	0,5691	0,5612	0,5932	0,3941	-1,40	-33,57	-30,76
	RURAL	0,7377	0,7513	0,7936	0,5515	1,85	-30,50	-25,23
	URBANO	0,4874	0,5013	0,5254	0,3379	2,85	-35,68	-30,68
PARAÍBA	TOTAL	0,5907	0,5982	0,5826	0,4566	1,26	-21,62	-22,70
	RURAL	0,8008	0,7904	0,7548	0,6325	-1,30	-16,20	-21,02
	URBANO	0,4872	0,5425	0,5361	0,4100	11,35	-23,51	-15,84
PERNAMBUCO	TOTAL	0,5891	0,5805	0,6129	0,4398	-1,45	-28,24	-25,34
	RURAL	0,7801	0,7868	0,7930	0,6173	0,85	-22,15	-20,87
	URBANO	0,5326	0,5217	0,5595	0,3944	-2,05	-29,51	-25,96
ALAGOAS	TOTAL	0,6286	0,6730	0,6854	0,5211	7,07	-23,98	-17,11
	RURAL	0,7966	0,8012	0,8235	0,6829	0,58	-17,08	-14,28
	URBANO	0,5422	0,6145	0,6250	0,4511	13,34	-27,83	-16,80
SERGIPE	TOTAL	0,5956	0,5154	0,5230	0,4067	-13,47	-22,24	-31,71
	RURAL	0,7664	0,6978	0,6939	0,6068	-8,96	-12,55	-20,83
	URBANO	0,5289	0,4737	0,4855	0,3657	-10,44	-24,68	-30,85
BAHIA	TOTAL	0,6058	0,5866	0,5996	0,4157	-3,17	-30,66	-31,38
	RURAL	0,7448	0,7622	0,7309	0,5726	2,34	-21,66	-23,12
	URBANO	0,5271	0,5060	0,5406	0,3511	-4,00	-35,05	-33,38
NORDESTE	TOTAL	0,6234	0,6022	0,6185	0,4393	-3,40	-28,98	-29,53
	RURAL	0,7788	0,7829	0,7703	0,6053	0,53	-21,42	-22,28
	URBANO	0,5397	0,5347	0,5624	0,3819	-0,91	-32,10	-29,24

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE.

Ao observar a variação relativa de P_0 para o período 1995-2009 constata-se queda desse indicador em todos os estados, tanto na área total, quanto na rural e urbana, porém mais intensa na área urbana, exceto na Paraíba e no Ceará, onde essa queda foi maior na área rural.

Deve-se destacar que, considerando-se a área total, os estados que apresentaram maior queda foram Piauí (36%), Maranhão (34%) e Sergipe (32%), enquanto a menor foi em Alagoas (17%), Paraíba (23%) e Pernambuco (25%).

Já na área rural a maior queda foi no Piauí (28,14%), Ceará (28,02%) e Rio Grande do Norte (25%) e a menor em Alagoas (14%), Maranhão (15%) e Sergipe (21%)²⁷. Quanto à área urbana, a única diferença em relação à área total é que entre os estados que mostraram maior redução, além de Piauí (40%) e Maranhão (39,7%), estava a Bahia (33%) - aqui se deve destacar que a Paraíba foi o estado em que a pobreza caiu com menor intensidade (16%).

No período que abrange o governo FHC, considerando-se a área total, a exceção da Paraíba e Alagoas, todos os demais estados apresentaram queda na pobreza. Na área rural, a proporção de pobres caiu no Piauí, Ceará, Paraíba e Sergipe. Já na área urbana reduziu em Sergipe, Piauí, Maranhão, Bahia e Pernambuco e dentre os que tiveram crescimento relativo em P_0 , a maior variação foi em Alagoas e na Paraíba.

Por sua vez, no governo Lula verificou-se queda na proporção de pobres em todas as áreas de todos os estados, sendo mais intensa nas áreas urbanas que nas áreas rurais. Na área total, essa queda foi maior no Rio Grande do Norte, Piauí e Bahia e na área rural, além desses dois primeiros citados, veio o Ceará. Já na área urbana, foi no Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte.

Do ponto de vista da participação, verificou-se a partir dos dados da tabela 7 que os estados que mostraram maior participação média em P_0 , em todas as áreas, alterando apenas um pouco a ordem de participação foram: na área total e urbana por ordem decrescente de participação – Bahia (27% e 25%), Pernambuco (16% e 18%) e Ceará (15% e 17%) e na área rural – Bahia (30%), Maranhão (14%) e Ceará (13,4%). Considerando-se as áreas total e urbana, a Paraíba tem a quinta maior participação em P_0 e na área rural a sétima, com participações de aproximadamente 7%, 8% e 6%, respectivamente.

Ao avaliar a variação na participação específica da Paraíba na proporção de pobres do Nordeste, verifica-se que, no período 1995-2009, houve aumento de sua participação no estrato urbano de 10,6%, e redução nas áreas total de 1,2% e na rural de aproximadamente 21%. Essa mesma tendência é observada para o período que cobre o governo FHC, contudo, entre os anos que cobrem o governo Lula, nota-se aumento da participação da Paraíba em todas as áreas.

²⁷ Na Paraíba essa queda foi de aproximadamente 21%.

Tabela 7 - Participação dos estados nordestinos em P_0 , segundo situação censitária (rural e urbana) - Nordeste.

PARTICIPAÇÃO (%)								
UF	ÁREA	1995	2002	2003	2009	VAR. % (1995-2002)	VAR. % (2003-2009)	VAR. % (1995-2009)
MARANHÃO	TOTAL	12,40	12,45	12,05	12,00	0,34	-0,41	-3,26
	RURAL	16,66	13,31	12,89	13,56	-20,11	5,13	-18,61
	URBANO	9,10	11,98	11,62	11,15	31,62	-4,10	22,51
PIAUI	TOTAL	6,58	6,21	6,16	5,91	-5,63	-4,00	-10,25
	RURAL	7,72	8,32	8,24	8,31	7,76	0,81	7,67
	URBANO	5,70	5,07	5,10	4,59	-11,20	-9,92	-19,48
CEARÁ	TOTAL	15,10	15,39	15,89	15,77	1,92	-0,81	4,42
	RURAL	14,84	12,81	13,24	12,79	-13,70	-3,44	-13,82
	URBANO	15,30	16,80	17,24	17,40	9,78	0,95	13,71
RIO GRANDE DO NORTE	TOTAL	5,35	5,66	5,81	5,47	5,64	-5,87	2,07
	RURAL	5,18	5,13	5,84	5,68	-1,00	-2,81	9,57
	URBANO	5,49	5,94	5,79	5,35	8,27	-7,60	-2,55
PARAÍBA	TOTAL	7,49	7,12	7,13	7,40	-4,89	3,77	-1,18
	RURAL	7,66	5,98	5,85	6,06	-21,93	3,66	-20,85
	URBANO	7,35	7,74	7,78	8,13	5,30	4,54	10,58
PERNAMBUCO	TOTAL	15,96	16,09	16,24	16,57	0,85	2,01	3,83
	RURAL	11,02	13,69	14,30	13,38	24,24	-6,41	21,50
	URBANO	19,80	17,41	17,22	18,31	-12,07	6,33	-7,49
ALAGOAS	TOTAL	5,96	6,67	6,37	6,89	12,00	8,17	15,65
	RURAL	5,86	7,05	6,93	7,70	20,24	11,14	31,31
	URBANO	6,03	6,46	6,08	6,44	7,25	5,90	6,90
SERGIPE	TOTAL	3,22	3,31	3,37	3,61	2,74	7,15	12,31
	RURAL	2,66	2,36	2,40	2,59	-11,32	8,02	-2,67
	URBANO	3,65	3,82	3,87	4,18	4,65	7,99	14,35
BAHIA	TOTAL	27,95	27,11	26,99	26,40	-2,98	-2,19	-5,55
	RURAL	28,42	31,37	30,31	29,94	10,41	-1,22	5,36
	URBANO	27,58	24,79	25,31	24,45	-10,14	-3,37	-11,34

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE.

Nas tabelas 8 e 9, estão, respectivamente, os índices de pobreza P_1 e a participação dos estados na pobreza total do Nordeste correspondente a esse índice. Observando-se os valores de P_1 e tentando identificar onde esse era mais elevado e onde apresentava menor valor, constata-se que nos anos 1995, 2002 e 2003, a tendência é a mesma verificada quanto ao indicador P_0 . Contudo, no ano 2009, há uma pequena distinção, pois os estados com maiores índices de pobreza foram Alagoas, Maranhão e Piauí, onde este último assumiu a posição antes ocupada pela Paraíba para o índice P_0 , que agora passa a ser o quinto estado com maior P_1 .

Na área rural, de maneira geral, P_1 se mostrou mais intenso no Piauí e Ceará e, em menor intensidade, assim como para o índice P_0 , em Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte. No caso da Paraíba, em 1995, este era o terceiro estado com maior P_1 , porém, observou-se que nos demais anos houve uma tendência de queda, onde passou a ocupar a sexta posição nos anos 2002 e 2003 e a sétima em 2009, ou seja, nesse último ano ele já se encontrava entre os três estados com menor déficit da renda média dos pobres em relação à linha de pobreza no estrato rural.

Tabela 8 - Índice de pobreza P_1 , por unidade da federação, segundo situação censitária (rural e urbana) - Nordeste.

$\alpha=1$								
UF	ÁREA	1995	2002	2003	2009	VAR. % (1995-2002)	VAR. % (2003-2009)	VAR. % (1995-2009)
MARANHÃO	TOTAL	0,4115	0,3568	0,3722	0,2207	-13,30	-40,71	-46,38
	RURAL	0,4578	0,4649	0,4893	0,3569	1,55	-27,06	-22,04
	URBANO	0,3537	0,3069	0,3196	0,1640	-13,22	-48,69	-53,63
PIAUI	TOTAL	0,4006	0,3563	0,3606	0,2015	-11,05	-44,13	-49,71
	RURAL	0,5443	0,5230	0,4896	0,3069	-3,92	-37,31	-43,62
	URBANO	0,2952	0,2607	0,2857	0,1406	-11,69	-50,81	-52,39
CEARÁ	TOTAL	0,3476	0,3136	0,3204	0,1989	-9,80	-37,94	-42,79
	RURAL	0,5229	0,4705	0,4524	0,3183	-10,03	-29,64	-39,14
	URBANO	0,2623	0,2690	0,2827	0,1673	2,57	-40,82	-36,20
RIO GRANDE DO NORTE	TOTAL	0,2908	0,2743	0,2913	0,1624	-5,68	-44,24	-44,14
	RURAL	0,4188	0,4119	0,4360	0,2534	-1,64	-41,87	-39,48
	URBANO	0,2287	0,2309	0,2424	0,1300	0,98	-46,37	-43,17
PARAÍBA	TOTAL	0,3025	0,2961	0,3006	0,1983	-2,12	-34,02	-34,44
	RURAL	0,4842	0,4431	0,4375	0,2915	-8,49	-33,37	-39,79
	URBANO	0,2130	0,2535	0,2636	0,1736	19,02	-34,12	-18,49
PERNAMBUCO	TOTAL	0,2852	0,2971	0,3236	0,1957	4,19	-39,53	-31,38
	RURAL	0,4458	0,4521	0,4575	0,3265	1,41	-28,64	-26,77
	URBANO	0,2378	0,2530	0,2839	0,1622	6,41	-42,87	-31,78
ALAGOAS	TOTAL	0,3277	0,3620	0,3705	0,2438	10,47	-34,21	-25,61
	RURAL	0,4335	0,4669	0,4869	0,3654	7,70	-24,95	-15,71
	URBANO	0,2732	0,3141	0,3196	0,1911	14,95	-40,20	-30,05
SERGIPE	TOTAL	0,3071	0,2528	0,2599	0,1742	-17,69	-32,95	-43,27
	RURAL	0,4217	0,3702	0,3708	0,3063	-12,23	-17,42	-27,38
	URBANO	0,2624	0,2260	0,2355	0,1472	-13,88	-37,49	-43,89
BAHIA	TOTAL	0,3206	0,3059	0,3117	0,1849	-4,60	-40,67	-42,32
	RURAL	0,4226	0,4220	0,4092	0,2782	-0,14	-32,01	-34,16
	URBANO	0,2629	0,2526	0,2680	0,1466	-3,90	-45,32	-44,26
NORDESTE	TOTAL	0,3299	0,3129	0,3237	0,1964	-5,14	-39,33	-40,46
	RURAL	0,4586	0,4481	0,4451	0,3080	-2,29	-30,82	-32,84
	URBANO	0,2606	0,2625	0,2789	0,1579	0,73	-43,39	-39,43

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE.

Tabela 9 - Participação dos estados nordestinos em P_1 , segundo situação censitária (rural e urbana) - Nordeste.

PARTICIPAÇÃO (%)								
UF	ÁREA	1995	2002	2003	2009	VAR. % (1995-2002)	VAR. % (2003-2009)	VAR. % (1995-2009)
MARANHÃO	TOTAL	13,46	12,76	12,58	12,53	-5,15	-0,45	-6,90
	RURAL	17,09	13,50	13,81	14,77	-21,03	6,95	-13,57
	URBANO	10,01	12,30	11,86	11,01	22,81	-7,13	10,00
PIAUÍ	TOTAL	7,18	6,65	6,50	5,99	-7,32	-7,88	-16,57
	RURAL	8,48	9,15	8,73	8,29	7,92	-5,08	-2,23
	URBANO	5,94	5,06	5,18	4,43	-14,83	-14,43	-25,38
CEARÁ	TOTAL	15,41	15,41	15,48	15,85	-0,02	2,40	2,86
	RURAL	15,60	13,14	13,10	13,16	-15,78	0,47	-15,66
	URBANO	15,23	16,85	16,88	17,67	10,65	4,64	16,00
RIO GRANDE DO NORTE	TOTAL	5,17	5,32	5,45	5,04	2,90	-7,53	-2,53
	RURAL	5,00	4,92	5,55	5,13	-1,64	-7,67	2,62
	URBANO	5,33	5,58	5,39	4,98	4,58	-7,58	-6,66
PARAÍBA	TOTAL	7,24	6,78	7,03	7,18	-6,38	2,26	-0,80
	RURAL	7,86	5,85	5,86	5,49	-25,53	-6,39	-30,17
	URBANO	6,66	7,37	7,71	8,33	10,73	8,00	25,12
PERNAMBUCO	TOTAL	14,60	15,85	16,38	16,49	8,58	0,62	12,93
	RURAL	10,69	13,74	14,28	13,91	28,52	-2,55	30,14
	URBANO	18,30	17,20	17,63	18,22	-6,04	3,38	-0,43
ALAGOAS	TOTAL	5,87	6,90	6,58	7,21	17,70	9,58	22,84
	RURAL	5,42	7,18	7,09	8,10	32,46	14,25	49,42
	URBANO	6,29	6,73	6,27	6,60	7,00	5,26	4,99
SERGIPE	TOTAL	3,14	3,12	3,20	3,46	-0,51	8,15	10,43
	RURAL	2,48	2,19	2,22	2,57	-12,04	15,85	3,30
	URBANO	3,75	3,71	3,78	4,07	-1,01	7,48	8,37
BAHIA	TOTAL	27,95	27,21	26,81	26,26	-2,65	-2,03	-6,04
	RURAL	27,38	30,35	29,36	28,59	10,83	-2,64	4,42
	URBANO	28,49	25,21	25,30	24,69	-11,51	-2,40	-13,33

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE.

Já na área urbana os maiores valores para P_1 encontravam-se no Maranhão, Alagoas e Piauí, nos anos 1995 e 2003. Em 2002, o Ceará substitui o Piauí, passando a ser um dos três estados com maior P_1 e, em 2009, essas três colocações ficam com Alagoas, Paraíba e Ceará. A evolução desse índice na área urbana da Paraíba seguiu o mesmo comportamento que P_0 , sendo o estado de menor P_1 em 1995 e o segundo estado com maior valor para esse índice em 2009.

A mudança relativa em P_1 entre os anos 1995 e 2009 seguiu a mesma dinâmica de queda de P_0 . Considerando-se a área total essa queda foi mais forte no Piauí, Maranhão e Rio

Grande do Norte e menos intensa em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Na área rural a queda foi maior no Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte e menor em Alagoas, Maranhão e Pernambuco. Na área urbana, da mesma forma que para P_0 , Maranhão, Piauí e Bahia foram os estados com maior queda em P_1 , já os estados com menor queda foram: Paraíba, Alagoas e Pernambuco.

No governo FHC, a evolução de P_1 também variou de estado para estado. Considerando a área total, à exceção da Pernambuco e de Alagoas, todos os demais estados apresentaram queda na pobreza, enquanto isso, na área rural P_1 caiu em Sergipe, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia e na área urbana reduziu em Sergipe, Maranhão, Piauí e Bahia. Já no período 2003-2009, outra vez observou-se queda na proporção de pobres em todas as áreas de todos os estados, novamente com maior intensidade nas áreas urbanas que nas áreas rurais. Na área total essa queda foi mais intensa no Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão e na área rural, no Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba. Por sua vez, na área urbana foi no Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte.

Levando-se em consideração a participação média de cada estado no índice de pobreza P_1 , observa-se comportamento semelhante ao do índice de proporção de pobres, tanto para os estados com maior participação, quanto para o caso particular da Paraíba. No entanto, Com relação à variação da participação da Paraíba em P_1 , observa-se uma pequena diferença, pois para esse indicador, durante o governo Lula houve aumento da participação nas áreas total e urbana e redução na área rural, ao contrário do observado em P_0 , onde houve aumento da participação da Paraíba em todas as áreas.

Por fim, a análise dos dados para o índice de severidade da pobreza (P_2) mostrou, de modo geral, o mesmo padrão observado para o indicador de pobreza P_1 . As informações relativas a esse índice encontram-se nas tabelas 10 e 11.

Do exposto, constata-se que a variação da pobreza nos estados nordestinos, em cada período analisado, acompanha os resultados observados para as grandes regiões brasileiras, o que significa que as políticas públicas de pobreza implementadas pelos governos federais, assim como, as políticas econômicas adotadas e os fatos históricos ocorridos em cada governo, tiveram impactos similares do ponto de vistas das unidades da federação.

Porém, um fato interessante que foi possível notar quanto aos estados nordestinos e a mais especificamente a Paraíba, foi que apesar da queda generalizada da pobreza observada entre os anos 1995 e 2009, esse estado vem apresentando um dos resultados menos favoráveis, encontrando-se no ano 2009 entre os três estados mais pobres da região, tanto na área rural, quanto na urbana. Isso torna relevante a preocupação em estudar o comportamento

da pobreza nessa unidade da federação de forma a verificar o que mais tem favorecido a sua redução, visando, além de outros fatores, oferecer suporte para elaboração de políticas públicas mais eficientes, da mesma forma que para o Nordeste, já que, como visto, esta ainda é a região mais pobre do país.

Tabela 10 - Índice de pobreza P₂, por unidade da federação, segundo situação censitária (rural e urbana) - Nordeste.

$\alpha=2$								
UF	ÁREA	1995	2002	2003	2009	VAR. % (1995-2002)	VAR. % (2003-2009)	VAR. % (1995-2009)
MARANHÃO	TOTAL	0,2843	0,2295	0,2484	0,1420	-19,26	-42,85	-50,06
	RURAL	0,3269	0,3137	0,3499	0,2528	-4,04	-27,76	-22,67
	URBANO	0,2310	0,1907	0,2029	0,0959	-17,45	-52,73	-58,49
PIAUÍ	TOTAL	0,2775	0,2404	0,2476	0,1223	-13,37	-50,60	-55,92
	RURAL	0,4061	0,3807	0,3538	0,1945	-6,25	-45,05	-52,12
	URBANO	0,1833	0,1599	0,1859	0,0807	-12,73	-56,62	-55,99
CEARÁ	TOTAL	0,2292	0,2013	0,2075	0,1227	-12,18	-40,86	-46,45
	RURAL	0,3734	0,3290	0,3139	0,2054	-11,91	-34,57	-44,99
	URBANO	0,1590	0,1650	0,1771	0,1009	3,81	-43,02	-36,53
RIO GRANDE DO NORTE	TOTAL	0,1814	0,1725	0,1816	0,0946	-4,88	-47,91	-47,83
	RURAL	0,2748	0,2741	0,2864	0,1577	-0,26	-44,94	-42,62
	URBANO	0,1360	0,1405	0,1462	0,0721	3,31	-50,67	-46,98
PARAÍBA	TOTAL	0,1931	0,1798	0,1918	0,1196	-6,91	-37,64	-38,05
	RURAL	0,3417	0,2877	0,2972	0,1813	-15,82	-39,00	-46,94
	URBANO	0,1199	0,1485	0,1634	0,1033	23,84	-36,77	-13,88
PERNAMBUCO	TOTAL	0,1740	0,1891	0,2130	0,1232	8,66	-42,14	-29,18
	RURAL	0,3022	0,3083	0,3120	0,2201	2,03	-29,44	-27,15
	URBANO	0,1362	0,1551	0,1836	0,0984	13,91	-46,39	-27,72
ALAGOAS	TOTAL	0,2058	0,2342	0,2419	0,1557	13,79	-35,66	-24,36
	RURAL	0,2793	0,3200	0,3373	0,2488	14,55	-26,24	-10,92
	URBANO	0,1679	0,1950	0,2002	0,1153	16,09	-42,39	-31,32
SERGIPE	TOTAL	0,1973	0,1541	0,1626	0,1031	-21,90	-36,59	-47,73
	RURAL	0,2804	0,2324	0,2369	0,1937	-17,12	-18,22	-30,92
	URBANO	0,1649	0,1362	0,1464	0,0846	-17,39	-42,20	-48,70
BAHIA	TOTAL	0,2080	0,1965	0,2018	0,1140	-5,53	-43,50	-45,20
	RURAL	0,2839	0,2784	0,2724	0,1765	-1,92	-35,20	-37,83
	URBANO	0,1650	0,1589	0,1701	0,0883	-3,70	-48,10	-46,51
NORDESTE	TOTAL	0,2145	0,2002	0,2111	0,1217	-6,65	-42,33	-43,25
	RURAL	0,3177	0,3034	0,3050	0,2016	-4,50	-33,89	-36,54
	URBANO	0,1589	0,1617	0,1764	0,0941	1,79	-46,65	-40,78

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE.

Tabela 11 - Participação dos estados nordestinos em P₂, segundo situação censitária (rural e urbana) - Nordeste.

PARTICIPAÇÃO (%)								
UF	ÁREA	1995	2002	2003	2009	VAR. % (1995-2002)	VAR. % (2003-2009)	VAR. % (1995-2009)
MARANHÃO	TOTAL	14,30	12,83	12,88	13,01	-10,25	0,97	-9,04
	RURAL	17,61	13,45	14,41	15,98	-23,65	10,86	-9,28
	URBANO	10,73	12,40	11,90	10,80	15,61	-9,23	0,71
PIAUÍ	TOTAL	7,65	7,01	6,85	5,87	-8,28	-14,30	-23,29
	RURAL	9,13	9,84	9,21	8,02	7,74	-12,92	-12,13
	URBANO	6,05	5,04	5,33	4,27	-16,72	-19,94	-29,45
CEARÁ	TOTAL	15,63	15,46	15,38	15,79	-1,10	2,68	1,01
	RURAL	16,08	13,57	13,27	12,97	-15,63	-2,22	-19,34
	URBANO	15,14	16,78	16,72	17,87	10,81	6,88	18,03
RIO GRANDE DO NORTE	TOTAL	4,96	5,23	5,21	4,74	5,42	-9,10	-4,50
	RURAL	4,73	4,83	5,33	4,87	2,07	-8,49	2,98
	URBANO	5,20	5,51	5,14	4,63	5,86	-9,79	-10,94
PARAÍBA	TOTAL	7,11	6,43	6,88	6,99	-9,53	1,70	-1,66
	RURAL	8,01	5,61	5,82	5,22	-29,91	-10,32	-34,88
	URBANO	6,15	7,01	7,56	8,31	14,01	9,99	35,22
PERNAMBUCO	TOTAL	13,70	15,77	16,54	16,75	15,06	1,31	22,28
	RURAL	10,46	13,84	14,21	14,33	32,30	0,84	36,99
	URBANO	17,19	17,11	18,03	18,55	-0,46	2,91	7,90
ALAGOAS	TOTAL	5,67	6,98	6,59	7,43	23,17	12,74	31,04
	RURAL	5,04	7,27	7,17	8,42	44,15	17,51	67,12
	URBANO	6,34	6,78	6,22	6,69	6,94	7,59	5,46
SERGIPE	TOTAL	3,10	2,97	3,07	3,31	-4,07	7,61	6,75
	RURAL	2,38	2,03	2,07	2,48	-15,02	20,10	4,03
	URBANO	3,87	3,63	3,72	3,92	-6,03	5,46	1,37
BAHIA	TOTAL	27,89	27,32	26,61	26,12	-2,05	-1,84	-6,33
	RURAL	26,55	29,57	28,53	27,71	11,38	-2,88	4,35
	URBANO	29,33	25,74	25,39	24,95	-12,25	-1,73	-14,93

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE.

6. DECOMPOSIÇÃO DA POBREZA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO NORDESTE BRASILEIRO E NO ESTADO DA PARAÍBA

6.1 Dinâmica da renda domiciliar *per capita* e da participação da população, por setor de atividade econômica - Nordeste e Paraíba

Antes de estudar o comportamento da pobreza por setor de atividade econômica e de realizar sua decomposição, é bastante relevante analisar a importância relativa de cada um em termos de parcela da população e de rendimento domiciliar *per capita*. Desta forma, nesta seção, realiza-se tal análise para cada um dos recortes espaciais especificados na pesquisa.

6.1.1 Evidências para a região Nordeste

A tabela 12 apresenta a participação da população por setor de atividade econômica, a renda domiciliar *per capita* e sua variação relativa, nos anos 1995 e 2002.

A partir da referida tabela, pode-se verificar, que em 1995 o setor de atividade de maior representatividade em termos de população era o agrícola, seguido pelo de comércio e reparação, pela administração pública e pelo denominado outras fontes. No ano 2002, observa-se que em comparação a 1995, a ordem de importância dos dois primeiros setores citados permanece inalterada²⁸, porém, os dois últimos trocam de posição.

Em termos de rendimento médio, verifica-se que em 1995 o setor que melhor remunerava era o de outras atividades, seguido pela administração pública e o de outras atividades industriais. Esse ranking manteve-se inalterado em 2002. Enquanto isso, os menores rendimentos médios observados, em ambos os anos, estavam nos setores de atividades mal definidas e/ou não declaradas, de serviços domésticos e no agrícola.

Por sua vez, observando-se a variação na renda domiciliar *per capita*, verifica-se que no período 1995-2002 houve queda no rendimento médio em boa parte dos setores de atividades, foram eles: outras atividades industriais, construção, comércio e reparação, alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação, outras atividades, atividades mal definidas e/ou não declaradas, e de outras fontes. Já dentre os que apresentaram crescimento, destacaram-se os setores de outros serviços coletivos, sociais e pessoais, de serviços domésticos e da indústria de transformação.

²⁸ Embora a proporção de pessoas no setor agrícola tenha sofrido um ligeiro deslocamento.

Tabela 12 - Dados resumidos por setor de atividade econômica – Nordeste (1995-2002)

SETOR DE ATIVIDADE	PARCELA DA POPULAÇÃO (%)		RENDIA DOMICILIAR PER CAPITA		VAR%
	1995	2002	1995	2002	
Agrícola	33,75	28,83	170,38	172,62	1,31
Outras atividades industriais	1,17	0,90	590,08	476,96	-19,17
Indústria de transformação	7,91	7,28	351,19	359,27	2,30
Construção	7,00	7,60	268,20	258,44	-3,64
Comércio e reparação	13,90	14,08	410,83	392,11	-4,56
Alojamento e alimentação	2,64	2,86	359,57	326,51	-9,19
Transporte, armazenagem e comunicação	4,12	4,39	409,13	378,40	-7,51
Administração pública	9,83	10,65	741,88	757,43	2,10
Serviços domésticos	2,70	3,95	149,15	156,98	5,25
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,46	2,93	356,90	401,79	12,58
Outras atividades	3,22	3,87	834,90	828,22	-0,80
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	1,62	1,21	54,85	39,66	-27,69
Outras fontes	9,69	11,46	422,77	408,85	-3,29

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (1995 e 2002).

Para o período 2003-2009, os dados sobre a importância relativa dos setores de atividades em termos de participação da população e de rendimento médio podem ser observados a partir da tabela 13. Ao analisar a participação da população em cada setor, verifica-se que no ano 2003 as maiores parcelas estavam, sobretudo, nos setores de atividades agrícola, comércio e reparação, outras fontes e na administração pública. Em 2009, essa ordem de importância permanece.

Observando-se a renda domiciliar *per capita* no ano 2003, verifica-se que os setores econômicos que apresentaram melhor desempenho foram o de outras atividades, da administração pública e de outras atividades industriais. Em 2009, esses setores permaneceram no topo dos maiores rendimentos médios, entretanto, a ordem entre eles se alterou, pois o da administração pública passou a ser o que possui maior rendimento, seguido pelo de outras atividades industriais e o de outras atividades. Já entre os que mostraram menor renda média estavam, mais uma vez, as atividades mal definidas e/ou não declaradas, os serviços domésticos e o agrícola, em ambos os anos.

Quanto à variação no rendimento médio entre os anos 2003 e 2009, observa-se crescimento em todos os setores de atividades. As maiores taxas de crescimento do rendimento médio ocorreram nos setores de atividades mal definidas e/ou não declaradas²⁹, de

²⁹ Esse significativo crescimento pode ser reflexo do fato de que boa parte dos domicílios que compõem esse setor serem domicílios com rendimento médio zero, onde nenhum de seus componentes exercia alguma atividade econômica.

outros serviços coletivos, sociais e pessoais, de outras atividades industriais e no de serviços domésticos, enquanto a menores taxas observadas foram nos setores de outras atividades e de comércio e reparação.

Tabela 13 - Dados resumidos por setor de atividade econômica - Nordeste (2003-2009)

SETOR DE ATIVIDADE	PARCELA DA POPULAÇÃO		RENDIA DOMICILIAR PER CAPITA		VAR% 2003-2009
	2003	2009	2003	2009	
Agrícola	29,31	24,59	171,99	243,04	41,30
Outras atividades industriais	0,90	0,88	567,50	916,05	61,42
Indústria de transformação	7,48	7,46	329,11	461,31	40,17
Construção	6,64	7,77	234,50	358,93	53,06
Comércio e reparação	14,32	13,96	384,97	522,92	35,83
Alojamento e alimentação	2,64	2,97	317,06	450,84	42,19
Transporte, armazenagem e comunicação	4,32	4,06	357,05	504,67	41,35
Administração pública	10,41	11,28	688,60	996,28	44,68
Serviços domésticos	3,83	4,81	146,79	236,33	60,99
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,68	3,02	353,81	573,51	62,09
Outras atividades	4,01	4,77	736,54	891,12	20,99
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	1,46	1,42	29,54	51,51	74,34
Outras fontes	12,01	13,00	368,61	527,59	43,13

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (2003 e 2009).

A descrição das informações em termos de parcela da população e importância do rendimento médio para os anos 1995 e 2009 já foi realizada a partir das tabelas anteriores, portanto, cabe aqui destacar essencialmente a variação relativa do rendimento médio entre esses anos. Os dados relativos a essa informação também mostraram significativo crescimento ao longo desse período³⁰, com destaque para os setores de outros serviços coletivos, sociais e pessoais, serviços domésticos, outras atividades industriais e o agrícola, que apresentaram taxas de crescimento acima de 40%, com os demais mostrando taxas inferiores a 35%. Entre esses últimos, destacaram-se com menor crescimento, os setores de outras atividades e o de transporte, armazenagem e comunicação (ver tabela 14).

O cenário aqui construído mostra que, independente dos governos que administraram o país em cada período, na região Nordeste, a atividade agrícola era a principal fonte de renda para a maior parte da população, ainda evidencia o quão forte era a atividade comercial, as ligadas à administração pública e a importância das rendas provenientes do setor outras fontes, que engloba as aposentadorias, pensões, transferências governamentais, abono de

³⁰ O único setor de atividade que apresentou queda foi o de atividades mal definidas e/ou não declaradas.

permanência, juros, aluguel, doações, etc, para essa população, o qual, por sua vez, aumentou sua relevância ao longo dos anos.

Tabela 14 - Dados resumidos por setor de atividade econômica – Nordeste (1995-2009)

SETOR DE ATIVIDADE	PARCELA DA POPULAÇÃO		RENDADOMICILIAR PER CAPITA		VAR% 1995-2009
	1995	2009	1995	2009	
Agrícola	33,75	24,59	170,38	243,04	42,64
Outras atividades industriais	1,17	0,88	590,08	916,05	55,24
Indústria de transformação	7,91	7,46	351,19	461,31	31,36
Construção	7,00	7,77	268,20	358,93	33,83
Comércio e reparação	13,90	13,96	410,83	522,92	27,28
Alojamento e alimentação	2,64	2,97	359,57	450,84	25,38
Transporte, armazenagem e comunicação	4,12	4,06	409,13	504,67	23,35
Administração pública	9,83	11,28	741,88	996,28	34,29
Serviços domésticos	2,70	4,81	149,15	236,33	58,45
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,46	3,02	356,90	573,51	60,69
Outras atividades	3,22	4,77	834,90	891,12	6,73
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	1,62	1,42	54,85	51,51	-6,10
Outras fontes	9,69	13,00	422,77	527,59	24,80

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (1995 e 2009).

Isso demonstra o baixo grau de desenvolvimento dessa região, cuja maior parte da população ainda depende da renda proveniente das atividades agrícola, comercial e do estado, ou seja, refletindo resquícios do período colonial caracterizado pelos grandes latifúndios voltados para a produção e exportação para o exterior, por uma produção ínfima de subsistência e pela ausência de políticas de inserção social dos escravos libertos, esse último conforme ressaltado por Freyre (1981), acentuando o fenômeno da pobreza, o que séculos depois, ao que parece, buscou-se ser superado por meio de políticas de crescimento e redistribuição de renda, que no caso do Nordeste parece ainda não ter sido suficiente para mudar de maneira significativa as condições de vida de sua população.

Quanto ao rendimento médio, constatou-se que as atividades que melhor remuneravam os trabalhadores nordestinos eram as atividades ligadas aos setores outras atividades, administração pública e outras atividades industriais, por ordem de importância, que por sua vez, apresentou uma pequena alteração apenas no ano 2009 quando o setor da administração pública assume o ranking, seguindo-se a ele o de outras atividades industriais e o de outras atividades. Por sua vez, entre os setores que mostraram menor rendimento médio, excetuando-se o de atividades mal definidas e/ou não declaradas, destacaram-se o de serviços domésticos e o agrícola.

Por último, a análise da variação da renda domiciliar *per capita*, em cada período analisado, mostrou-se bastante distinta, já que no período que cobre o governo FHC alguns setores de atividades apresentaram queda no rendimento médio, enquanto no período durante o governo Lula todos os setores apresentaram crescimento, o que já era esperado dado o observado na análise realizada no capítulo 5.

6.1.2 Evidências para o estado da Paraíba

Os dados sobre a importância relativa dos diferentes setores de atividades, em termos de participação da população, de rendimento médio e de variação relativa, para o estado da Paraíba, no período 1995-2002, encontram-se na tabela 15.

As informações sobre a participação da população por setor de atividade revelam que a Paraíba acompanha o Nordeste quando se trata da relevância das atividades econômicas como fonte de renda para a população. Destacando-se, de igual modo, os seguintes setores: agrícola, comércio e reparação, outras fontes e administração pública.

Tabela 15 - Dados resumidos por setor de atividade econômica – Paraíba (1995-2002)

SETOR DE ATIVIDADE	PARCELA DA POPULAÇÃO		RENDIA DOMICILIAR PER CAPITA		VAR%
	1995	2002	1995	2002	
Agrícola	34,36	25,72	174,94	164,53	-5,95
Outras atividades industriais	0,96	0,92	487,40	299,70	-38,51
Indústria de transformação	6,57	7,87	276,00	297,28	7,71
Construção	6,85	8,03	330,49	261,03	-21,02
Comércio e reparação	13,00	13,80	441,43	334,28	-24,27
Alojamento e alimentação	2,87	2,25	273,51	327,52	19,75
Transporte, armazenagem e comunicação	3,70	4,86	490,90	321,07	-34,59
Administração pública	11,91	12,07	934,56	944,87	1,10
Serviços domésticos	2,81	3,58	164,52	145,94	-11,30
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,40	2,97	345,87	419,42	21,27
Outras atividades	2,53	3,89	1043,05	1354,61	29,87
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	0,48	0,72	34,67	71,36	105,81
Outras fontes	11,57	13,34	363,08	414,70	14,22

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (1995 e 2002).

Com relação ao rendimento médio, no ano 1995, esse foi maior nos setores relativos a outras atividades, administração pública e ao de transporte, armazenagem e comunicação. Em 2002, os dois primeiros setores que se destacaram em 1995 mantiveram-se nas mesmas posições relativas, porém, o setor denominado outros serviços coletivos, sociais e pessoais

passa a assumir a terceira posição. Em termos de menor rendimento médio, nesse período, na Paraíba também se sobressaíram os setores de atividades mal definidas e/ou não declaradas, de serviços domésticos e o agrícola.

Ao analisar a variação no rendimento médio em cada setor de atividade entre os anos 1995 e 2002, observa-se queda em pelo menos seis dos treze setores definidos, estando entre esses, o agrícola, que, como foi visto, é a atividade de principal fonte de renda para a população paraibana. Nesse período, o maior crescimento da renda domiciliar *per capita* se deu nos setores de atividades mal definidas e/ou não declaradas, outras atividades e no de outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

Na tabela 16, pode-se observar o comportamento desses dados para o período que compreende os anos 2003 e 2009. O estudo para a participação da população em cada um dos anos mencionados confirma, ou mesmo solidifica, os setores de atividade agrícola e o de outras fontes como as duas principais fontes de renda para a maior parte da população do estado da Paraíba (somados, esses dois setores de atividades comportavam aproximadamente 40% da população no ano 2003, caindo para pouco mais de 35% em 2009)³¹. Seguem-se a eles, respectivamente, os setores da administração pública e de comércio e reparação no ano 2003, invertendo-se essa ordem em 2009.

Tabela 16 - Dados resumidos por setor de atividade econômica – Paraíba (2003-2009)

SETOR DE ATIVIDADE	PARCELA DA POPULAÇÃO		RENDA DOMICILIAR PER CAPITA		VAR% 2003-2009
	2003	2009	2003	2009	
Agrícola	24,45	18,89	196,65	217,44	10,57
Outras atividades industriais	0,56	0,79	275,16	538,71	95,78
Indústria de transformação	8,90	9,14	331,15	341,55	3,14
Construção	6,39	8,49	222,43	344,37	54,82
Comércio e reparação	13,35	14,18	389,75	626,85	60,84
Alojamento e alimentação	1,89	2,85	308,83	394,88	27,86
Transporte, armazenagem e comunicação	3,63	3,36	264,57	564,34	113,31
Administração pública	13,50	13,81	673,23	1077,29	60,02
Serviços domésticos	4,25	4,76	125,68	213,45	69,84
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,66	2,75	341,39	507,12	48,55
Outras atividades	3,89	3,59	641,58	883,48	37,70
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	1,02	0,98	31,40	50,86	61,95
Outras fontes	15,50	16,42	419,74	619,97	47,70

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (2003 e 2009).

³¹ A queda na participação da população na soma desses dois setores de atividade é atribuída ao deslocamento populacional do setor agrícola, já que ao contrário deste, houve um ligeiro aumento na parcela da população no setor denominado outras fontes.

Considerando-se o rendimento médio no período 2003-2009 observa-se, assim como no período anterior, que os setores que melhor remuneravam eram o de outras atividades e o da administração pública. Contudo, deve-se ressaltar que, nesse período, o setor da administração pública assume o primeiro lugar. Seguindo-se a eles, aparecem os setores outras fontes e comércio e reparação no ano 2003, respectivamente, e o de comércio e reparação e outras fontes, em 2009. Outra vez, constatou-se que as atividades ligadas aos setores de atividades mal definidas e/ou não declaradas, doméstica e agrícola foram as que apresentaram pior rendimento médio.

Entre os anos 2003 e 2009 todos os setores de atividades apresentaram taxas de crescimento positivas. Aqueles que mais se destacaram foram: o setor de transporte, armazenagem e comunicação, de outras atividades industriais e de serviços domésticos. Já os setores indústria de transformação e o agrícola, apesar de suas rendas médias também terem apresentado crescimento, esse aumento se deu em menor escala.

A taxa de crescimento do rendimento médio no período 1995-2009 revela que o único setor que mostrou queda foi o de outras atividades. Nesse período, observaram-se maiores taxas de crescimento nos setores de outras fontes, de atividades mal definidas ou não declaradas e no de outros serviços coletivos, sociais e pessoais, enquanto as menores taxas de crescimento ocorreram nos setores construção, outras atividades industriais e transporte armazenagem e comunicação (ver tabela17).

Tabela 17- Dados resumidos por setor de atividade econômica – Paraíba (1995-2009)

SETOR DE ATIVIDADE	PARCELA DA POPULAÇÃO		RENDA DOMICILIAR PER CAPITA		VAR% 1995-2009
	1995	2009	1995	2009	
Agrícola	34,36	18,89	174,94	217,44	24,30
Outras atividades industriais	0,96	0,79	487,40	538,71	10,53
Indústria de transformação	6,57	9,14	276,00	341,55	23,75
Construção	6,85	8,49	330,49	344,37	4,20
Comércio e reparação	13,00	14,18	441,43	626,85	42,01
Alojamento e alimentação	2,87	2,85	273,51	394,88	44,38
Transporte, armazenagem e comunicação	3,70	3,36	490,90	564,34	14,96
Administração pública	11,91	13,81	934,56	1077,29	15,27
Serviços domésticos	2,81	4,76	164,52	213,45	29,74
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,40	2,75	345,87	507,12	46,62
Outras atividades	2,53	3,59	1043,05	883,48	-15,30
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	0,48	0,98	34,67	50,86	46,68
Outras fontes	11,57	16,42	363,08	619,97	70,75

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (1995 e 2009).

Diante do exposto constatou-se, em todos os anos analisados, que no estado da Paraíba, assim como no Nordeste, os principais setores de atividades em termos de geração de renda para a população eram o agrícola, comércio e reparação, outras fontes e a administração pública. Todavia, vale enfatizar que no período 2003-2009 o setor outras fontes ganha destaque ao aparecer como o segundo setor com maior parcela da população dependente deste, ou seja, o que ter sido reflexo da intensificação das políticas de transferência de renda ocorrida no governo Lula, principalmente por meio do Programa Bolsa Família.

Tratando-se do rendimento médio os setores outras atividades e administração pública eram os que melhor remuneravam no estado, seguindo-se a eles, no período 1995-2002, os setores de transporte, armazenagem e comunicação e de outros serviços coletivos, sociais e pessoais e, no período 2003-2009, o de comércio e reparação e de outras fontes. Com relação à variação relativa do rendimento médio ocorreu o mesmo observado para a região Nordeste, com alguns setores apresentando crescimento e outros declínio, no período do governo FHC, e com todos apresentando crescimento no governo Lula.

Enfim, apesar de as informações sobre o rendimento domiciliar *per capita* serem importantes para se aferir algo sobre as diferenças no bem-estar da população entre os vários setores de atividade, ela não fornece nenhuma informação sobre a distribuição do rendimento médio dentro de cada setor, que é bastante relevante para o estudo da pobreza. Diante disso, torna-se importante analisar a extensão da pobreza em cada setor especificado, estudo realizado na seção a seguir.

6.2 Pobreza por setor de atividade econômica – Nordeste e Paraíba

6.2.1 Evidências para a região Nordeste

As informações sobre a extensão da pobreza para os diversos setores de atividades, assim como, a variação percentual dos indicadores de pobreza para o período 1995-2002, encontram-se na tabela 18.

Considerando-se a medida de pobreza P_0 , que é o *head count index* ou índice de proporção de pobres, observa-se que tanto no ano 1995, quanto no ano 2002, o setor com maior incidência de pobres era o de atividades mal definidas e/ou não declaradas. Mais de 95% dos domicílios cujos componentes foram classificados nesse setor eram pobres. Isso também ocorre para os índices de pobreza P_1 e P_2 , ambos acima de 78%. Porém, o elevado

índice de pobreza nesse setor deve ser atribuído, ao fato de parcela considerável do mesmo ser constituída por pessoas desocupadas que tinham rendimento médio zero.

Dessa forma, considerando-se os setores de atividades com pessoas de renda positiva e maior que zero, em 1995, o setor com maior proporção de pobres foi o agrícola (82,14%). Na sequência, aparece o setor de serviços domésticos, com um índice P_0 de 80,10%. Enquanto isso, os setores com menor proporção de pobres foram o de outras atividades industriais (35,36%) e o de outras atividades (38,02%).

Tabela 18 - Medidas de pobreza agregada por setor de atividade econômica – Nordeste (1995-2002).

SETOR DE ATIVIDADE	$\alpha = 0$		DECLÍNIO (%)	$\alpha = 1$		DECLÍNIO (%)	$\alpha = 2$		DECLÍNIO (%)
	1995	2002		1995	2002		1995	2002	
Agrícola	0,8214	0,7947	-3,25	0,4876	0,4583	-6,01	0,3381	0,3109	-8,05
Outras atividades industriais	0,3536	0,4773	34,98	0,1625	0,2115	30,14	0,0971	0,1215	25,05
Indústria de transformação	0,6038	0,5751	-4,75	0,2715	0,2610	-3,85	0,1549	0,1477	-4,61
Construção	0,6765	0,6945	2,66	0,3127	0,3301	5,56	0,1827	0,1930	5,66
Comércio e reparação	0,5016	0,5176	3,18	0,2243	0,2479	10,54	0,1269	0,1479	16,51
Alojamento e alimentação	0,5161	0,5672	9,90	0,2316	0,2606	12,53	0,1338	0,1509	12,79
Transporte, armazenagem e comunicação	0,4606	0,4481	-2,71	0,1986	0,2011	1,26	0,1117	0,1158	3,64
Administração pública	0,3880	0,3440	-11,33	0,1739	0,1371	-21,17	0,0990	0,0717	-27,62
Serviços domésticos	0,8210	0,8087	-1,50	0,4334	0,4336	0,03	0,2728	0,2762	1,24
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,5930	0,5320	-10,28	0,2858	0,2567	-10,17	0,1719	0,1559	-9,29
Outras atividades	0,3802	0,3686	-3,05	0,1619	0,1507	-6,94	0,0872	0,0797	-8,57
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	0,9523	0,9546	0,24	0,8301	0,8777	5,74	0,7846	0,8410	7,19
Outras fontes	0,4337	0,4832	11,42	0,2075	0,2436	17,42	0,1193	0,1526	27,87

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (1995 e 2002).

No ano 2002, o setor agrícola perde o posto de setor com maior proporção de pobres para o de serviços domésticos. Nesse ano, o setor com menor proporção de pobres foi o da administração pública, seguido pelo de outras atividades.

Quanto ao declínio da pobreza, segundo o índice então considerado, houve queda na proporção de pobres em apenas sete dos treze setores de atividades definidos. Entre estes, a maior queda se deu no setor da administração pública. Já dentre os que apresentaram crescimento, o maior aumento se deu no setor denominado outras atividades industriais, seguido pelo de outras fontes.

Para as medidas de pobreza P_1 e P_2 , os setores agrícola e de serviços domésticos, respectivamente, apresentaram a pior situação em termos de pobreza, em ambos os anos. Em 1995, os setores com melhor desempenho foram o de outras atividades e o de outras atividades industriais e, no ano 2002, o da administração pública e o de outras atividades. Observando-se a variação relativa nesse indicador, verificou-se declínio da pobreza em somente cinco setores, com destaque para o da administração pública e o outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

A tabela 19, a seguir, apresenta os dados sobre as medidas de pobreza para o período que compreende os anos 2003 e 2009. Novamente pelos índices P_0 , P_1 e P_2 , verifica-se, para os anos considerados, que o setor com maiores taxas de pobreza era o de atividades mal definidas e/ou não declaradas, assim como observado no período 1995-2002. Seguindo-se a ele, de modo geral, encontravam-se o setor agrícola e o de serviços domésticos. Por seu turno, as menores taxas de pobreza estavam no setor da administração pública e no de outras atividades. Quanto às mudanças nesses índices entre os anos 2003 e 2009 constatou-se queda em todos os setores. Aqueles que apresentaram maior declínio na pobreza foram o da administração pública e o de outras atividades industriais, enquanto os que tiveram menor queda foram o de atividades mal definidas e/ou não declaradas, o agrícola e o de outras fontes.

Considerando-se o período 1995-2009, a variação dos índices de pobreza ao longo desse período revelou, para os índices P_0 e P_1 , que houve queda da pobreza em todos os setores, ocorrendo com maior intensidade no da administração pública, de outros serviços coletivos, sociais e pessoais e no de outras atividades. Por sua vez, para o índice de pobreza P_2 , os setores de atividades mal definidas e/ou não declaradas e o de outras fontes apresentaram aumento do índice, contudo, dentre aqueles que mostraram melhor desempenho em termos de redução da pobreza, destacaram-se o setor da administração pública, de outras atividades e o de outras atividades industriais (ver tabela 20).

Resumidamente, a partir de uma visão geral de todos os índices analisados, no ano 1995 os setores com menores taxas de pobreza eram o de outras atividades e outras atividades industriais, mas a partir de 2002 passou a se destacar, além do setor outras atividades, o da administração pública. Já os setores com maior proporção de pobres eram o de atividades mal definidas e/ou não declaradas, o agrícola e o de serviços domésticos. Quanto à variação da pobreza o setor da administração pública apresenta-se com o maior declínio em todos os períodos analisados. Deve-se destacar com relação a variação dos indicadores de pobreza, que no período do governo FHC alguns setores apresentaram crescimento da pobreza, enquanto no governo Lula todos mostraram-se em declínio.

Tabela 19 - Medidas de pobreza agregada por setor de atividade econômica – Nordeste (2003-2009).

SETOR DE ATIVIDADE	$\alpha=0$		DECLÍNIO (%)	$\alpha=1$		DECLÍNIO (%)	$\alpha=2$		DECLÍNIO (%)
	2003	2009		2003	2009		2003	2009	
Agrícola	0,7922	0,6404	-19,16	0,4611	0,3310	-28,22	0,3174	0,2162	-31,90
Outras atividades industriais	0,4741	0,2660	-43,90	0,2065	0,0861	-58,30	0,1246	0,0370	-70,30
Indústria de transformação	0,5900	0,4071	-31,01	0,2687	0,1442	-46,35	0,1550	0,0710	-54,20
Construção	0,7186	0,4929	-31,40	0,3458	0,1887	-45,45	0,2083	0,0966	-53,60
Comércio e reparação	0,5598	0,3482	-37,79	0,2604	0,1253	-51,87	0,1548	0,0642	-58,55
Alojamento e alimentação	0,5873	0,3811	-35,10	0,2758	0,1427	-48,26	0,1633	0,0755	-53,76
Transporte, armazenagem e comunicação	0,5280	0,3309	-37,34	0,2432	0,1232	-49,34	0,1420	0,0642	-54,77
Administração pública	0,3411	0,1852	-45,71	0,1348	0,0548	-59,34	0,0704	0,0238	-66,15
Serviços domésticos	0,8364	0,6120	-26,83	0,4549	0,2738	-39,81	0,2960	0,1604	-45,83
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,5501	0,3704	-32,67	0,2641	0,1351	-48,87	0,1607	0,0693	-56,89
Outras atividades	0,3939	0,2391	-39,30	0,1518	0,0706	-53,49	0,0773	0,0304	-60,66
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	0,9629	0,9209	-4,36	0,8937	0,8274	-7,43	0,8604	0,7924	-7,90
Outras fontes	0,4965	0,3955	-20,35	0,2578	0,1815	-29,60	0,1687	0,1265	-25,03

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (2003 e 2009).

Tabela 20 - Medidas de pobreza agregada por setor de atividade econômica - Nordeste (1995-2009).

SETOR DE ATIVIDADE	$\alpha=0$		DECLÍNIO (%)	$\alpha=1$		DECLÍNIO (%)	$\alpha=2$		DECLÍNIO (%)
	1995	2009		1995	2009		1995	2009	
Agrícola	0,8214	0,6404	-22,04	0,4876	0,3310	-32,13	0,3381	0,2162	-36,06
Outras atividades industriais	0,3536	0,2660	-24,78	0,1625	0,0861	-47,02	0,0971	0,0370	-61,91
Indústria de transformação	0,6038	0,4071	-32,58	0,2715	0,1442	-46,90	0,1549	0,0710	-54,17
Construção	0,6765	0,4929	-27,14	0,3127	0,1887	-39,66	0,1827	0,0966	-47,10
Comércio e reparação	0,5016	0,3482	-30,58	0,2243	0,1253	-44,14	0,1269	0,0642	-49,45
Alojamento e alimentação	0,5161	0,3811	-26,15	0,2316	0,1427	-38,39	0,1338	0,0755	-43,56
Transporte, armazenagem e comunicação	0,4606	0,3309	-28,17	0,1986	0,1232	-37,97	0,1117	0,0642	-42,51
Administração pública	0,3880	0,1852	-52,26	0,1739	0,0548	-68,49	0,0990	0,0238	-75,93
Serviços domésticos	0,8210	0,6120	-25,46	0,4334	0,2738	-36,83	0,2728	0,1604	-41,23
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,5930	0,3704	-37,54	0,2858	0,1351	-52,74	0,1719	0,0693	-59,70
Outras atividades	0,3802	0,2391	-37,10	0,1619	0,0706	-56,38	0,0872	0,0304	-65,10
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	0,9523	0,9209	-3,30	0,8301	0,8274	-0,32	0,7846	0,7924	1,00
Outras fontes	0,4337	0,3955	-8,82	0,2075	0,1815	-12,49	0,1193	0,1265	5,97

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (1995 e 2009).

6.2.2 Evidências para o estado da Paraíba

Na Paraíba, no ano 1995, os setores com maior incidência de pobres pela medida P_0 , eram também o de atividades mal definidas ou não declaradas, o agrícola, o de serviços domésticos e ainda a indústria de transformação, enquanto aqueles com menor P_0 foram o de outras atividades industriais e o de outras atividades. Já no ano 2002, logo em seguida ao setor de atividades mal definidas e/ou não declaradas, no qual 100% da população foi considerada

pobre³², o setor de serviços domésticos aparece como o mais pobre, e em sequência o agrícola e o da construção. Nesse ano, os setores com menor proporção de pobres foram o da administração pública e o de outras atividades (ver tabela 21).

Tabela 21 - Medidas de pobreza agregada por setor de atividade econômica - Paraíba (1995-2002).

SETOR DE ATIVIDADE	$\alpha=0$		DECLÍNIO (%)	$\alpha=1$		DECLÍNIO (%)	$\alpha=2$		DECLÍNIO (%)
	1995	2002		1995	2002		1995	2002	
Agrícola	0,8088	0,8191	1,27	0,4835	0,4653	-3,78	0,3396	0,3060	-9,89
Outras atividades industriais	0,2143	0,5001	133,30	0,0885	0,2916	229,67	0,0529	0,1900	258,90
Indústria de transformação	0,6979	0,6104	-12,55	0,2924	0,2621	-10,37	0,1522	0,1425	-6,40
Construção	0,6100	0,7134	16,94	0,2961	0,3166	6,92	0,1880	0,1708	-9,16
Comércio e reparação	0,4842	0,5445	12,45	0,1974	0,2583	30,88	0,1058	0,1528	44,42
Alojamento e alimentação	0,6190	0,5000	-19,22	0,2372	0,2218	-6,49	0,1161	0,1191	2,53
Transporte, armazenagem e comunicação	0,3518	0,5158	46,60	0,1417	0,2345	65,43	0,0747	0,1345	80,02
Administração pública	0,3219	0,2924	-9,16	0,1206	0,1116	-7,46	0,0608	0,0561	-7,63
Serviços domésticos	0,7805	0,8571	9,82	0,3627	0,4322	19,18	0,2121	0,2557	20,58
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,6001	0,4655	-22,43	0,2536	0,1822	-28,14	0,1405	0,0991	-29,47
Outras atividades	0,2974	0,3158	6,19	0,1216	0,1138	-6,43	0,0546	0,0509	-6,81
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	0,8571	1,0000	16,68	0,8571	0,6931	-19,13	0,8571	0,5785	-32,50
Outras fontes	0,3728	0,5019	34,63	0,1770	0,2394	35,21	0,0965	0,1433	48,47

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (1995 e 2002).

Entre esses dois anos analisados, houve declínio da proporção de pobres em apenas quatro setores de atividades, os quais por ordem de maior decréscimo foram: outros serviços coletivos, sociais e pessoais; alojamento e alimentação; indústria de transformação e;

³² Isso ocorreu pelo fato de nenhum dos domicílios com renda maior que zero nesse setor, sendo o mesmo constituído por parte da população com renda zero que não exercia nenhuma atividade, ter renda superior a linha de pobreza definida.

administração pública. Entre os setores que apresentaram aumento o que mostrou pior desempenho foi o de outras atividades industriais.

Para os indicadores de pobreza P_1 e P_2 , em 1995, os setores que mostraram pior desempenho foram o de atividades mal definidas e/ou não declaradas, o agrícola, de serviços domésticos e o da construção, e os que apresentaram índices mais baixos para P_1 foram o de outras atividades industriais, da administração pública e o de outras atividades. O mesmo é observado para o índice P_2 , alterando-se apenas a ordem dos dois últimos. Em 2002, os setores com menor P_1 e P_2 eram o de atividades mal definidas e/ou não declaradas, o agrícola e de serviços domésticos. Enquanto isso, os setores que apresentaram melhor desempenho para ambos indicadores foram: a administração pública, outras atividades e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

Em termos de declínio para os índices P_1 e P_2 , observou-se, assim como, para P_0 , que alguns setores mostraram aumento na pobreza. Segundo esses indicadores, os setores de atividades mal definidas e/ou não declaradas e o de outros serviços coletivos, sociais e pessoais, foram os que apresentaram maior declínio, enquanto os de outras atividades industriais e de transporte armazenagem e comunicação foram os que mostraram maior aumento, dentre os que apresentaram elevação.

A partir da tabela 22 é possível fazer a análise para o período 2003-2009. No ano 2003, para os três indicadores de pobreza em análise, os setores que apresentaram pior situação em termos de pobreza foram o de atividades mal definidas e/ou não declaradas, o de serviços domésticos, o agrícola e o da construção. Por seu turno, os setores que indicaram menores taxas de pobreza considerando-se o índice P_0 foram de outras atividades, administração pública e o de outras fontes e para P_1 e P_2 foram o de outras atividades, outras atividades industriais e da administração pública.

Já em 2009, segundo o índice de proporção de pobres, a pobreza era maior no setor de atividades mal definidas e/ou não declaradas, no agrícola, nos serviços domésticos e na indústria de transformação. Para as medidas de pobreza P_1 e P_2 esses três primeiros setores citados permanecem nas mesmas posições, entretanto, para o índice P_1 segue-se a eles o setor da construção e para o índice P_2 o de outras fontes. Os menores índices de pobreza, considerando-se as três medidas utilizadas, estavam nos setores da administração pública e no de outras atividades.

Analisando-se a queda nesses índices, observou-se que, de forma geral, todos os setores apresentaram declínio. Para o indicador P_0 a maior queda se deu no setor de outras atividades industriais, no de outros serviços coletivos, sociais e pessoais e no da

administração pública, respectivamente. Já para P_1 e P_2 a maior queda se deu no setor de outros serviços coletivos, sociais e pessoais, seguido pelo da administração pública e pelo de outras atividades.

Tabela 22 - Medidas de pobreza agregada por setor de atividade econômica - Paraíba (2003-2009).

SETOR DE ATIVIDADE	$\alpha=0$		DECLÍNIO (%)	$\alpha=1$		DECLÍNIO (%)	$\alpha=2$		DECLÍNIO (%)
	2003	2009		2003	2009		2003	2009	
Agrícola	0,7636	0,6667	-12,69	0,4391	0,3188	-27,39	0,3003	0,2014	-32,93
Outras atividades industriais	0,6364	0,2941	-53,78	0,1338	0,0826	-38,24	0,0528	0,0353	-33,11
Indústria de transformação	0,5632	0,5306	-5,79	0,2726	0,2001	-26,61	0,1612	0,1032	-35,97
Construção	0,7440	0,5165	-30,58	0,3374	0,2021	-40,10	0,1921	0,1015	-47,13
Comércio e reparação	0,5786	0,4013	-30,63	0,2697	0,1666	-38,24	0,1572	0,0934	-40,57
Alojamento e alimentação	0,5135	0,4591	-10,60	0,2045	0,1656	-19,03	0,1103	0,0909	-17,55
Transporte, armazenagem e comunicação	0,5634	0,4028	-28,51	0,2901	0,1703	-41,30	0,1717	0,0987	-42,54
Administração pública	0,3485	0,1960	-43,77	0,1399	0,0615	-56,07	0,0704	0,0284	-59,65
Serviços domésticos	0,9036	0,6666	-26,23	0,5053	0,2962	-41,38	0,3291	0,1722	-47,67
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,4615	0,2543	-44,91	0,2551	0,0960	-62,37	0,1647	0,0461	-72,03
Outras atividades	0,3158	0,2338	-25,97	0,1068	0,0568	-46,83	0,0495	0,0223	-55,06
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	0,9500	0,9048	-4,76	0,8707	0,8529	-2,04	0,8571	0,8294	-3,24
Outras fontes	0,4357	0,4233	-2,84	0,2325	0,1969	-15,31	0,1525	0,1328	-12,92

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (2003 e 2009).

Para o período 1995-2009 a variação nos indicadores de pobreza revelou que o índice P_0 apresentou elevação em quatro setores: outras atividades industriais, transporte, armazenagem e comunicação, outras fontes e atividades mal definidas e/ou não declaradas, em ordem decrescente. Já os índices P_1 e P_2 apresentaram aumento da pobreza no setor de transporte armazenagem e comunicação e no de outras fontes, enquanto dentre os que

apresentaram maiores declínios destacaram-se o de outros serviços coletivos, sociais e pessoais, de outras atividades e o da administração pública (ver tabela 23).

Tabela 23 - Medidas de pobreza agregada por setor de atividade econômica - Paraíba (1995-2009).

SETOR DE ATIVIDADE	$\alpha=0$		DECLÍNIO (%)	$\alpha=1$		DECLÍNIO (%)	$\alpha=2$		DECLÍNIO (%)
	1995	2009		1995	2009		1995	2009	
Agrícola	0,8088	0,6667	-17,57	0,4835	0,3188	-34,07	0,3396	0,2014	-40,70
Outras atividades industriais	0,2143	0,2941	37,22	0,0885	0,0826	-6,60	0,0529	0,0353	-33,32
Indústria de transformação	0,6979	0,5306	-23,97	0,2924	0,2001	-31,58	0,1522	0,1032	-32,20
Construção	0,6100	0,5165	-15,33	0,2961	0,2021	-31,75	0,1880	0,1015	-45,98
Comércio e reparação	0,4842	0,4013	-17,11	0,1974	0,1666	-15,61	0,1058	0,0934	-11,69
Alojamento e alimentação	0,6190	0,4591	-25,83	0,2372	0,1656	-30,20	0,1161	0,0909	-21,69
Transporte, armazenagem e comunicação	0,3518	0,4028	14,48	0,1417	0,1703	20,18	0,0747	0,0987	32,02
Administração pública	0,3219	0,1960	-39,11	0,1206	0,0615	-49,03	0,0608	0,0284	-53,29
Serviços domésticos	0,7805	0,6666	-14,59	0,3627	0,2962	-18,33	0,2121	0,1722	-18,79
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,6001	0,2543	-57,63	0,2536	0,0960	-62,15	0,1405	0,0461	-67,20
Outras atividades	0,2974	0,2338	-21,38	0,1216	0,0568	-53,33	0,0546	0,0223	-59,24
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	0,8571	0,9048	5,56	0,8571	0,8529	-0,48	0,8571	0,8294	-3,23
Outras fontes	0,3728	0,4233	13,55	0,1770	0,1969	11,22	0,0965	0,1328	37,61

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (1995 e 2009).

Do exposto, percebe-se, de maneira geral, que os setores de atividade mais dinâmicos no sentido de reduzir a pobreza na Paraíba foram os mesmos observados na análise para o Nordeste: outras atividades, administração pública, outras atividades industriais. O mesmo se verifica quanto aos que apresentaram maiores taxas: o de atividades mal definidas e/ou não declaradas, o de serviços domésticos, o agrícola (e em alguns casos o da construção e da indústria de transformação). Com relação à variação desses índices, essa se mostrou bastante

distinta em cada período estudado, mas os setores de atividade que, via de regra, em todos os períodos apresentaram maior declínio na pobreza foram: outros serviços coletivos sociais e pessoais e a administração pública.

6.3 Decomposição da pobreza por setor de atividade econômica – Nordeste e Paraíba

Nesta seção, procurou-se investigar a contribuição da variação na pobreza em cada setor de atividade econômica (efeito intra-setorial) e da alteração na distribuição da população entre esses setores (mudanças inter-setoriais) para a mudança na pobreza global, conforme a decomposição proposta por Ravallion e Huppi (1990;1991).

A análise para os recortes espaciais Nordeste e Paraíba, objetivou identificar, em cada um, quais as atividades econômicas mais dinâmicas no sentido de fazer reduzir a pobreza. Nas subseções seguintes, são apresentados os resultados obtidos.

6.3.1 Evidências para a região Nordeste

A tabela 24 apresenta os resultados da decomposição setorial da pobreza para o Nordeste brasileiro no período 1995-2002, período esse que cobre o governo FHC marcado pelo alcance da almejada estabilização inflacionária e, ao mesmo tempo, por uma trajetória cadente do nível de emprego devido ao baixo crescimento econômico do período e aos impactos do processo de abertura comercial iniciado no começo da década de 1990³³.

Como observado em análises anteriores, olhando-se para os três indicadores utilizados (P_0 , P_1 e P_2) na pesquisa, nesse período, verifica-se que a região Nordeste apresentou uma pequena diminuição no nível de pobreza, em que essas medidas mostraram redução de 2,12, 1,70 e 1,43 p.p. (pontos percentuais), respectivamente.

A partir da decomposição setorial, é possível verificar que a queda da pobreza no setor de atividade agrícola foi a que mais contribuiu para a redução na pobreza agregada. Observa-se que um pouco mais de 42% da redução na medida de pobreza P_0 , atribui-se a ganhos nesse setor, enquanto o mesmo foi responsável por 58,23% da queda na pobreza para índice P_1 e por 64,43% para P_2 . A segunda contribuição mais importante veio da administração pública, pois 20,38% da redução em P_0 , 21,34% da queda em P_1 e aproximadamente 19% em P_2 , foi devido a ganhos nesse setor. O setor da indústria de transformação aparece em terceiro lugar no

³³ Maiores detalhes em Dedecca, et al. (2004).

ranking dos setores que mais contribuíram com a redução nas medidas de pobreza agregada, porém com um percentual de contribuição bem inferior aos anteriormente mencionados, sendo responsável por pouco mais de 10% do ganho no índice P_0 e por aproximadamente 5% e 4% do ganho nos índices P_1 e P_2 , respectivamente.

Tabela 24 - Decomposição da variação na pobreza em efeitos intra-setoriais, deslocamentos da população e interação – Nordeste (1995-2002).

SETOR DE ATIVIDADE	PARCELA DA POPULAÇÃO EM 1995	P_0		P_1		P_2	
		MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA	MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA	MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA
Agrícola	33,75	-0,90	42,50	-0,99	58,23	-0,92	64,43
Outras atividades industriais	1,17	0,14	-6,81	0,06	-3,37	0,03	-1,99
Indústria de transformação	7,91	-0,23	10,68	-0,08	4,87	-0,06	3,96
Construção	6,99	0,13	-5,93	0,12	-7,17	0,07	-5,07
Comércio e reparação	13,90	0,22	-10,43	0,33	-19,35	0,29	-20,43
Alojamento e alimentação	2,64	0,14	-6,37	0,08	-4,51	0,05	-3,17
Transporte, armazenagem e comunicação	4,12	-0,05	2,43	0,01	-0,61	0,02	-1,18
Administração pública	9,83	-0,43	20,38	-0,36	21,34	-0,27	18,87
Serviços domésticos	2,70	-0,03	1,56	0,00	-0,02	0,01	-0,64
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,46	-0,15	7,06	-0,07	4,21	-0,04	2,75
Outras atividades	3,22	-0,04	1,76	-0,04	2,13	-0,02	1,68
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	1,62	0,00	-0,17	0,08	-4,56	0,09	-6,42
Outras fontes	9,69	0,48	-22,62	0,35	-20,62	0,32	-22,60
Efeito intra-setorial total		-0,72	34,04	-0,52	30,56	-0,43	30,19
Efeito deslocamento da população		-1,54	72,42	-1,33	78,45	-1,15	80,47
Efeito interação		0,14	-6,46	0,15	-9,01	0,15	-10,66
Variação da pobreza		-2,12	100,00	-1,70	100,00	-1,43	100,00

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (1995 e 2002).

Basicamente, foram esses três setores econômicos que mais contribuíram para a queda na pobreza durante esse período, juntamente com uma contribuição menor dos setores de outros serviços coletivos, sociais e pessoais e de outras atividades, ressaltando-se que para o

índice P_0 , somou-se a esses, os setores de transporte armazenagem e comunicação e o de serviços domésticos. Os demais setores não mencionados atuaram em sentido inverso, ou seja, contribuindo para o aumento da pobreza³⁴.

Uma importante observação a ser feita, é que nesse período o efeito deslocamento da população entre os diversos setores de atividades foi mais importante para a redução na pobreza global do que o efeito intra-setorial. Mais de 72% da queda na proporção de pobres, de 78% da redução no hiato de pobreza e de 80% do declínio em P_2 , deveu-se a esse efeito.

Na tabela 25, encontram-se os dados da decomposição setorial para o período 2003-2009. No período que cobre o governo Lula, como já visto, houve maior queda nos indicadores de pobreza, em que P_0 , P_1 e P_2 apresentaram declínio em termos absolutos de aproximadamente 18 p.p. 12,7 p.p. e 9 p.p., respectivamente.

Contribuiu de forma mais significativa para os ganhos na redução da pobreza, novamente o declínio no setor agrícola. Essa contribuição foi de 24,82% para o índice de proporção de pobres, de aproximadamente 30% para a medida P_1 e, de pouco mais de 33% para o índice P_2 . Em segundo lugar, aparece o setor de comércio e reparação, que contribuiu com 16,9%, 15,2% e 14,5%, para a redução na pobreza medida pelos índices P_0 , P_1 e P_2 , respectivamente. Para o índice de proporção de pobres, a administração pública foi o terceiro setor que mais contribuiu para a queda na pobreza (9,1%), enquanto para os índices P_1 e P_2 a terceira posição ficou com o setor construção (contribuição de 8,2% e 8,3%, respectivamente).

Outros setores também merecem destaque. Considerando-se a medida de pobreza P_0 os setores da construção, da indústria de transformação e de outras fontes, também tiveram importante contribuição para a redução da pobreza. Já para o índice P_1 , que confere maior peso aos mais pobres, ressalta-se ainda a indústria de transformação, o setor outras fontes e a administração pública. Por último, para P_2 , índice de severidade da pobreza, destaca-se além dos já citados, a indústria de transformação, os serviços domésticos, outras fontes e a administração pública.

No período 2003-2009, ao contrário do observado para o período 1995-2002, o efeito intra-setorial predominou sobre a mudança na pobreza total quando comparado ao efeito de deslocamento da população. Apesar disso, esse último teve importância considerável para a

³⁴ Nesse sentido, deve-se ressaltar que o impacto negativo do setor outras fontes pode ter se dado pelo aumento no número de dependentes dessas fontes de renda dentro do domicílio, já que nesse período houve aumento no desemprego.

redução da pobreza agregada, já que, aproximadamente 6%, 7% e 8% da redução nos índices P_0 , P_1 e P_2 , respectivamente, atribui-se a ele.

Tabela 25 - Decomposição da variação na pobreza em efeitos intra-setoriais, deslocamentos da população e interação - Nordeste (2003-2009).

SETOR DE ATIVIDADE	PARCELA DA POPULAÇÃO EM 2003	P_0		P_1		P_2	
		MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA	MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA	MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA
Agrícola	29,31	-4,45	24,82	-3,81	29,95	-2,97	33,21
Outras atividades industriais	0,90	-0,19	1,05	-0,11	0,85	-0,08	0,88
Indústria de transformação	7,47	-1,37	7,63	-0,93	7,31	-0,63	7,03
Construção	6,64	-1,50	8,36	-1,04	8,20	-0,74	8,30
Comércio e reparação	14,31	-3,03	16,90	-1,93	15,19	-1,30	14,52
Alojamento e alimentação	2,64	-0,54	3,04	-0,35	2,76	-0,23	2,59
Transporte, armazenagem e comunicação	4,32	-0,85	4,75	-0,52	4,07	-0,34	3,76
Administração pública	10,41	-1,62	9,06	-0,83	6,54	-0,48	5,43
Serviços domésticos	3,83	-0,86	4,80	-0,69	5,45	-0,52	5,82
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,68	-0,48	2,69	-0,35	2,72	-0,24	2,74
Outras atividades	4,01	-0,62	3,46	-0,33	2,56	-0,19	2,10
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	1,46	-0,06	0,34	-0,10	0,76	-0,10	1,11
Outras fontes	12,01	-1,21	6,77	-0,92	7,20	-0,51	5,68
Efeito intra-setorial total		-16,79	93,66	-11,91	93,56	-8,33	93,18
Efeito deslocamento da população		-1,03	5,74	-0,87	6,83	-0,71	7,93
Efeito interação		-0,11	0,60	0,05	-0,39	0,10	-1,10
Variação da pobreza		-17,92	100,00	-12,73	100,00	-8,93	100,00

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (2003 e 2009).

Além do estudo da decomposição setorial da pobreza para os dois períodos isolados referentes aos governos FHC e Lula, também se realizou a análise para todo o período 1995-2009, refletindo a mudança na pobreza decorrente das políticas econômicas e sociais implementadas tanto pelo primeiro governo, quanto pelo segundo. A tabela 26 apresenta os resultados da decomposição para esse período.

Tabela 26 - Decomposição da variação na pobreza em efeitos intra-setoriais, deslocamentos da população e interação - Nordeste (1995-2009).

SETOR DE ATIVIDADE	PARCELA DA POPULAÇÃO EM 1995	P ₀		P ₁		P ₂	
		MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA	MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA	MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA
Agrícola	33,75	-6,11	33,19	-5,29	39,61	-4,11	44,35
Outras atividades industriais	1,17	-0,10	0,56	-0,09	0,67	-0,07	0,76
Indústria de transformação	7,91	-1,56	8,45	-1,01	7,54	-0,66	7,15
Construção	6,99	-1,28	6,98	-0,87	6,50	-0,60	6,49
Comércio e reparação	13,90	-2,13	11,58	-1,38	10,31	-0,87	9,40
Alojamento e alimentação	2,64	-0,36	1,94	-0,23	1,76	-0,15	1,66
Transporte, armazenagem e comunicação	4,12	-0,53	2,90	-0,31	2,33	-0,20	2,11
Administração pública	9,83	-1,99	10,83	-1,17	8,78	-0,74	7,97
Serviços domésticos	2,70	-0,56	3,06	-0,43	3,23	-0,30	3,27
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,46	-0,55	2,97	-0,37	2,77	-0,25	2,72
Outras atividades	3,22	-0,45	2,46	-0,29	2,20	-0,18	1,97
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	1,62	-0,05	0,28	0,00	0,03	0,01	-0,14
Outras fontes	9,69	-0,37	2,01	-0,25	1,88	0,07	-0,74
Efeito intra-setorial total		-16,06	87,21	-11,69	87,61	-8,07	86,97
Efeito deslocamento da população		-2,74	14,86	-2,22	16,62	-1,82	19,65
Efeito interação		0,38	-2,08	0,56	-4,23	0,61	-6,62
Variação da pobreza		-18,41	100,00	-13,35	100,00	-9,28	100,00

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (1995 e 2009).

Na tabela mencionada, os dados sobre a variação da pobreza permitem constatar queda considerável entre os anos 1995 e 2009. Como era de se esperar, a queda da pobreza nos domicílios cuja principal fonte de renda era a atividade agrícola foi a que mais influenciou a redução na pobreza agregada ao longo desse período. Mais de 33% da queda na medida de pobreza P₀ foi devido a ganhos nesse setor, sendo ainda responsável por 39,61% da redução da pobreza segundo a medida P₁ e por 44,35% dos ganhos para a medida P₂.

Na sequência, para os três índices considerados, aparecem os setores de comércio e reparação, administração pública, indústria de transformação e da construção, por ordem de importância.

Verificou-se que o efeito de deslocamento da população, apesar de menor que o efeito intra-setorial, teve influência importante para a diminuição da pobreza agregada, contribuindo com 14,86% para a redução no índice de proporção de pobres, com 16,62% para o declínio no hiato de pobreza e com 19,65% para a queda em P_2 .

Em suma, a presente análise permitiu constatar que no período que cobre o governo FHC as atividades que mais contribuíram para a redução da pobreza no Nordeste eram as ligadas ao setor agrícola, à administração pública e à indústria de transformação, o que foi constatado conforme todas as medidas de pobreza utilizadas. Por sua vez, no governo Lula, o setor agrícola ainda permanece como o de maior importância, porém, segue-se a ele, o setor de comércio e reparação, ambas, constatações obtidas para todos os índices, surgindo em terceiro lugar a administração pública para o índice de proporção de pobres e o setor da construção para os índices hiato de pobreza e severidade da pobreza. Já a análise para o período 1995-2009, revelou o setor agrícola, de comércio e reparação e da administração pública como os mais importantes para o declínio na pobreza, com o setor da indústria de transformação e da construção aparecendo em quarto e quinto lugar, respectivamente.

Quanto à predominância dos efeitos intra-setorial e deslocamento da população, evidenciou-se que entre os anos 1995 e 2002 esse segundo efeito foi mais importante para redução da pobreza agregada. Isso pode ser resultado dos impactos do processo de reestruturação econômica iniciada no início dos anos 1990, assim como, da sustentação de uma moeda sobrevalorizada, logo após a implantação do real, culminando em fortes impactos sobre a classe trabalhadora brasileira, e logo, da nordestina, estando entre estes a realocação setorial do emprego. Deste modo, esse motivo, associado ao baixo crescimento econômico no período, pode explicar tal fenômeno.

Todavia, nos períodos 2003-2009 e 1995-2009, o efeito intra-setorial predominou sobre a mudança na pobreza agregada, mas o efeito deslocamento da população também teve participação relevante. No primeiro caso, esse resultado pode ter sido consequência do bom desempenho da economia que levou ao aumento do emprego em todos os setores de atividade³⁵ como também da forte política de expansão das transferências de renda. Por sua vez, no segundo caso, o resultado obtido é decorrente da influência da situação econômica e

³⁵ Ver Marion Filho, Schumacher e Reichert (2011).

das políticas implementadas ao longo de todo o período, englobando efeitos tanto de ações do governo FHC, quanto do governo Lula.

6.3.2 Evidências para o estado da Paraíba

Nesta seção, realizou-se a decomposição setorial da pobreza no estado da Paraíba objetivando verificar, num âmbito mais local, a contribuição dos setores de atividade para as mudanças na pobreza, resultante das políticas econômicas e sociais implementadas no período.

A partir da tabela 27, pode-se observar o comportamento das mudanças na pobreza em cada setor de atividade, sua contribuição para a variação na pobreza total e ainda a contribuição do deslocamento da população entre os setores, no período 1995-2002.

Como se pode constatar, nesse período houve aumento na medida de pobreza P_0 (0,75 ponto percentual), o que significa que o número de domicílios pobres em relação à população total se elevou. No entanto, para as medidas P_1 e P_2 verifica-se queda na pobreza agregada (de 0,64 e 1,34 ponto percentual, respectivamente).

Ao se observar, especificamente, a variação na pobreza por meio do índice P_0 , verifica-se que apenas os setores indústria de transformação, alojamento e alimentação, administração pública e outros serviços coletivos sociais e pessoais, contribuíram para que houvesse redução na pobreza agregada, porém, o aumento na pobreza nos demais setores prevaleceu, fazendo com que a pobreza agregada aumentasse.

O setor que mais contribuiu para que houvesse aumento na proporção de pobres foi o setor outras fontes (200,31%), o que provavelmente pode ter sido efeito do aumento no número de pessoas desocupadas por domicílio, fazendo com que um maior número de pessoas, passasse a depender mais da renda de outros componentes daquela residência, proveniente de outras fontes que não a renda do trabalho. Em segundo lugar aparece o setor de comércio e reparação (105,12%) e em terceiro o da construção (94,89%).

Para tal índice, o efeito deslocamento da população contribuiu para que houvesse redução na pobreza, porém, o efeito intra-setorial, que influenciou em sentido contrário, predominou, de tal modo que, a pobreza medida por esse indicador apresentou elevação.

Para o índice P_1 , que apresentou redução entre os anos 1995 e 2002, o setor que mais influenciou essa queda foi o agrícola (98,02%), seguido pela indústria de transformação (31,14%) e pelo de outros serviços coletivos sociais e pessoais (26,71%). Já para o índice P_2 ,

os setores que mais contribuíram para os ganhos na redução da pobreza foram o agrícola, de atividades mal definidas e/ou não declaradas e o da construção³⁶.

Tabela 27 - Decomposição da variação na pobreza em efeitos intra-setoriais, deslocamentos da população e interação - Paraíba (1995-2002).

SETOR DE ATIVIDADE	PARCELA DA POPULAÇÃO EM 1995	P ₀		P ₁		P ₂	
		MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA	MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA	MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA
Agrícola	34,36	0,35	47,48	-0,63	98,02	-1,15	86,40
Outras atividades industriais	0,96	0,27	36,73	0,19	-30,43	0,13	-9,84
Indústria de transformação	6,57	-0,58	-77,16	-0,20	31,14	-0,06	4,79
Construção	6,85	0,71	94,89	0,14	-21,93	-0,12	8,83
Comércio e reparação	13,00	0,78	105,12	0,79	-123,88	0,61	-45,79
Alojamento e alimentação	2,87	-0,34	-45,86	-0,04	6,92	0,01	-0,63
Transporte, armazenagem e comunicação	3,70	0,61	81,27	0,34	-53,56	0,22	-16,56
Administração pública	11,91	-0,35	-47,10	-0,11	16,73	-0,06	4,14
Serviços domésticos	2,81	0,22	28,84	0,20	-30,50	0,12	-9,17
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,40	-0,32	-43,25	-0,17	26,71	-0,10	7,43
Outras atividades	2,53	0,05	6,25	-0,02	3,09	-0,01	0,71
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	0,48	0,07	9,19	-0,08	12,28	-0,13	10,00
Outras fontes	11,57	1,49	200,31	0,72	-112,68	0,54	-40,53
Efeito intra-setorial total		2,96	396,69	1,14	-178,10	0,0031	-0,23
Efeito deslocamento da população		-2,70	-361,99	-2,15	336,51	-1,72	128,59
Efeito interação		0,49	65,30	0,37	-58,41	0,38	-28,36
Variação da pobreza		0,75	100,00	-0,64	100,00	-1,34	100,00

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (1995 e 2002).

No entanto, apesar desses setores, assim como, alguns outros que tiveram influência menor, terem contribuído para que a pobreza reduzisse, o aumento nos demais setores prevaleceu, tanto para P₁, quanto para P₂, o que fez com que o efeito intra-setorial atuasse no

³⁶ Para os índices P₁ e P₂, dentre os setores em que pobreza aumentou, destacaram-se o de comércio e reparação e de outras fontes.

sentido de aumentar da pobreza. A partir disso, foi possível observar que a queda na pobreza segundo esses dois índices se deu graças ao efeito de deslocamento da população que contribuiu com 336,51% para a queda em P_1 e 128,59% para redução em P_2 .

Por sua vez, para o período 2003-2009, o comportamento da pobreza nos setores de atividades do estado da Paraíba foi bem mais favorável que o observado para o período 1995-2002. Tal comportamento pode ser observado por meio da tabela 28, a partir da qual constata-se redução na pobreza agregada para os três indicadores utilizados (queda de cerca de 12 p.p, 10 p.p. e 7, p. p., em P_0 , P_1 e P_2 , respectivamente) , estando fortemente favorecida pela queda ocorrida em todos os setores.

Tabela 28 - Decomposição da variação na pobreza em efeitos intra-setorias, deslocamentos da população e interação – Paraíba (2003-2009).

SETOR DE ATIVIDADE	PARCELA DA POPULAÇÃO EM 2003	P_0		P_1		P_2	
		MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA	MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA	MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA
Agrícola	24,45	-2,37	18,81	-2,94	28,75	-2,42	33,49
Outras atividades industriais	0,56	-0,19	1,53	-0,03	0,28	-0,01	0,14
Indústria de transformação	8,90	-0,29	2,30	-0,65	6,31	-0,52	7,15
Construção	6,39	-1,45	11,55	-0,87	8,46	-0,58	8,01
Comércio e reparação	13,35	-2,37	18,78	-1,38	13,46	-0,85	11,79
Alojamento e alimentação	1,89	-0,10	0,82	-0,07	0,72	-0,04	0,51
Transporte, armazenagem e comunicação	3,63	-0,58	4,63	-0,44	4,26	-0,27	3,67
Administração pública	13,50	-2,06	16,35	-1,06	10,36	-0,57	7,85
Serviços domésticos	4,25	-1,01	7,99	-0,89	8,68	-0,67	9,22
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,66	-0,55	4,38	-0,42	4,14	-0,32	4,37
Outras atividades	3,89	-0,32	2,53	-0,19	1,90	-0,11	1,47
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	1,02	-0,05	0,37	-0,02	0,18	-0,03	0,39
Outras fontes	15,50	-0,19	1,52	-0,55	5,39	-0,31	4,23
Efeito intra-setorial total		-11,53	91,55	-9,50	92,89	-6,66	92,29
Efeito deslocamento da população		-0,71	5,67	-0,83	8,12	-0,73	10,17
Efeito interação		-0,35	2,78	0,10	-1,01	0,18	-2,47
Variação da pobreza		-12,60	100,00	-10,23	100,00	-7,22	100,00

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (2003 e 2009).

Foi possível notar, tanto em P_0 , quanto em P_1 e P_2 , que a queda da pobreza nos domicílios ligados à atividade agrícola foi a que teve maior influência sobre a redução da pobreza agregada. Esse setor contribuiu com 18,8% para a redução em P_0 e com 28,7% e 33,5% para a redução em P_1 e P_2 , respectivamente. Em segundo lugar, considerando-se todos os índices, apareceu o setor de comércio e reparação. Por sua vez, em terceiro lugar, veio o setor da administração pública para os índices P_0 e P_1 e o de serviços domésticos para P_2 . Os demais setores também tiveram sua contribuição positiva, porém com menor intensidade.

Notou-se também que, nesse período, o efeito intra-setorial teve uma influência bem maior sobre a redução da pobreza agregada do que o efeito de deslocamento da população. Contudo, a contribuição desse último efeito foi importante para o declínio da pobreza, tanto para o índice de proporção de pobres (5,7%), quanto para o hiato de pobreza (8,1%) e o indicador de severidade da pobreza (10,2%).

Finalmente, para o período 1995-2009, conforme pode ser observado na tabela 29, pode-se verificar, a partir dos três índices considerados, queda na pobreza agregada. O índice de proporção de pobres, o hiato de pobreza e o índice de severidade da pobreza caíram pouco mais de 13 p.p., 10 p.p. e 7 p.p., respectivamente.

Os resultados da tabela mostram aumento da pobreza em alguns setores ao longo desse período, entretanto, deixa evidente que o efeito positivo da redução nos demais setores se sobressaíram a esses, o que fez com que o efeito intra-setorial contribuísse para a redução na pobreza agregada. A partir disso, pôde-se verificar que os setores que mais contribuíram para a redução da pobreza na Paraíba, no período 1995-2009, segundo o índice P_0 foram: o agrícola (36,4%), a administração pública (11,9%) e a indústria de transformação (8,2%). Por sua vez, para a medida de pobreza P_1 , entre os setores que apresentaram melhor desempenho também apareceram o agrícola (54,3%) e a administração pública (6,8%), mas em terceiro surgiu o setor construção (6,2%). Esses mesmos setores formaram o ranking para o índice de severidade da pobreza, porém com uma troca de posições entre os setores administração pública e construção³⁷.

Comparando-se os impactos dos efeitos intra-setorial e deslocamento da população sobre a mudança na pobreza agregada, verifica-se que o primeiro teve maior influência, porém constatou-se forte contribuição desse segundo para a mesma, que foi de aproximadamente 33% para o índice de proporção de pobres, 35% para o hiato de pobreza e 40% para a medida de severidade da pobreza.

³⁷ Deve-se destacar que a indústria de transformação aparece em quarto lugar em termos de maior contribuição para a redução da pobreza agregada medida pelos índices P_1 e P_2 .

Tabela 29 - Decomposição da variação na pobreza em efeitos intra-setoriais, deslocamentos da população e interação - Paraíba (1995-2009).

SETOR DE ATIVIDADE	PARCELA DA POPULAÇÃO EM 1995	P ₀		P ₁		P ₂	
		MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA	MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA	MUDANÇA ABSOLUTA	MUDANÇA RELATIVA
Agrícola	34,36	-4,88	36,42	-5,66	54,34	-4,75	64,61
Outras atividades industriais	0,96	0,08	-0,57	-0,01	0,05	-0,02	0,23
Indústria de transformação	6,57	-1,10	8,20	-0,61	5,82	-0,32	4,38
Construção	6,85	-0,64	4,77	-0,64	6,18	-0,59	8,05
Comércio e reparação	13,00	-1,08	8,04	-0,40	3,85	-0,16	2,19
Alojamento e alimentação	2,87	-0,46	3,43	-0,21	1,98	-0,07	0,99
Transporte, armazenagem e comunicação	3,70	0,19	-1,40	0,11	-1,01	0,09	-1,20
Administração pública	11,91	-1,50	11,18	-0,70	6,76	-0,39	5,25
Serviços domésticos	2,81	-0,32	2,38	-0,19	1,79	-0,11	1,52
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,40	-0,83	6,18	-0,38	3,62	-0,23	3,08
Outras atividades	2,53	-0,16	1,20	-0,16	1,58	-0,08	1,11
Atividades mal definidas e/ou não declaradas	0,48	0,02	-0,17	0,00	0,02	-0,01	0,18
Outras fontes	11,57	0,58	-4,36	0,23	-2,21	0,42	-5,71
Efeito intra-setorial total		-10,10	75,31	-8,62	82,77	-6,22	84,68
Efeito deslocamento da população		-4,42	32,97	-3,64	34,91	-2,93	39,90
Efeito interação		1,11	-8,27	1,84	-17,68	1,81	-24,58
Variação da pobreza		-13,41	100,00	-10,42	100,00	-7,35	100,00

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE (1995 e 2009).

Diante da descrição realizada foi possível observar que, na Paraíba, de modo geral, as atividades que parecem ter maior relevância para a redução da pobreza são: agrícola, comércio e reparação, administração pública, indústria de transformação e construção.

Verificou-se no período 1995-2002, que para o índice de proporção de pobres o efeito deslocamento da população atuou no sentido de reduzir a pobreza, entretanto, o efeito intra-setorial influenciou no sentido contrário e com maior intensidade, o que levou ao aumento da proporção de pobres. Já para os índices P₁ e P₂ o primeiro efeito, que foi favorável à redução da pobreza, prevaleceu sobre o segundo, explicando a queda da pobreza no período medida

por esses índices. Esses efeitos adversos provavelmente foram consequência da instabilidade econômica do país no período, que por sua vez, impactou de diferentes formas as regiões e os estados brasileiros. Já nos períodos 2003-2009 e 1995-2009, o efeito intra-setorial teve maior impacto sobre a redução da pobreza, mas com influência também relevante do efeito deslocamento da população, principalmente nesse segundo período, o que pode se justificar pelos mesmos motivos que os apresentados para a região Nordeste.

7 DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO NA POBREZA ENTRE OS COMPONENTES CRESCIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO DA RENDA

De modo geral, argumenta-se que a redução na pobreza demanda aumento na renda dos considerados pobres e que esse aumento pode advir tanto do crescimento econômico, que leva ao aumento da renda de todos na sociedade, quanto da redução na desigualdade, que eleva a renda dos pobres e declina a dos não pobres, ocorrendo mesmo quando não há crescimento (BARROS E MENDONÇA, 1997; BARROS ET AL. 2007). Nesse sentido, seguindo a metodologia de Datt e Ravallion (1992), neste capítulo, realiza-se a decomposição da variação na pobreza entre os componentes crescimento e redistribuição da renda, de forma a analisar a importância de cada um para o declínio nos indicadores de pobreza no Nordeste e na Paraíba nos períodos considerados.

7.1 Evidências para a região Nordeste

A decomposição do declínio da pobreza nordestina entre os componentes crescimento e redistribuição da renda, considerando-se os anos 1995 e 2002, revela para o índice de proporção de pobres, que o componente crescimento da renda contribuiu mais que sua redistribuição para a redução da pobreza agregada, enquanto para as medidas de pobreza P_1 e P_2 observou-se o inverso, como pode ser visto na tabela 30 a seguir.

Verifica-se, então, que para P_0 o crescimento da renda, dada sua distribuição, respondeu por uma queda de 0,94 p.p. nesse indicador, enquanto a redistribuição, dado o crescimento da renda, teve uma contribuição mais modesta, sendo responsável por uma redução de 0,24 p.p. Por seu turno, para o hiato de pobreza, a contribuição de ambos os componentes foi bem parecida, porém, o componente redistribuição teve uma contribuição mais significativa explicando o declínio de 0,85 p.p. na pobreza enquanto o crescimento da renda respondeu por 0,84 p.p. Para o índice de severidade da pobreza, essa mesma evidência é observada, porém com uma contribuição muito mais relevante do componente redistribuição da renda (0,77 p.p.) quando comparado ao crescimento (0,66 p.p.).

No período que compreende os anos 2003 e 2009 a decomposição revela que o crescimento da renda, dada sua distribuição, explica uma queda de 16,76 p.p. no índice de proporção de pobres, por sua vez, ao fixar o nível de renda e variar sua distribuição, observa-se um declínio nesse indicador de apenas 2,99 p.p.. Quanto aos indicadores hiato de pobreza e severidade da pobreza essa mesma evidência é constatada. Para o primeiro, tem-se que o

componente crescimento da renda responde por uma queda de 10,38 p.p. e a redistribuição por 2,63 p.p., e de forma análoga, para o segundo, os componentes crescimento e redistribuição explicaram, respectivamente, 7,47 p.p. e 2,03 p.p. a mudança observada nesse índice. Deste modo, diante dessas evidências, verifica-se que o crescimento da renda foi o principal responsável pela redução na pobreza nesse período.

Tabela 30 – Decomposição da variação na pobreza em crescimento e redistribuição de renda - Nordeste.

1995-2002			
	P ₀	P ₁	P ₂
TAXA DE POBREZA (%)	62,34	32,99	21,45
MUDANÇA NA POBREZA	-2,12	-1,70	-1,43
CRESCIMENTO	-0,94	-0,84	-0,66
REDISTRIBUIÇÃO	-0,24	-0,85	-0,77
RESÍDUO	-0,94	-0,01	0,01
2003-2009			
	P ₀	P ₁	P ₂
TAXA DE POBREZA (%)	61,85	32,37	21,11
MUDANÇA NA POBREZA	-17,92	-12,73	-8,94
CRESCIMENTO	-16,76	-10,38	-7,47
REDISTRIBUIÇÃO	-2,99	-2,63	-2,03
RESÍDUO	1,82	0,28	0,56
1995-2009			
	P ₀	P ₁	P ₂
TAXA DE POBREZA (%)	2,34	32,99	21,45
MUDANÇA NA POBREZA	-18,41	-13,35	-9,28
CRESCIMENTO	-13,01	-9,56	-7,01
REDISTRIBUIÇÃO	-4,90	-4,37	-3,19
RESÍDUO	-0,51	0,57	0,92

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE.

Ao considerar os anos 1995 e 2009, verifica-se que o crescimento foi o componente da decomposição que mais explicou a redução na pobreza ao longo do período. Entre esses anos, o crescimento da renda respondeu por uma queda de 13,01 p.p. em P₀, 9,56 p.p. em P₁ e 7,01 p.p. em P₂, enquanto a redistribuição explicou uma redução de 4,90, 4,37 e 3,19, pontos percentuais, em P₀, P₁ e P₂, respectivamente. Embora essa evidência vá ao encontro do observado para o período 2003-2009, ressalta-se que no período que abrange os dois governos a contribuição do componente redistribuição para a redução na pobreza foi bem mais significativa.

Os resultados obtidos mostram que no período do governo FHC para as medidas P_1 e P_2 a redistribuição de renda foi mais importante que seu crescimento para a redução da pobreza no Nordeste. Para o índice P_0 constatou-se o contrário, porém com significativa importância do componente redistribuição. Esse fenômeno pode ser atribuído à baixa dinâmica da economia do país nesse período, que de certa forma, tentaram compensar com políticas assistenciais de transferência de renda que começaram a ganhar força nos últimos anos desse governo.

Por seu turno, entre os anos 2003 e 2009, o que se viu foi um desenvolvimento econômico e social pautado na combinação de crescimento econômico com redução das desigualdades, esse último baseado em políticas de transferência de renda (tendo como principal ator o Programa Bolsa Família), em aumentos reais do salário mínimo e no aumento do crédito, os quais estimularam a elevação do consumo interno favorecendo ainda mais o crescimento (BARBOSA E SOUZA, 2010). Foram esses alguns dos motivos pelos quais o crescimento da renda atuou tão favoravelmente à redução da pobreza nesse período, contudo, sem perder de vista a contribuição da redistribuição da renda para que isso acontecesse.

Já o período 1995-2009, o qual o componente crescimento da renda também teve papel principal, contou com características tanto do primeiro governo, quanto do segundo, resultando em uma melhor repartição da contribuição de cada componente da decomposição para a variação na pobreza.

7.2 Evidências para o estado da Paraíba

A decomposição da variação da pobreza entre os componentes crescimento e redistribuição da renda para o estado da Paraíba apresenta comportamento bastante distinto para cada período. Tal comportamento pode ser observado a partir da tabela 31.

No período 1995-2002, considerando-se o índice de proporção de pobres, verifica-se que a pobreza aumentou e que o comportamento de cada componente, seja ele crescimento ou redistribuição da renda, mantendo-se um ou outro constante, foi inverso. Como se pode constatar, o primeiro atuou no sentido de contribuir para a redução da pobreza, sendo essa contribuição de 2,05 p.p., enquanto o segundo influenciou no sentido de elevá-la, respondendo por um aumento 2,84 p.p..

A pobreza medida pelo índice P_1 reduziu-se, todavia os dois principais componentes em destaque também apresentaram desempenho contrário, pois o crescimento da renda contribuiu para uma queda de 1,23 p.p. na pobreza, dada a distribuição, e a redistribuição,

dado o crescimento da renda, atuou no sentido de elevar P_1 em 0,71 p.p. Por sua vez, analisando-se a variação na pobreza mensurada por P_2 , constatou-se que os dois componentes principais da decomposição atuaram favoravelmente para sua redução, com o crescimento da renda atuando de maneira mais significativa.

Tabela 31 – Decomposição da variação na pobreza em crescimento e redistribuição de renda - Paraíba.

1995-2002			
	P_0	P_1	P_2
TAXA DE POBREZA (%)	59,07	30,25	19,31
MUDANÇA NA POBREZA	0,75	-0,64	-1,34
CRESCIMENTO	-2,05	-1,23	-0,94
REDISTRIBUIÇÃO	2,84	0,71	-0,31
RESÍDUO	-0,04	-0,11	-0,09
2003-2009			
	P_0	P_1	P_2
TAXA DE POBREZA (%)	58,26	30,06	19,18
MUDANÇA NA POBREZA	-12,60	-10,23	-7,22
CRESCIMENTO	-15,45	-10,48	-7,61
REDISTRIBUIÇÃO	3,12	1,06	0,55
RESÍDUO	-0,27	-0,81	-0,15
1995-2009			
	P_0	P_1	P_2
TAXA DE POBREZA (%)	59,07	30,25	19,31
MUDANÇA NA POBREZA	-13,41	-10,42	-7,35
CRESCIMENTO	-13,55	-8,96	-6,43
REDISTRIBUIÇÃO	0,03	-1,21	-1,11
RESÍDUO	0,12	-0,25	0,19

Fonte: Cálculo da autora a partir de dados da PNAD/IBGE.

Entre 2003 e 2009, como já visto anteriormente, houve queda na pobreza medida por todos os índices. A decomposição entre crescimento e redistribuição, considerando-se o índice P_0 , mostrou que o crescimento da renda foi responsável por uma redução na pobreza de 15,45 p.p., enquanto a mudança na distribuição atuou no sentido de elevar esse índice em 3,12 p.p., o que significa que componente crescimento explicou totalmente a redução da proporção de pobres na Paraíba ao longo desse período. Essa mesma constatação foi observada para os índices P_1 e P_2 . Para P_1 o crescimento da renda respondeu por uma queda de 10,48 p.p. nesse índice e para P_2 de 7,61 p.p., enquanto a redistribuição contribuiu no sentido de aumentar P_1 em 1,06 p.p. e P_2 em 0,55 p.p.

Por fim, entre os anos 1995 e 2009, o componente da decomposição que mais contribuiu para a redução da pobreza foi o crescimento da renda. Para o índice de proporção de pobres, tal componente, foi responsável por uma queda de 13,55 p.p. na pobreza. Por sua vez, a influência do componente redistribuição foi favorável ao aumento desse indicador, o que significa que a redução na proporção de pobres no estado da Paraíba, ao longo desse período, também pode ser explicada inteiramente pelo crescimento da renda. Quanto aos índices hiato de pobreza e severidade da pobreza, observou-se contribuição favorável à redução da pobreza por ambos, porém, mais uma vez, atuando com intensidade bem maior o componente crescimento da renda.

Diante desses resultados percebe-se que no estado da Paraíba o componente redistribuição teve pouco impacto sobre a redução da pobreza (o qual ficou mais evidenciado para o período 1995-2009), nesse sentido, essa redução quando observada, foi explicada quase que inteiramente pelo crescimento da renda, o que pode ser consequência principalmente de características e de políticas econômicas e sociais tipicamente locais.

8 CARACTERÍSTICAS DA POBREZA NO NORDESTE E PARAÍBA

Este capítulo apresenta os resultados obtidos a partir de estimações do modelo *logit* com o objetivo de analisar quais características individuais estão mais associadas à pobreza nordestina e paraibana. O estudo foi realizado levando-se em consideração o primeiro e último ano do período estudado: 1995 e 2009.

8.1 Características da pobreza no Nordeste

Os resultados apresentados são analisados pelo coeficiente estimado, que, nesse caso, indica se existe relação positiva ou negativa entre as variáveis explicativas e a explanatória (pobre ou não pobre) e pelo *odds ratio*, que possibilita a análise em termos das chances. A tabela 32 apresenta, então, os resultados da estimação do modelo *logit* nos anos 1995 e 2009.

Tabela 32 – Resultado da estimação do modelo *logit* - Nordeste (1995-2009)

Variável	Coeficiente		Odds Ratio	
	1995	2009	1995	2009
GEN	-1,8647***	-1,3314***	0,1549***	0,2641***
ID	-0,1873***	-0,1377***	0,8292***	0,8714***
COR	0,0122***	-0,0270	1,0123***	0,9734
MFUND	-0,5457***	-0,0921***	0,5794***	0,9120***
FUND	-1,2173***	-0,6249***	0,2960***	0,5353***
MED	-2,1599***	-1,4889***	0,1153***	0,2256***
SUP	-3,0669***	-2,4964***	0,0466***	0,0824***
AGR	0,4876***	0,5716***	1,6284***	1,7711***
ID2	0,0011***	0,0007***	1,0011***	1,0007***
RUR_URB	-0,4013***	-0,3001***	0,6695***	0,7408***
MA	0,3157***	0,0953	1,3712***	1,1000
PI	0,2102***	0,0599	1,2340***	1,0617
CE	0,1057***	0,0747*	1,1115***	1,0776*
RN	-0,1196***	-0,0312	0,8873***	0,9692
PB	-0,0324***	0,1107**	0,9681***	1,1170**
PE	-0,0271***	0,1858***	0,9732***	1,2042***
AL	-0,0372***	0,1518**	0,9634***	1,1640**
SE	0,0018	-0,0404	1,0018	0,9604
CONSTANTE	6,7498***	5,0615***	-	-

Fonte: Resultados estimados a partir dos dados da PNAD/IBGE dos anos 1995 e 2009.

Nota: ***Estatisticamente significativa a 1%. **Estatisticamente significativa a 5%. *Estatisticamente significativa a 10%. Os demais são não significantes.

O coeficiente da variável gênero, em ambos os anos, apresentou sinal negativo, o que significa que ser do sexo masculino tem relação inversa com a pobreza. Em termos de chances, para o ano 1995, a chance de um homem ser pobre era 84,51% $((0,1549-1)*100)$ menor em relação à mulher, enquanto em 2009 essa proporção era de 73,59%. Isso evidencia a desigualdade de renda entre homens e mulheres, sendo estas últimas as principais desfavorecidas.

Considerando-se a idade, esta também mostrou relação negativa com a variável explanatória, enquanto o coeficiente da variável idade ao quadrado apresentou-se positivo, evidencia já esperada, dado que a partir de determinado período a produtividade de um indivíduo tende a diminuir, o que pôde ser observado tanto em 1995, quanto em 2009. Para a primeira, em 1995, o *odds ratio* indicou que à cada ano de vida, as chances de um indivíduo ser pobre diminui em 17,08%, enquanto para a segunda, a razão das chances apontou que a partir de determinado limite, faixa de idade mais produtiva, a chance de ser pobre aumentava 0,11%. Em 2009, essas estatísticas foram de 12,86% e 0,07%, respectivamente.

Por sua vez, ao contrário do esperado, no ano 1995, o sinal do coeficiente da variável cor foi positivo, indicando que nesse ano, no Nordeste, ser de cor branca tinha relação direta com a pobreza, quando comparado aos não-brancos, enquanto em 2009, essa variável não foi significativa, fatores que provavelmente podem ser explicados pela forte miscigenação existente nessa região.

Quanto às variáveis educacionais, comparado ao fato de não ter instrução, observou-se que ter ensino fundamental incompleto (MFUND), fundamental completo e médio incompleto (FUND), médio completo e superior incompleto (MED), e superior completo (SUP), tem relação negativa com a pobreza, em ambos os anos, o que significa que indivíduos mais qualificados têm chances menores de serem pobres, corroborando com a Teoria do Capital Humano, que explica os diferenciais de rendimentos a partir da qualificação ou nível de instrução do trabalhador. No ano 1995, um indivíduo com ensino fundamental incompleto, fundamental completo, médio completo e superior completo, diminuía a chance de estar em situação de pobreza em 42,06%, 70,4%, 88,47%, 95,34%, em relação a não ter instrução, respectivamente. Para o ano 2009, seguindo essa mesma ordem, esses valores foram: 8,8%, 46,47%, 77,44%, 91,76%³⁸.

Para a variável AGR, que caracteriza o fato de o indivíduo estar ocupado na atividade agrícola, os resultados apontam relação positiva entre essa e a condição de pobreza. Em 1995,

³⁸ Tal evidência também foi observada nos trabalhos empíricos de Silva Júnior (2006) e Mendonça et. al (2010).

pelo *odds ratio*, nota-se que estar ocupado na atividade agrícola aumenta em 62,84% as chances de um indivíduo ser pobre quando comparado a estar ocupado em atividade não-agrícola. Em 2009, essas chances aumentavam em 77,11%.

De outro modo, constatou-se que no Nordeste, residir na área censitária urbana tem relação negativa com a pobreza, conforme pode ser constatado pelo sinal do coeficiente da variável RUR_URB. Em 1995, residir na área urbana reduzia as chances de um indivíduo ser pobre em 33,05% e, em 2009, em 25,92%. Resultado que reforça a severidade da pobreza na área rural dessa região.

Por último, para o fator localizacional, que teve como variável de comparação o estado da Bahia, no ano 1995, os coeficientes indicaram que residir nos estados do MA, PI e CE, tem relação direta com o fato de o indivíduo ser pobre, enquanto morar no RN, PE, PB e AL, tem relação negativa. Já para ano 2009, somente quatro estados apresentaram resultados significantes, CE, PB, PE e AL, os quais mostraram ter relação direta com a pobreza.

Pelo o *odds ratio* constatou-se que no ano 1995 residir no MA, PI e CE, aumentava as chances de um indivíduo ser pobre em 37,12%, 23,4% e 11,15, respectivamente, por sua vez, residir no RN, PB, PE, AL, diminuía as chances de uma pessoa ser pobre em 11,27%, 3,19%, 2,68% e 3,66%, seguindo a mesma ordem. Em 2009, dentre os estados que apresentaram resultados significantes, morar no CE, PB, PE e AL, aumentava as chances de um indivíduo ser pobre em 7,76%, 11,7%, 20,42% e 16,40%.

8.2 Características da pobreza na Paraíba

A tabela 33 apresenta os resultados da estimação do modelo *logit* referente aos determinantes da pobreza na Paraíba, também analisados pelos coeficientes estimados e pelo *odds ratio*.

Para os anos estudados os resultados para a Paraíba apontam que a variável gênero tem uma relação negativa com a pobreza, o que se traduz em dizer que em 1995, ser do sexo masculino reduzia as chances de um indivíduo ser pobre em 81,8% e, no ano 2009, em 75,76%, em comparação ao feminino.

Considerando-se as variáveis idade e idade ao quadrado, observa-se que a primeira tem uma relação positiva e a segunda uma relação negativa com o status de pobreza, evidenciando os efeitos do ciclo de vida. Pelo *odds ratio* constata-se que até a idade mais produtiva, as chances de um indivíduo estar em situação de pobreza eram reduzidas em 15,9%

em 1995 e 12,3% em 2009, enquanto a variável ID2 apresentou aumento das chances em 0,09% em 1995 e 0,06% em 2009.

Tabela 33 - Resultado da estimação do modelo *logit* - Paraíba (1995-2009)

Variável	Coeficiente		Odds Ratio	
	1995	2009	1995	2009
GEN	-1,7040***	-1,3984***	0,1820***	0,2470***
ID	-0,1732***	-0,1312***	0,8410***	0,8770***
COR	-0,0224***	0,0234	0,9778***	1,0237
MFUND	-0,4982***	-0,2051	0,6076***	0,8146
FUND	-1,0578***	-0,7213***	0,3472***	0,4861***
MED	-2,1687***	-1,5539***	0,1143***	0,2114***
SUP	-3,0087***	-2,4498***	0,0494***	0,0863***
AGR	0,7098***	0,4984***	2,0336***	1,6462***
ID2	0,0009***	0,0006***	1,0009***	1,0006***
RUR_URB	-0,5453***	-0,2023**	0,5797***	0,8169**
CONSTANTE	6,5295***	5,1115***	-	-

Fonte: Resultados estimados a partir dos dados da PNAD/IBGE dos anos 1995 e 2009.

Nota: ***Estatisticamente significativa a 1%. **Estatisticamente significativa a 5%. *Estatisticamente significativa a 10%. Os demais são não significantes.

Quando se considera o fator cor, no ano 1995, ao contrário do observado para o Nordeste como um todo, evidencia-se que ser de cor branca tem relação negativa com o status de pobreza, com chance de 2,22% de cair em tal situação em relação aos não-brancos. Porém, já em 2009, assim como, para a região Nordeste, ela não é significativa.

Quanto às variáveis educacionais, a exceção da MFUND, que para o ano 2009 foi não significativa, todas as demais apresentaram relação negativa com a pobreza. Para o ano 1995 o *odds ratio* indicou que as chances de um indivíduo com ensino fundamental incompleto, fundamental completo, médio completo e superior completo, cair em situação de pobreza, em comparação a não ter instrução, eram reduzidas em: 39,24%, 65,28%, 88,57%, 95,06%, respectivamente. Já em 2009 essas chances se reduziam em 51,39% para a variável FUND, 78,86% para a MED e 91,37% para a SUP. Novamente revelando a importância da educação para a redução da pobreza.

Quando se considera o fator atividade, a variável AGR mostrou que o fato de um indivíduo está ocupado no setor agrícola tem relação direta com a pobreza na Paraíba. O *odds ratio* indicou que uma pessoa ocupada nesse setor tem chances de ser pobre aumentadas em 103,36% em 1995 e 64,62% em 2009, em relação às ocupadas no setor não-agrícola.

Por fim, o sinal da variável RUR_URB indicou que residir na área urbana da Paraíba tem relação negativa com a pobreza. O número obtido por meio da razão das chances aponta que, em 1995, o indivíduo que reside na área urbana desse estado tem chance de estar em situação de pobreza reduzida em 42,03%, quando comparado a residir na área rural. Em 2009, esse número era 18,31%.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que a pobreza é um problema que assola a sociedade brasileira desde o período colonial, que a região Nordeste foi a que mais sofreu as consequências de um crescimento econômico desigual e que o estado da Paraíba destaca-se por apresentar altos indicadores de pobreza nessa região, o presente estudo teve como objetivo analisar a evolução da pobreza no Nordeste brasileiro e no estado da Paraíba entre os anos 1995 e 2009 e nos subperíodos 1995-2002 e 2003-2009, referentes aos governos FHC e Lula.

Num primeiro momento, constatou-se que é de fato no Nordeste brasileiro que estão os piores índices de pobreza, mesmo diante da melhora verificada ao longo de todo o período; que o avanço constatado no governo FHC foi bem mais modesto que o observado no governo Lula; que a pobreza rural evoluiu de maneira mais favorável que a urbana, não necessariamente para o Nordeste, mas de modo geral; e com relação ao estado da Paraíba, que houve queda da pobreza ao longo do período, mas que este se manteve entre os mais pobres da região. Evidências que reforçaram a motivação da pesquisa.

Ao analisar a importância dos setores de atividade econômica em termos de parcela da população, tanto para o Nordeste, quanto para a Paraíba, constatou-se que aqueles que retêm as maiores parcelas em todos os anos estudados são: agrícola, comércio e reparação, administração pública e outras fontes, o que se explica tanto por serem atividades intensivas em capital humano, quanto pela forte dependência da população de fontes de renda do não trabalho.

No Nordeste, os setores de atividade que em geral se destacaram com melhor remuneração média foram: outras atividades, administração pública e outras atividades industriais. Já a taxa de crescimento do rendimento médio nessa região revelou, em todos os períodos estudados, que os setores de outros serviços coletivos, sociais e pessoais e o de serviços domésticos estavam sempre entre os que apresentavam melhor desempenho.

No estado da Paraíba, entre os setores que mostraram ter melhor rendimento médio destacaram-se de forma unânime o da administração pública e o de outras atividades, já entre os que apresentaram maior crescimento sobressaíram-se, no período 1995-2002, o setor outras atividades e o de outros serviços coletivos, sociais e pessoais, no período 2003-2009, o setor de transporte, armazenagem e comunicação e o de outras atividades industriais³⁹, e no período

³⁹ Surgindo em terceiro lugar o setor de serviços domésticos.

1995-2009, os setores outras fontes e também o de outros serviços, coletivos, sociais e pessoais.

Os indicadores de pobreza para os setores de atividade econômica no Nordeste e Paraíba revelaram, em todos os anos, que a pobreza era mais intensa no setor agrícola e no de serviços domésticos e, menor, basicamente no setor da administração pública, de outras atividades e no de outras atividades industriais.

No Nordeste, a decomposição da pobreza por setor de atividade econômica evidenciou que, de modo geral, os setores que mais contribuíram para redução da pobreza foram: agrícola, administração pública, indústria de transformação, comércio e reparação e construção.⁴⁰ No período 1995-2002, verificou-se que o deslocamento da população entre os setores de atividades (mudança inter-setorial) contribuiu mais para a redução da pobreza do que a mudança na pobreza dentro de cada setor (mudança intra-setorial), ocorrendo o inverso nos períodos 2003-2009 e 1995-2009.

Por sua vez, no caso da Paraíba, os setores que destacaram-se com maior contribuição para redução da pobreza foram: administração pública, agrícola, indústria de transformação, construção e outros serviços coletivos, sociais e pessoais⁴¹. Com relação a força dos efeitos deslocamento da população e de interação sobre a variação da pobreza, no período referente ao governo FHC houve aumento da proporção de pobres em que o efeito intra-setorial influenciou o aumento desse indicador. Porém, para as medidas P_1 e P_2 verificou-se redução da pobreza sendo esta favorecida pelo deslocamento da população entre os setores de atividades. Já nos períodos 2003-2009 e 1995-2009, todas as medidas de pobreza indicaram declínio, com maior contribuição da mudança na pobreza dentro de cada setor.

Por seu turno, a decomposição da variação da pobreza entre os componentes crescimento e redistribuição da renda para a região Nordeste apontou, no período referente ao governo FHC, que para o índice de proporção de pobres o crescimento da renda foi o que mais contribuiu para a redução da pobreza, enquanto para os índices hiato de pobreza e severidade da pobreza destacou-se o componente redistribuição. Já no período que abrange o governo Lula e no que engloba os dois governos, o crescimento da renda atuou de maneira mais favorável à queda da pobreza.

Na Paraíba ocorreu um fato curioso, pois no período 1995-2002 o índice de proporção de pobres aumentou, contribuindo para esse aumento o componente redistribuição de renda

⁴⁰ Vale destacar que no período 2003-2009 destacou-se ainda o setor outras fontes.

⁴¹ No período 2003-2009 destacou-se ainda o setor de serviços domésticos para medida de severidade da pobreza.

que também atuou do sentido de elevar as medidas P_1 e P_2 , que, no entanto, apresentaram redução devido a maior influência, em sentido favorável, do componente crescimento, o qual também explicou a redução da pobreza no períodos 2003-2009 e 1995-2009.

Com relação aos determinantes da pobreza constatou-se, para ambos os recortes espaciais: que ser do sexo masculino reduz as chances de um indivíduo ser pobre em relação ao feminino; que a variável idade tem relação negativa com a pobreza, enquanto a variável idade ao quadrado apresenta relação direta, evidenciando os efeitos do ciclo de vida; que as variáveis relacionadas à educação mostraram ter forte potencial sobre o status de pobreza, contribuindo para a redução das chances do indivíduo ser pobre; que estar ocupado na atividade agrícola e residir na área rural tem relação direta com a pobreza; que a variável localizacional, em 1995, mostrou que residir no Maranhão, Piauí e Ceará, aumentava as chances do indivíduo ser pobre, já em 2009, destacaram-se Ceará, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; finalmente, que a variável cor só se mostrou significativa na análise para o ano 1995 indicando, no caso da região Nordeste, que ser de cor branca aumentava as chances de o indivíduo ser pobre, o que se explica pela forte miscigenação da população dessa região, enquanto no caso da Paraíba, diminuía.

Por fim, pode-se afirmar que os resultados obtidos para o Nordeste e Paraíba foram influenciados basicamente pelas políticas socioeconômicas adotadas ao longo dos períodos analisados.

Sugere-se para pesquisas futuras a utilização de dados mais atualizados ou mesmo de uma base de dados mais abrangente, como o censo demográfico do IBGE, permitindo uma análise mais robusta sobre a evolução da pobreza no Nordeste e Paraíba. Do mesmo modo, os setores de atividades econômicas poderão ser agrupados em três setores específicos - primário, secundário e terciário – visando verificar, nos últimos anos, a real importância de cada um para a redução da pobreza, sugere-se também, que atrelado a esse objetivo analise-se as principais políticas econômicas e sociais e os fatos históricos que podem ter influenciado seus desempenhos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. H. T. **A política social no governo Lula**. Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, v. 70, p. 07-17, nov. 2004.

ALVES, B. **O Estado indutor**: um olhar fenomenológico-existencial sobre o programa comunidade ativa. Dissertação. Mestrado em Administração Pública. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2001, 249p.

ANDRADE, H. V. **Políticas de combate à pobreza no Brasil**: uma análise das estratégias do governo Fernando Henrique Cardoso. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

ANDRADE, M. S. B. **Indústria Extrativa e a dinâmica de pobreza em Minas Gerais**: uma análise do período 1991-2000. Dissertação (Mestrado em economia) – Universidade Federal de Pernambuco, 85 p. 2011.

ARAÚJO, T. F.; FIGUEIRÊDO, L.; SALVATO, M. A. As inter-relações entre pobreza, desigualdade e crescimento nas mesorregiões mineiras – 1970-2000. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 81-120, abr. 2009.

ARBACHE, J. S. Pobreza e mercados no Brasil. In: CEPAL e DFID (Org.). **Pobreza e mercados no Brasil**: uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/DFID, p. 11-118, 2003.

BANCO MUNDIAL. **O combate à pobreza no Brasil**: Relatório sobre Pobreza, com ênfase nas políticas voltadas para a redução da pobreza urbana, v. 1, 2001. 34p. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186331278301/28Vol1Port.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2011.

_____. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1990**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990, 270p.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda. In: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.) **Brasil: entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo. 2010.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2007. (Texto para discussão, n. 1253). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1253.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2011.

_____. **A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2007. (Texto para discussão n. 1256).

BARROS, R. P.; CORSEUIL, C. H.; LEITE, P. G. Mercado de trabalho e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, cap. 7, p. 177-229, 2000.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. **O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 1997. (Texto para discussão, n. 528). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0528.pdf. Acesso em: 01 ago. 2011.

BRESSER PEREIRA, L. C. In CASTRO, Ana Célia (org). **Desenvolvimento em Debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro I**, v.2. Rio de Janeiro: Mauad/BNDES, 2002: 359-398. Trabalho apresentado aos Painéis do Desenvolvimento Brasileiro, comemorativos dos 50 anos do BNDES. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2002.

CARNEIRO, G.F. Perfil da pobreza e aspectos funcionais dos mercados de trabalho no Brasil. Pg. 117-166. In: **Pobreza e Mercados no Brasil**: uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/DFID, 2003. 311 p.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CHEN, S.; WANG, Y. **China's growth and poverty reduction**: Trends between 1990 and 1999. The World Bank. July 2001. WPS 2651.

CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, abr. 2008. (Texto para discussão, n. 1332).

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, N. M. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2002. (Texto para Discussão, n. 897). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_0897.pdf. Acesso em: 01 ago. 2011.

CRESPO, A. P. A.; GUROVTZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

CUNHA, M. S. Desigualdade e pobreza nos domicílios rurais e urbanos no Brasil, 1981 – 2005. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n.1, jan./mar. 2009. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1113>. Acesso em: 02 jul. 2011.

DATT, G. **Computational tools for poverty measurement and analysis**. FCND Discussion Paper, n. 50. International Food Policy Research Institute. Washington D. C. October, 1998.

DATT, G.; RAVALLION, M. Growth and redistribution components of changes in poverty measures – A decomposition with applications to Brazil and India in the 1980s. **Journal of Development Economics** 38, Issue 2, p. 275-295. North-Holland. 1992.

DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. N.; CARVALHO, M. S.; BARBIERI, C. V. **Mudanças na distribuição de renda individual e familiar no Brasil - 1992-2002**. In: I Congresso da Associação Latino-Americana de População, 2004, Caxambú. ANAIS DA ALAP, 2004.

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. A reestruturação do desenvolvimento mundial. United Nations, New York, 2010.

DOLLAR, D.; KRAAY, A. **Growth is Good for the Poor**. The World Bank. April 2001. WPS 2587.

FERREIRA, F. H. G.; LEITE, P. G.; RAVALLION, M. **Poverty reduction without economic growth? Explaining Brazil's poverty dynamics, 1985-2004**. The Word Bank Development Research, December 2007.

FISZBEIN A.; PSACHAROPOULOS, G. Income inequality trends in Latin America in the 1980s. In: Lustig, Nora. The Brookings Institution. **Coping with austerity: poverty and inequality in Latin America**. Washington, D.C.: The Brookings Intitution, 1995.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. **Econométrica**, vol. 52, n.3, p. 761-766, may. 1984.

FREYRE, G. **Sobrados e mocambos**. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1981.

FURTADO, C. A invenção do subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 2 (58), abr./jun. 1995.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005;

_____. **Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2010)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E.; TAKAGI, M. **Evolução da Pobreza no Brasil, 1995/99**. IE/UNICAMP, 2001. (Texto para discussão, n. 104).

GUJARATI, D. **Econometria básica**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HELFAND, S. M.; ROCHA, R.; VINHAIS, H. E. F. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil rural: uma análise da queda recente. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 59-80, abr. 2009.

HOFFMANN, R. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 213-235, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economiaesociedade/V11-F2-S19/02-Hoffmann.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

_____. Elasticidade da pobreza em relação à renda média e à desigualdade no Brasil e nas unidades da federação. **Revista Economia**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 255-289, jul./dez. 2005.

_____. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, cap. 3, p. 81-107, 2000.

HUPPI, M.; RAVALLION, M. **The sectoral structure of poverty during a adjustment period: evidence for Indonesia in the mid-1980s**. Agriculture and Rural Development Departament. The Word Bank. October 1990. WPS 529.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero**. 2001. Disponível em: <www.fomezero.gov.br/download/livro_projeto%20fome.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.
IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

KAGEYAMA, A. A.; HOFFMANN, R.. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.
Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economiaesociedade/V15-F1-S26/05-kageyama_hoffmann.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2011.

KAKWANI, N. On a Class of Poverty Measures. **Econometrica**, Econometric Society, vol. 48(2), pages 437-46, March 1980.

LADERCHI, C. R.; SAITH, R.; STEWART, F. **Does it matter that we don't agree on the definition of poverty?** A comparison of four approaches. Working Paper N 107, May 2003.

LAYTE, R.; NOLAN, B.; WHELAN, C. T. Targeting Poverty: Lessons from Monitoring Ireland's National Anti-Poverty Strategy. **Journal of Social Policy**, v. 29, Issue 04, October, pp 553-575, 2000.

LIMA, J. R. F. **Efeitos da pluriatividade e rendas não-agrícolas sobre a pobreza e desigualdade rural na região Nordeste**. 2008. 172 p. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

LOUREIRO, A. O. F.; SULIANO, D. C. **As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil**. Nota técnica nº 38, IPECE, ago. 2009.

MACHADO, K. M. Pobreza como insuficiência de renda: vantagens e limitações de sua utilização. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 155, p. 30-35, abr./jun. 2007.
Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/sumario/cep/sumario_c&p_155.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2011.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a população**. Tradução de Antonio Alves Cury. São Paulo: Editora Cultural, 1983. Coleção Os economistas. (Traduzido de Population: The First Essay. Ann Arbor Paperbacks, The University of Michigan Press, 1959).

MARION FILHO, P. J.; SCHUMACHERB, G.; REICHERT, H. Especialização, emprego e vantagem competitiva nos setores econômicos do Rio Grande do Sul: Governos de FHC e Lula. **Análise A Revista Acadêmica da FACE**. Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 89-100, jan./jun. 2011.

MARQUES, R. M. MENDES, Áquilas. Sobre a política de combate à pobreza no governo Lula. **Revista de Economia**, v. 34, n. 3, p. 91 – 112, set/dez 2008.

MARX, K. **O Capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A, Livro I, v. 2, 3. ed. 1975. (Tradução da quarta edição do original em alemão: DAS KAPITAL, 1890).

MATTEI, L.; MAGALHÃES, L. F. A política econômica durante o Governo Lula (2003-2010): cenários, resultados e perspectivas. In: Marilene de Paula. (Org.). **Nunca Antes na história desse país...?Um balanço das políticas do Governo Lula**. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2011, v. 1, p. 134-151.

MATTOS, E. J. **Pobreza rural no Brasil**: Um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacitações. Dissertação. Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências econômicas. Universidade federal do Rio grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

MELO, H. P. **Gênero e pobreza no Brasil**. Relatório Final do projeto Governabilidad Democrática de Género en America Latina y el Caribe. Convênio: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Brasília, 2005. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/GGeneroPobreza_Brasil04.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2011.

MENDONÇA, K. V.; CAMPOS, R. T.; LIMA, P. V. P. S.; BATISTA, P. C. S. Análise das causas socioeconômicas da pobreza rural no Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 41, p. 519-542, 2010. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1203>. Acesso em: 29 maio 2011.

NERI, M. Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, cap. 18, p. 503-526, 2000.

NETTO JÚNIOR, J. L. S.; FIGUEIREDO, E. A. **Crescimento pró-pobre no Brasil**: uma análise primal e dual no período de 1987-2007. In XVI Encontro Regional de Economia, 2011, Fortaleza.

NÓBREGA, W. **Mapeamentos da pobreza sob critérios unidimensional e multidimensional para os estados do Paraná e Sergipe**. 2008. 273p. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

OLIVEIRA, C. A. Desigualdades Regionais e Pobreza no Nordeste: Uma análise espacial do crescimento pró-pobre na década de noventa. In: XIII Encontro Regional de Economia do Nordeste, 2008, Fortaleza. **Anais do XIII Encontro Regional de Economia do Nordeste**. Fortaleza: Anpec regional/BNB, p. 1-25, 2008. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/desigualdades_regionais.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2011.

OLIVEIRA, T. **Transformações recentes do emprego na grande empresa industrial no Brasil**. 2007. 172p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ORAIR, R. O.; HOFFMANN, R. Como o crescimento e desigualdade afetam a pobreza? In: XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, Vitória/ES. **Anais de Economia Política**. Vitória: SEP, p. 1-24, 2006. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/1_congresso/_249_ce9021ae9a314f259b7974ffcba36918.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

OSÓRIO, F. G. **Dimensão e medição da pobreza extrema na Paraíba e no Brasil**. Seminário promovido pelo IPEA, João Pessoa, 30 de maio de 2011.

PAIXÃO, A. N. Avaliação contingente de serviços de saneamento básico em Palmas – TO. 2008. 129 p. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

PELIANO, A. M. T. M.; RESENDE, L. F. L.; BEGHIN, N. O comunidade solidária: uma estratégia de combate à fome e à pobreza. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12 - jan/jun de 1995.

PNUD; IDHS/PUC MINAS; UFPE (Org). **Região Nordeste**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2007. Disponível em: < http://www.pnud.org.br/estudos/colecao_odm_nordeste.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2011.

RAVALLION, M.; HUPPI, M. Measuring changes in poverty: A methodological case study of Indonesia during a adjustment period. **The World Bank Economic Review**, v. 5, n. 1, p. 57-82. Jan. 1991.

RAVALLION, M. **Poverty Lines in Theory and Practice**. LSMS working paper; n. 133. 1998.

RIO GROUP - Expert Group on Poverty Statistics. **Compendium of best practices in poverty measurement**. Rio de Janeiro, september 2006.

ROCHA, S. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 27, n.2, p.313-352, ago. 1997.

_____. **Pobreza e Desigualdade no Brasil: O esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real**. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2000. (Texto para discussão, n. 721).

_____. Pobreza no Nordeste: A década de 1990 vista de perto. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 7-41, jan./mar. 2003. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Publicacoes/REN-Numeros_Publicados/docs/ren2003_v34_n1_a1.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2011.

_____. **Crescimento, renda e pobreza. Como ficam os pobres?** XXII Fórum Nacional 2009 - Na Crise, Brasil, Desenvolvimento de uma Sociedade Ativa e Moderna (Sociedade do Diálogo, da Tolerância, da Negociação), “Programa Nacional de Direitos Humanos”. E Novos Temas 17 e 20 de maio de 2010.

_____. O programa Bolsa Família – evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, campinas, v. 20, n.1 (41), p.113-139, abr. 2011.

_____. Pobreza no Brasil – o que há de novo no limiar do século XXI. **Economia**, v.2, n.1, jul. 2001.

_____. **Pobreza no Brasil**: Afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV. 3 ed. 2006.

ROMÃO, M. C. **Pobreza**: conceito e mensuração. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993.

ROWNTREE, B. S. **Poverty**: a study of town life. London: MacMillan, 1901.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 301p.

_____. Poverty: An ordinal approach to measurement. **Econométrica**, vol. 44. Issue 2, p. 219-231, mar. 1976.

SILVA JÚNIOR, L. H. **Pobreza na população rural nordestina**: Análise de suas características durante os anos 90. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco. 2006. 107p. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/premio/pr282.pdf. Acesso em: 20 jul. 2011.

SILVA, A. M. R. **Um estudo sobre pobreza multidimensional na região Nordeste do Brasil**. 2009. 193p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2818. Acesso em: 10 jun. 2011.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações** – investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo (coleção “Os Economistas”): Abril Cultural, p. 101, 1976.

SOBEL, T. F.; GONÇALVES, M. B. C.; COSTA, E. F. Evolução e caracterização dos níveis de pobreza do Nordeste entre 1995 e 2005. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 48, n. 01, p. 63-83, jan./mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v48n1/04.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

UFRGS; PUC MINAS/ IDHS; PNUD (Org). **Pobreza e fome**: objetivo 1: erradicar a extrema pobreza e a fome. Belo Horizonte: PUC minas/ IDHS, 2004. Disponível em: http://www.pnud.org.br/estudos/livro1_web.pdf. Acesso em: 04 ago. 2011.

VILLASENOR, J. A.; ARNOLD, B.C. Elliptical Lorenz curves. **Journal of Econometrics**, v. 40, Issue 2, p. 327-338, February 1989.

_____. **The general quadratic Lorenz curve**. Technical Report, Colegio de Postgraduados, Mexico City. Photocopy, 1984.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Composição dos setores de atividades e compatibilização das atividades.

Tabela A.1 - Composição dos setores de atividades econômicas

SETOR	COMPOSIÇÃO
1	AGRÍCOLA
	Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades
	Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades
	Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades
2	OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS
	Extração de carvão mineral
	Extração de petróleo, gás natural e serviços relacionados
	Extração de minerais metálicos
	Extração de minerais não-metálicos
	Eletricidade, gás e água quente
	Captação, tratamento e distribuição de água
3	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas
	Fabricação de produtos do fumo
	Fabricação de produtos têxteis
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios
	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados
	Fabricação de produtos de madeira
	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
	Edição, impressão e reprodução de gravações
	Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool
	Fabricação de produtos químicos
	Fabricação de artigos de borracha e plástico
	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos
	Metalurgia básica
	Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos
	Fabricação de máquinas e equipamentos
	Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática
	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos
	Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações
	Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios
	Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias
	Fabricação de outros equipamentos de transporte
	Fabricação de móveis e indústrias diversas
	Reciclagem
4	CONSTRUÇÃO
	Construção

Continuação da tabela A1:

5	COMÉRCIO E REPARAÇÃO
	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis
	Comércio a varejo e por atacado; e reparação de objetos pessoais e domésticos
6	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO
	Alojamento e alimentação
7	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÃO
	Transporte terrestre
	Transporte aquaviário
	Transporte aéreo
	Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem
	Correios e telecomunicações
8	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EDUCAÇÃO, SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS
	Administração pública, defesa e seguridade social
	Educação
	Saúde e serviços sociais
9	SERVIÇOS DOMÉSTICOS
	Serviços domésticos
10	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS
	Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas
	Atividades associativas
	Atividades recreativas, culturais e desportivas
11	OUTRAS ATIVIDADES
	Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada
	Seguros e previdência privada
	Atividades auxiliares da intermediação financeira
	Atividades imobiliárias
	Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos
	Atividades de informática e conexas
	Pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas
	Serviços prestados principalmente às empresas
	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
12	ATIVIDADES MAL DEFINIDAS E/OU NÃO DECLARADAS
	Atividades mal definidas e/ou não declaradas
13	OUTRAS FONTES
	Aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal
	Pensão de instituto de previdência ou do governo federal
	Outro tipo de aposentadoria
	Outro tipo de pensão
	Abono de permanência
	Aluguel
	Doação recebida de não morador
	Juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras e outros rendimentos

Fonte: Elaboração própria a partir dos anexos das Pnads/IBGE.

Tabela A.2 - Compatibilização das atividades

CÓDIGO	SETORES DE POSSÍVEL CLASSIFICAÇÃO	SETOR ESCOLHIDO
53	2; 3	2
581	1; 11	11
902	1; 12	12
545	1; 5; 11	1
901	1; 8; 10; 12	12
532	3; 5; 10	3
522	3; 5	5
587	5; 7; 11	7
584	5; 7; 11; 10	11
420	5; 6	5
542	5; 11; 10	11
512	6; 11	6
471	7; 10	7
588	7; 8; 10	7
586	7; 8; 11	7
451	8; 11	11
585	10; 11	11
533	10; 11	11
551	10; 11	10
521	5; 11	5
712	8; 11	8
589	8; 10; 11	11
578	10; 11	11
577	10; 11	10
713	8; 10	8
531	8; 10	10

Fonte: Elaboração própria a partir da base CNAE-Dom x CNAE x PNAD 91 da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) do IBGE.

Notas: *O ramo de atividade codificado por 8 compreende os ramos administração pública e saúde, educação e serviços sociais.

**As atividades de códigos 721; 722; 723; 724; 726; 611 são aqueles cujas atividades se encaixavam tanto no ramo da administração pública, quanto no ramo da saúde, educação e serviços sociais, ramos estes que foram agrupados em um só e codificado por 8.